

# balanço das finanças públicas

# 20 25



Contadoria-Geral  
do Município

porto  
alegre

PREFEITURA

SECRETARIA DA FAZENDA



# índice

Órgãos do Poder Executivo .....	4
Responsável pelas Finanças Públicas ...	5
Contadoria-Geral do Município .....	7
Transparência na Gestão Pública.....	9
Resultado Orçamentário.....	11
Origem de Recursos .....	16
Destinação dos Recursos.....	23
Síntese de Origens e Comprometimentos de Recursos .....	29
Situação Líquida Financeira e Permanente .....	31
Gestão Fiscal .....	34
Balancos Consolidados .....	43
Notas Explicativas .....	53
Siglas e Conceitos .....	74

# Órgãos do Poder Executivo Municipal

## Administração Direta

Gabinete do Prefeito

Secretaria Geral de Governo

Secretaria de Planejamento e Gestão

Secretaria de Administração e Patrimônio

Secretaria da Transparência e Controladoria

Secretaria de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural

Secretaria da Fazenda

Secretaria de Parcerias

Procuradoria-Geral do Município

Secretaria de Serviços Urbanos

Secretaria de Obras e Infraestrutura

Secretaria de Mobilidade Urbana

Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Eventos

Secretaria de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade

Secretaria de Cultura

Secretaria da Saúde

Secretaria da Segurança

Secretaria da Educação

Secretaria da Inclusão e Desenvolvimento Humano

Secretaria de Esporte e Lazer

Secretaria de Assistência Social

Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária<sup>1</sup>

## Administração Indireta

Departamento Municipal de Água e Esgotos - DMAE

Departamento Municipal de Habitação - DEMHAB

Departamento Municipal de Limpeza Urbana - DMLU

Fundação de Assistência Social e Cidadania - FASC<sup>2</sup>

Departamento Municipal de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Porto Alegre - PREVIMPA

Empresa Pública de Transporte e Circulação - EPTC

## Notas

Nota 1: Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária foi extinta no decorrer do ano de 2025, nos termos da Lei nº 1.037, de 2 de fevereiro de 2025.

Nota 2: A Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) encontra-se em processo de extinção, nos termos da Lei nº 1.036, de 2 de fevereiro de 2025.

Nota 3: Embora não integre o Balanço Consolidado, por estar sujeita a regulamentos próprios, é importante mencionar a Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre - PROCEMPA, órgão sob o controle do Município, que também executa política pública.

# Superando desafios para reconstruir a cidade

O ano de 2025 foi marcado pela continuidade dos esforços de reconstrução de Porto Alegre após a maior calamidade climática já registrada na cidade. Embora o momento mais agudo da crise tenha ficado para trás, os efeitos da enchente de 2024 ainda se fizeram presentes na gestão das finanças públicas, exigindo atenção permanente, planejamento e responsabilidade na condução das contas municipais.

Ao apresentar o Balanço das Finanças Públicas do Município, reforçamos o compromisso da Secretaria da Fazenda com a transparência e com a gestão fiscal responsável. Mesmo em um cenário ainda pressionado por despesas extraordinárias e pela manutenção de benefícios concedidos à população atingida pela enchente, foi possível avançar no processo de recuperação do equilíbrio das contas.

O resultado orçamentário de 2025 demonstra esse esforço. A Prefeitura encerrou o exercício com déficit de R\$ 45 milhões, significativamente inferior ao registrado no ano anterior. A redução desse resultado foi possível graças a um conjunto de medidas voltadas à melhoria da arrecadação, ao acompanhamento permanente das despesas e à adoção de estratégias mais eficientes de gestão fiscal.

Entre essas iniciativas, destacam-se o desempenho histórico na recuperação de créditos inscritos em Dívida Ativa, que ultrapassou pela primeira vez a marca de R\$ 400 milhões em 12 meses, e o melhor resultado já registrado na inadimplência do IPTU, que atingiu o menor nível da série histórica. Também contribuíram para esse cenário o fortalecimento das políticas de autorregularização, que incentivam a regularização espontânea de débitos, e o avanço da mediação tributária como instrumento de resolução consensual de conflitos fiscais, promovendo maior eficiência na recuperação de receitas.

Essas ações fazem parte de uma estratégia mais ampla de qualificação da gestão fiscal do Município. O reconhecimento nacional recebido por Porto Alegre na qualidade das informações contábeis e fiscais e a manutenção da nota máxima na avaliação da capacidade de pagamento do Tesouro Nacional refletem a consistência desse trabalho e a credibilidade das contas públicas municipais.

Ainda assim, o cenário exige cautela. Parte do resultado de 2025 foi sustentada por receitas extraordinárias, que não se repetem nos exercícios seguintes, enquanto permanecem os efeitos de medidas adotadas para mitigar os impactos da calamidade. Soma-se a isso um ambiente de mudanças que afetam a arrecadação municipal e reforçam a necessidade de planejamento fiscal rigoroso.

Mesmo diante dessas circunstâncias, Porto Alegre manteve seus compromissos com áreas essenciais para a população. Os investimentos e as aplicações em saúde, educação, assistência social, infraestrutura urbana e saneamento seguiram sendo prioridade, garantindo a continuidade dos serviços públicos e o atendimento às necessidades da cidade.

O balanço de 2025 demonstra que Porto Alegre avança no caminho da recuperação financeira, com responsabilidade, transparência e compromisso com o interesse público. Seguimos trabalhando para fortalecer o equilíbrio fiscal e construir uma cidade cada vez mais preparada para enfrentar desafios e aproveitar oportunidades de desenvolvimento.

Ana Pellini

Secretária Municipal da Fazenda

Prefeitura Municipal de Porto Alegre

# CTGM - SMF

Criada pela Lei Complementar nº 817/2017 e vinculada à Secretaria Municipal da Fazenda (SMF), a Contadoria-Geral do Município (CTGM) é o órgão central de contabilidade de Porto Alegre. Dotada de independência técnica, compete à CTGM a coordenação, execução e controle dos serviços contábeis, além da geração de informações legais para os órgãos de controle externo - como o Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul (TCE-RS) e a Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Sua atuação abrange a Administração Direta e Indireta (exceto as empresas públicas não dependentes), servindo também como suporte estratégico ao fornecer dados gerenciais essenciais para a tomada de decisão dos gestores municipais.

## Corpo Técnico

Para cumprir sua missão institucional, a CTGM conta atualmente com uma equipe qualificada composta por:

- 22 Auditores de Controle Interno;
- 05 Técnicos de Controle Interno;
- 10 Assistentes Administrativos;
- 02 Administradores;
- 02 Estagiários.

## O Balanço das Finanças Públicas 2025

Em conformidade com o Art. 119 (§§ 2º e 3º) da Lei Orgânica Municipal, a CTGM apresenta ao Legislativo e à sociedade o Balanço das Finanças Públicas 2025. Os dados são extraídos do SIGEF - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal, garantindo a integridade e transparência das informações.

Essa publicação oferece um comparativo da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social em relação a exercícios

anteriores, detalhando indicadores fundamentais da gestão fiscal, tais como:

- Receita Corrente Líquida (RCL);
- Limites de Despesa com Pessoal;
- Investimentos em Saúde (ASPS) e Educação (MDE);
- Dívida Consolidada Líquida;
- Resultados Primário e Nominal.

O documento encerra com as Demonstrações Contábeis Consolidadas de 2025 (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial; Demonstração das Variações Patrimoniais; Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas). As demonstrações individualizadas por órgão constam de documento específico.

### **Escopo de Consolidação**

O balanço abrange as seguintes estruturas:

#### **Administração Direta:**

- Administração Centralizada e seus Fundos públicos
- Câmara Municipal de Porto Alegre

#### **Administração Indireta**

- Departamento Municipal de Habitação - DEMHAB
- Departamento Municipal de Água e Esgotos - DMAE
- Departamento Municipal de Limpeza Urbana - DMLU
- Fundação de Assistência Social e Cidadania - FASC
- Departamento Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Porto Alegre - PREVIMPA
- Empresa Pública de Transportes e Circulação de Porto Alegre - EPTC

# Transparência

## a serviço do cidadão

Nos últimos anos, tem-se ouvido falar muito na necessidade do aperfeiçoamento da gestão pública e é importante destacar que ela está diretamente relacionada à transparência e ao controle da administração de qualquer ação pública.

A Secretaria de Transparência e Controladoria do Município serve para contribuir e agregar valor à gestão pública à medida que a missão maior deste órgão está em garantir o bom uso do recurso público e a aproximação da população com a Prefeitura de Porto Alegre.

A sinergia para o atingimento deste objetivo é dada, atualmente, por ferramentas como a Carta de Serviços, que traz ao cidadão o conjunto de serviços disponíveis em uma única plataforma digital. Na mesma sintonia, tem-se o e-SIC, sistema que gerencia os pedidos com base na Lei de Acesso à Informação, o Portal Transparência, onde constam todas as informações sobre gastos públicos, e a Central do Cidadão 156, principal canal de comunicação entre o Executivo Municipal e o cidadão porto-alegrense.

O Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) registrou, em 2025, um total de 2.304 solicitações, representando crescimento de 49,7% em relação a 2024. As demandas concentraram-se principalmente nos temas transparência, saúde e finanças, evidenciando o interesse da população nessas áreas da gestão pública.

O Portal Transparência da Prefeitura de Porto Alegre conquistou o 1º lugar entre as capitais brasileiras e o 2º lugar geral no Ranking de Transparência Administrativa, atendendo a 95,6% dos critérios analisados. Elaborado pela Universidade de São Paulo (USP), o estudo avalia o grau de abertura das informações públicas disponíveis nos portais das administrações estaduais e municipais. Na última edição do ranking, realizada em 2022, Porto Alegre ocupava a 25ª posição entre as capitais e 51ª no ranking geral atendendo a 60,96% dos critérios analisados.

Porto Alegre também alcançou o 1º lugar entre os Portais das cidades gaúchas na avaliação desenvolvida pela Transparência Internacional - Brasil. O índice de transparência e governança pública (ITGP) avalia a qualidade das informações públicas sobre contratações, despesas, receitas, estrutura administrativa, obras que são divulgados no Portal Transparência.

Além disso, foi disponibilizado de forma inédita o painel de monitoramento das emendas parlamentares dos vereadores de Porto Alegre. É importante ressaltar que não foi identificado registro de nenhuma outra Prefeitura no Brasil que disponibilize informações sobre a execução das emendas parlamentares de seus vereadores.

Também em 2025, a Carta de Serviços da Prefeitura de Porto Alegre alcançou quase 2,5 milhões de visitas, uma queda de 20,6% em relação às 3,1 milhões registradas no ano anterior. Isso se deve à criação de serviços emergenciais após a enchente de maio de 2024, que geraram acessos exponenciais à Carta naquele ano, como a Estadia Solidária, o Registro Unificado e o Saque Calamidade do FGTS. Os serviços mais acessados em 2025 foram: 2º via de Conta de água, IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), Atenção primária à saúde e Tabela horária e itinerários de ônibus.

Em 2025, a Central do Cidadão 156 registrou um crescimento expressivo na demanda da população, alcançando 2.618.319 interações, um aumento de 28,7% em relação a 2024, o que demonstra a confiança crescente da população nos canais de atendimento da Prefeitura.

A prefeitura, ao possibilitar que os cidadãos acionem a administração e solicitem dados de interesse público, ajuda a aperfeiçoar a máquina pública, fortalece a fiscalização e garante a correta gestão dos recursos municipais. Com isso, é compromisso da gestão, não só continuar aprimorando as ferramentas existentes e que já se provaram eficazes, mas também buscar novas ferramentas, sempre com o objetivo de consolidar, cada vez mais, a cultura da transparência e do controle social no Município de Porto Alegre.

# resultado orçamentário



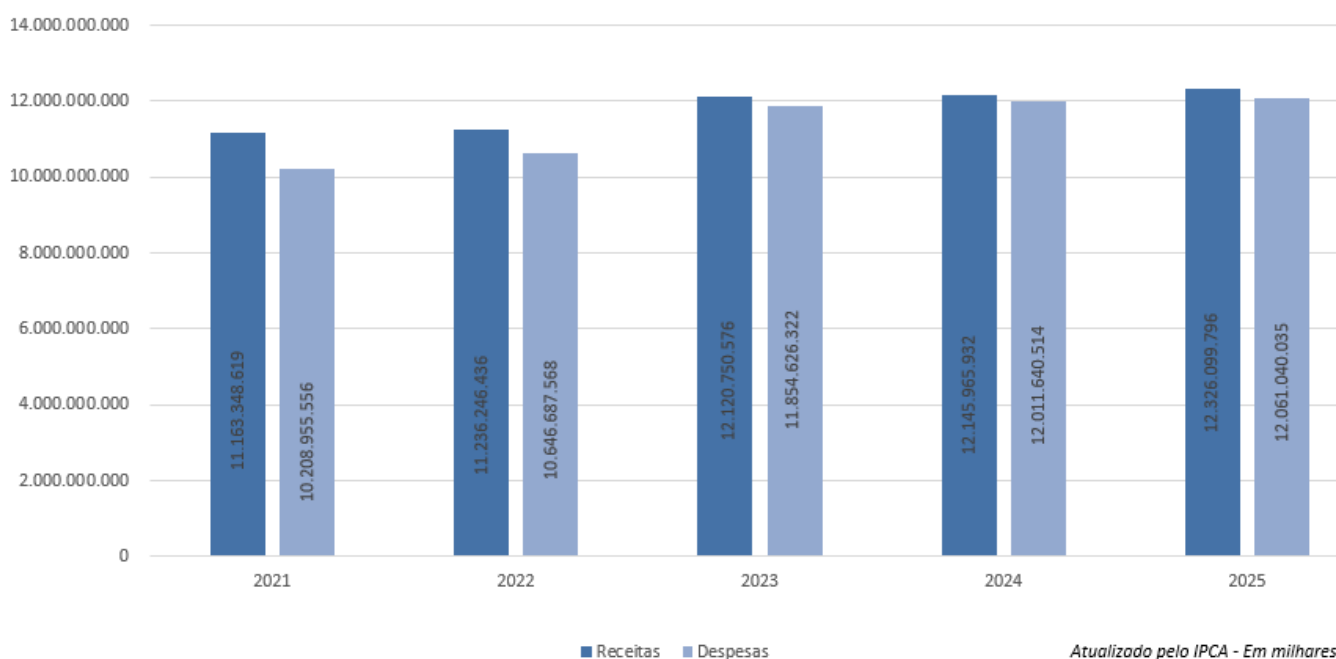
# Resultado Orçamentário

O orçamento consolidado do Município de Porto Alegre, para o exercício de 2025, instituído por meio da Lei Municipal nº 14.155/2024 estimou a receita e fixou a despesa em R\$ 12,356 bilhões.

No exercício de 2025, a receita arrecadada foi de R\$ 12,326 bilhões, representando um decréscimo de 0,25% ao valor previsto. Enquanto que a despesa executada foi de R\$ 12,061 bilhões, valor este que ficou 2,39% abaixo da dotação orçamentária prevista. Nas páginas que

seguem, os diagramas apresentam a composição das receitas e das despesas detalhadas, com os respectivos valores referentes ao exercício financeiro de 2025 e, em alguns casos, com o comparativo de exercícios anteriores, atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

## Receitas x Despesas



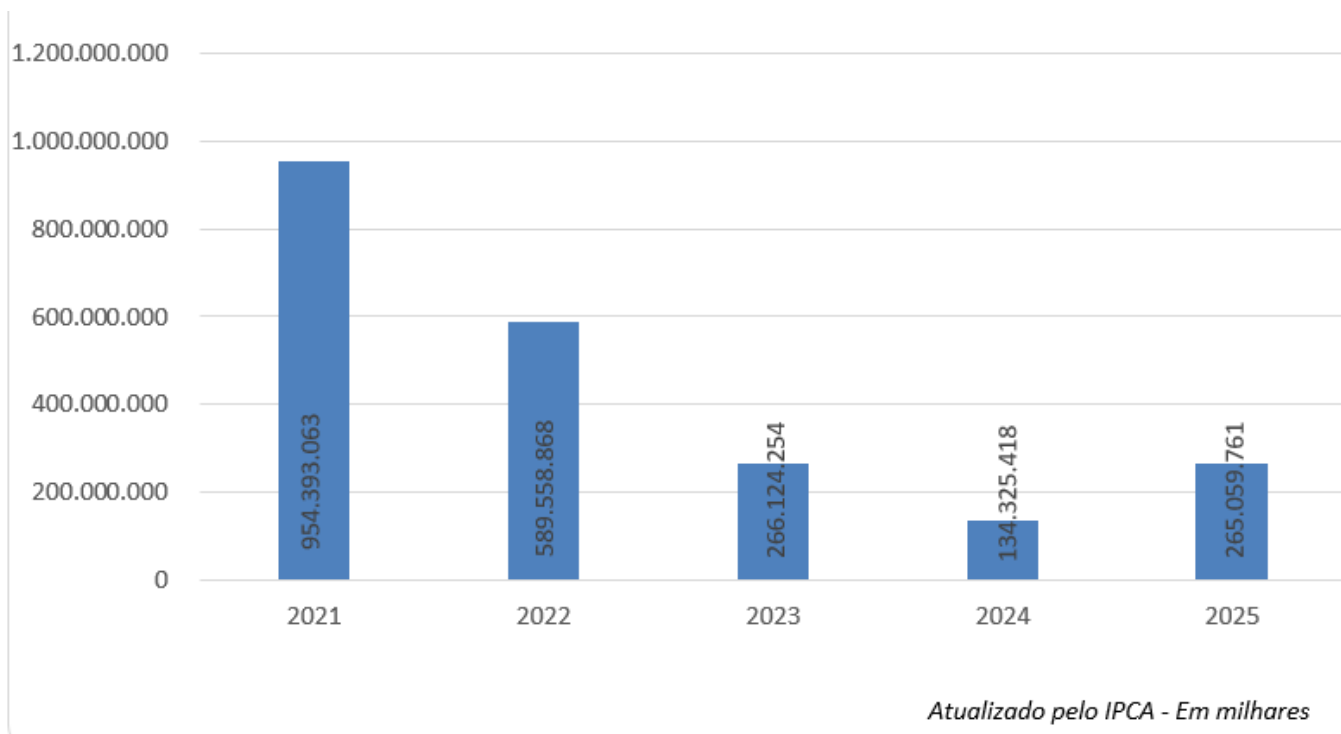
Receitas x Despesas (Valores Nominais)					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Receitas	9.228.365.288	9.825.959.829	11.089.259.789	11.649.199.786	12.326.099.796
Despesas	8.439.400.604	9.310.397.823	10.845.783.037	11.520.368.235	12.061.040.035
Superávit	788.964.684	515.562.006	243.476.752	128.831.551	265.059.761

Em R\$ mil

Receitas x Despesas (Valores Corrigidos pelo IPCA)					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Receitas	11.163.348.619	11.236.246.436	12.120.750.576	12.145.965.932	12.326.099.796
Despesas	10.208.955.556	10.646.687.568	11.854.626.322	12.011.640.514	12.061.040.035
Superávit	954.393.063	589.558.868	266.124.254	134.325.418	265.059.761

Em R\$ mil

Resultado Orçamentário - Superávit



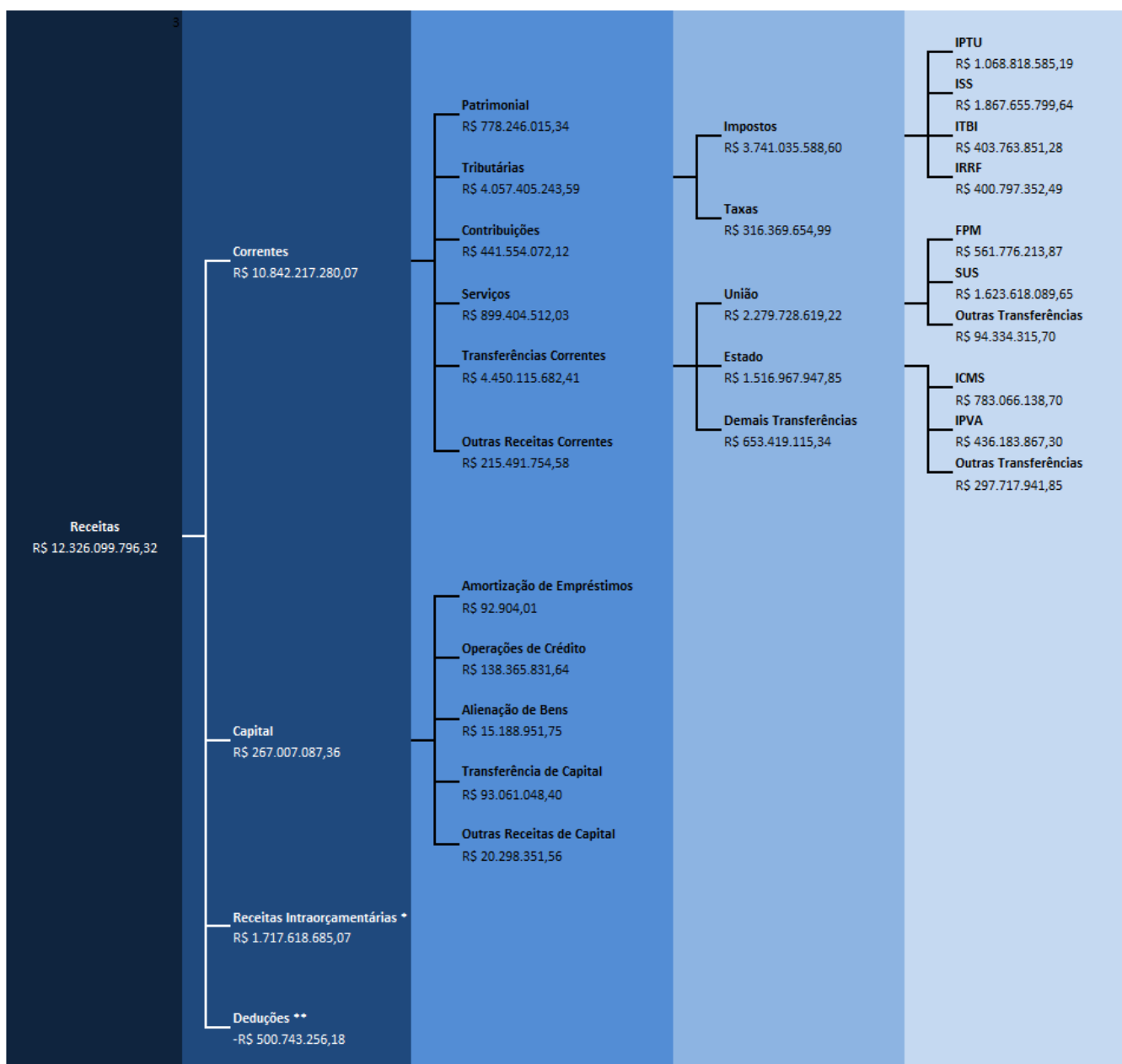
Resultado Orçamentário					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Centralizada - Recursos Livres	1.126.881.299	996.228.337	727.176.881	839.536.612	704.607.525
Centralizada - Recursos Vinculados	51.887.583	65.515.466	- 147.862.951	128.063.934	316.171.940
DEM HAB	- 3.903.412	- 58.242.488	- 73.494.571	- 90.519.356	- 68.421.261
DMAE	- 80.018.526	- 42.033.368	- 26.018.317	- 299.468.481	- 106.353.935
DMLU	- 76.574.202	- 219.615.591	- 201.864.231	- 226.536.534	- 352.975.703
FASC	- 268.621.156	- 280.007.030	- 282.071.354	- 300.008.683	- 216.643.647
PREVIMPA - Regime Simples	- 25.237.712	1.226.225	15.699.390	- 11.862.648	- 1.586.383
PREVIMPA - Regime Capitalizado	517.137.938	396.915.997	583.081.833	463.712.661	310.688.807
PREVIMPA - Administração	21.749.649	- 16.965.593	- 10.274.926	- 8.644.228	- 886.469
CMPA	- 179.517.334	- 175.892.758	- 204.609.578	- 208.624.000	- 188.272.373
EPTC <sup>1</sup>	- 129.391.065	- 77.570.330	- 113.637.923	- 151.323.858	- 131.268.740
<b>Total Geral</b>	<b>954.393.063</b>	<b>589.558.868</b>	<b>266.124.254</b>	<b>134.325.418</b>	<b>265.059.761</b>

Atualizado pelo IPCA (Em mil \$)

Resultado Orçamentário (Consolidado - exceto Regime Capitalizado- Previmpa)			
Ano		valor capitalizado	total (exceto Previmpa)
Receita	12.326.099.796	- 483.883.543	11.842.216.253
Despesa	12.061.040.035	- 173.194.737	11.887.845.299
Déficit			- 45.629.046

Nota 1: A EPTC, empresa de direito privado, foi declarada empresa dependente, através da Resolução nº 85/2019 pelo CGOF (Comitê de Gestão Orçamentária e Financeira), sendo incluída no Orçamento a partir de 01 de janeiro de 2020.

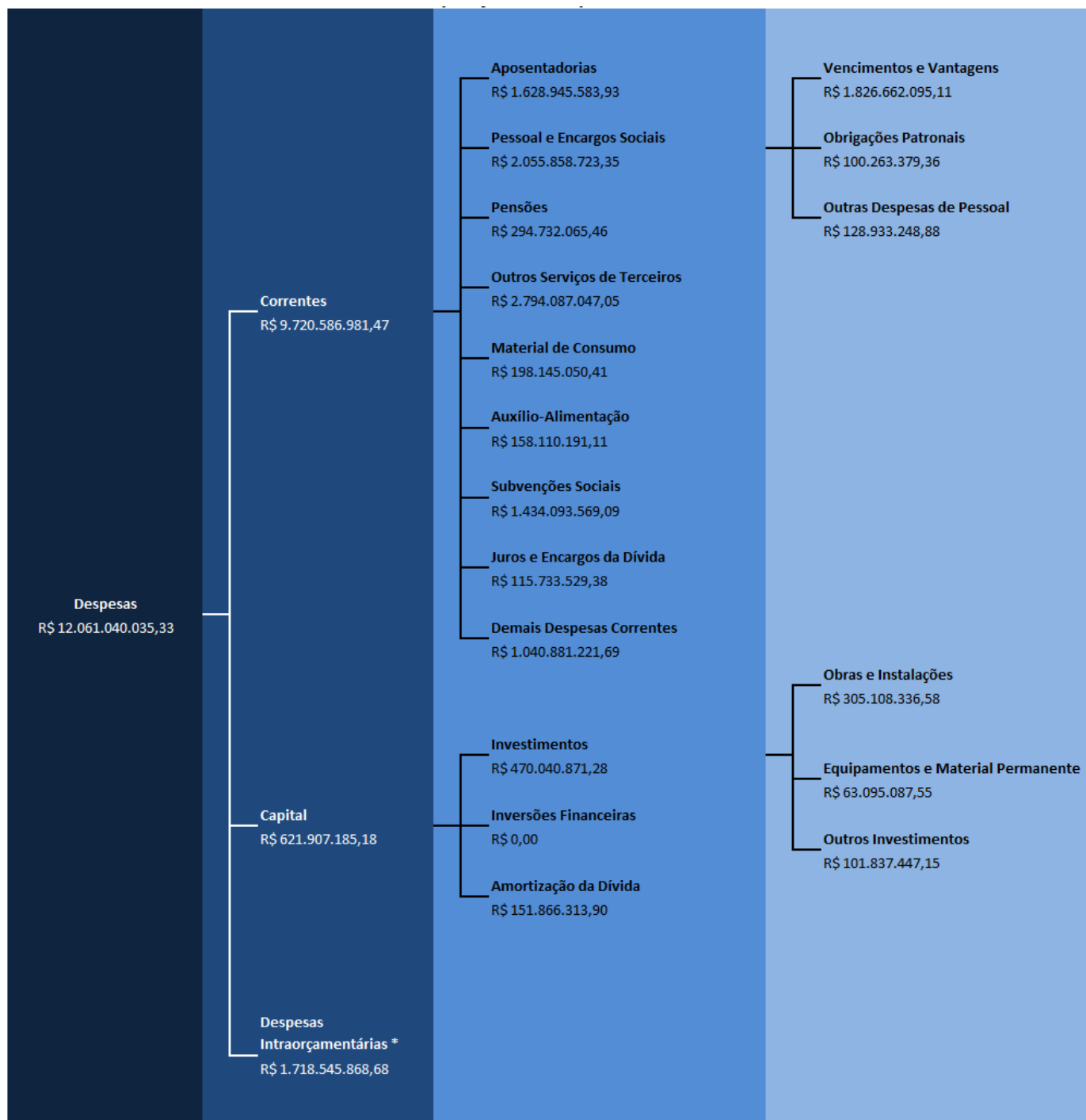
# Composição da Receita de 2025



\* Receitas Intraorçamentárias: Incluem as receitas entre entes do governo relativas a Contribuições Patronais, Receitas de Serviços, Receitas Imobiliárias e Receitas Diversas.

\*\* Deduções: Referem-se a transferências para o Fundeb, deduções de Tributos, entre outras.

# Composição da Despesa de 2025



\* Despesas Intraorçamentárias: Incluem as despesas entre entes do governo relativas a Contribuições Patronais, Despesas de Capital e Despesas Diversas.

# origem dos recursos



# Origem dos Recursos

Em comparação ao exercício de 2024, a Receita Total do Município teve um aumento de 1,5% em 2025. As Receitas Correntes aumentaram 2,2%. Já as Receitas de Capital e as Receitas Intraorçamentárias tiveram um aumento de 22,9% e 1,9%, respectivamente. Analisando a composição da receita por itens individualizados,

verifica-se que as Receitas Tributárias (ISS, IPTU, ITBI, IRRF e Taxas) foram responsáveis por 32,9% da Receita Total, acompanhadas pelas Transferências Correntes da União e do Estado, que contribuíram 18,5% e 12,3%, respectivamente.

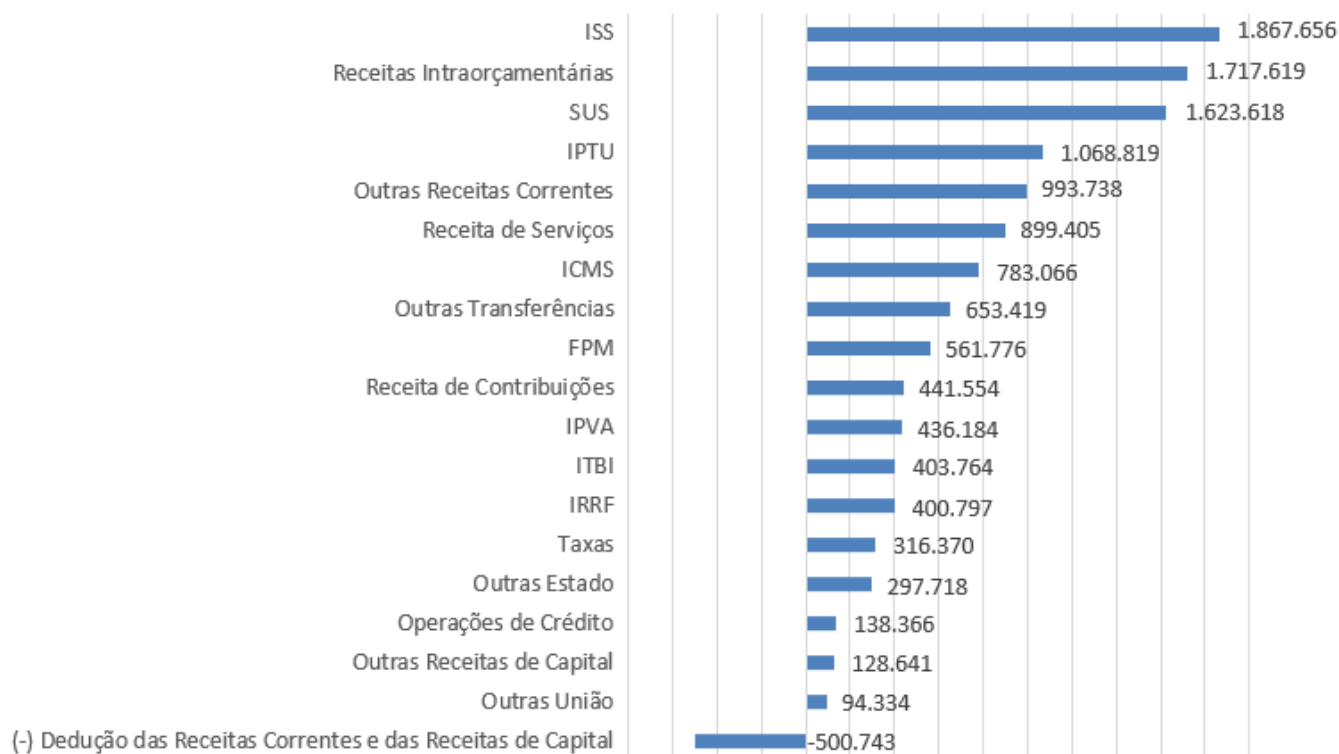
Variação da Receita Total (Valores Corrigidos pelo IPCA)					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Receita Total	11.163.348.618,70	11.236.246.435,53	12.120.750.575,60	12.145.965.931,59	12.326.099.796,32
Variação		0,7%	7,9%	0,2%	1,5%

Variação em relação ao ano anterior / Em R\$

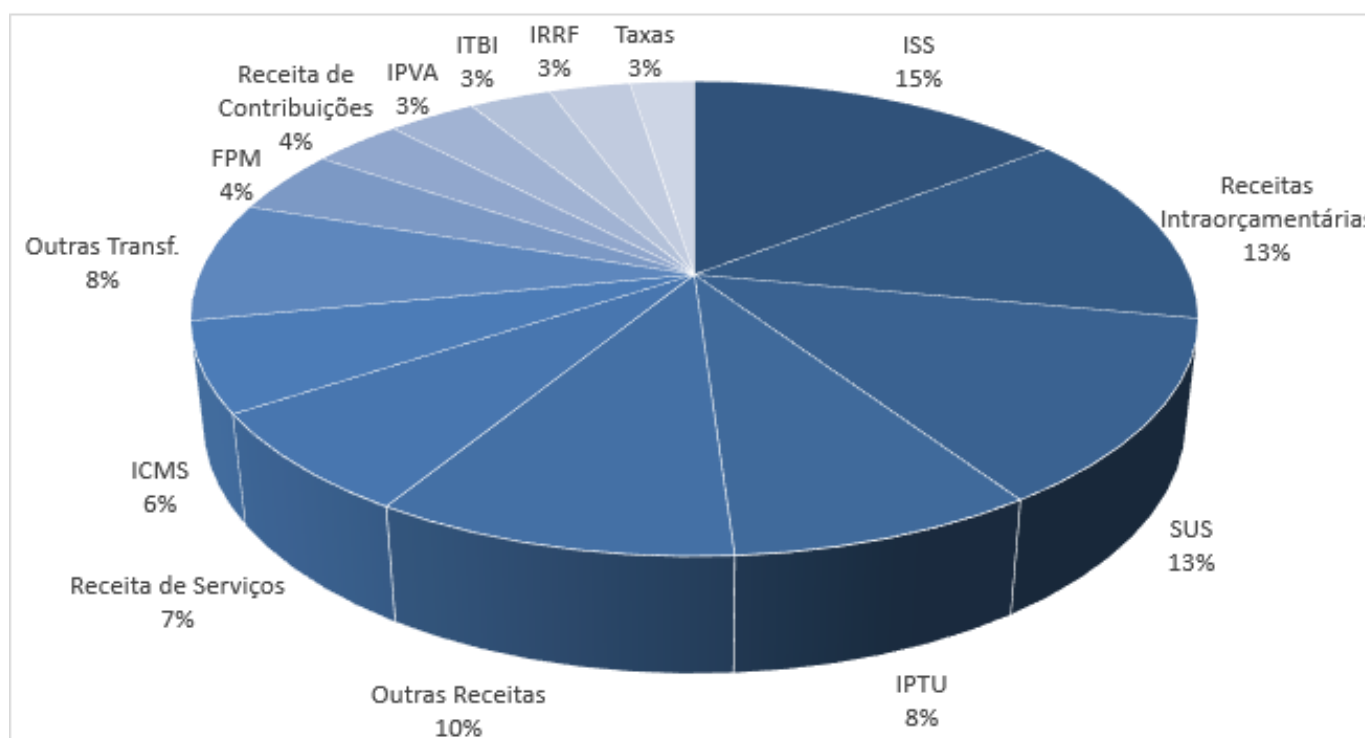
Receitas Arrecadadas (Comparação da Receita - 2024 e 2025)			
Ano	2024	2025	Percentual 2024/2025
<b>Receitas Correntes</b>	<b>10.612.332</b>	<b>10.842.217</b>	<b>2,2</b>
<b>Receitas Tributárias</b>	<b>4.122.361</b>	<b>4.057.405</b>	<b>-1,6</b>
ISS	1.819.484	1.867.656	2,6
IPTU	1.082.452	1.068.819	-1,3
ITBI	360.836	403.764	11,9
IRRF	558.402	400.797	-28,2
Taxas	301.187	316.370	5,0
<b>Receita de Serviços</b>	<b>815.515</b>	<b>899.405</b>	<b>10,3</b>
<b>Receita de Contribuições</b>	<b>448.310</b>	<b>441.554</b>	<b>-1,5</b>
<b>Transferências Correntes</b>	<b>4.375.338</b>	<b>4.450.116</b>	<b>1,7</b>
Transferências da União	2.269.496	2.279.729	0,5
FPM	472.983	561.776	18,8
SUS	1.594.170	1.623.618	1,8
Outras União	202.343	94.334	-53,4
Transferências do Estado	1.472.001	1.516.968	3,1
ICMS	784.475	783.066	-0,2
IPVA	430.263	436.184	1,4
Outras Estado	257.263	297.718	15,7
Outras Transferências	633.841	653.419	3,1
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>850.807</b>	<b>993.738</b>	<b>16,8</b>
<b>Receitas de Capital</b>	<b>217.264</b>	<b>267.007</b>	<b>22,9</b>
Operações de Crédito	125.073	138.366	10,6
Outras Receitas de Capital	92.192	128.641	39,5
<b>Receitas Intraorçamentárias</b>	<b>1.685.415</b>	<b>1.717.619</b>	<b>1,9</b>
<b>(-) Dedução das Receitas Correntes e das Receitas de Capital</b>	<b>-369.045</b>	<b>-500.743</b>	<b>35,7</b>
<b>Receita Total</b>	<b>12.145.966</b>	<b>12.326.100</b>	<b>1,5</b>

Atualizado pelo IPCA / Em R\$ mil

## Composição da Receita de 2025



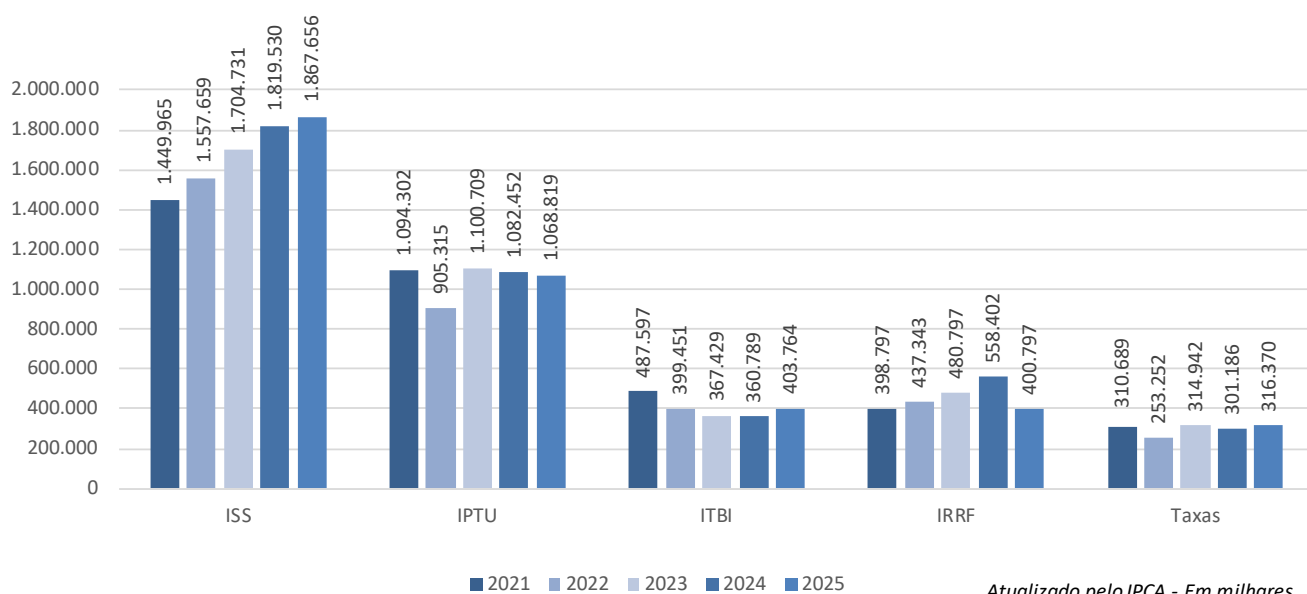
Em milhares



# Receitas Correntes - Tributárias

As Receitas Tributárias tiveram um decréscimo de 1,6% em comparação ao ano anterior.

## Evolução das Receitas Próprias - Tributárias



### Receitas Próprias Tributárias (Valores Brutos Nominais)

Ano	2021	2022	2023	2024	2025
ISS	1.198.637	1.362.154	1.559.656	1.745.112	1.867.656
IPTU	904.623	791.687	1.007.037	1.038.180	1.068.819
ITBI	403.080	349.315	336.160	346.033	403.764
IRRF	329.672	382.451	439.881	535.564	400.797
Taxas	256.836	221.466	288.140	288.868	316.370
<b>Total</b>	<b>3.092.848</b>	<b>3.107.073</b>	<b>3.630.874</b>	<b>3.953.757</b>	<b>4.057.405</b>

Em R\$ mil

### Receitas Próprias Tributárias (Valores Corrigidos pelo IPCA)

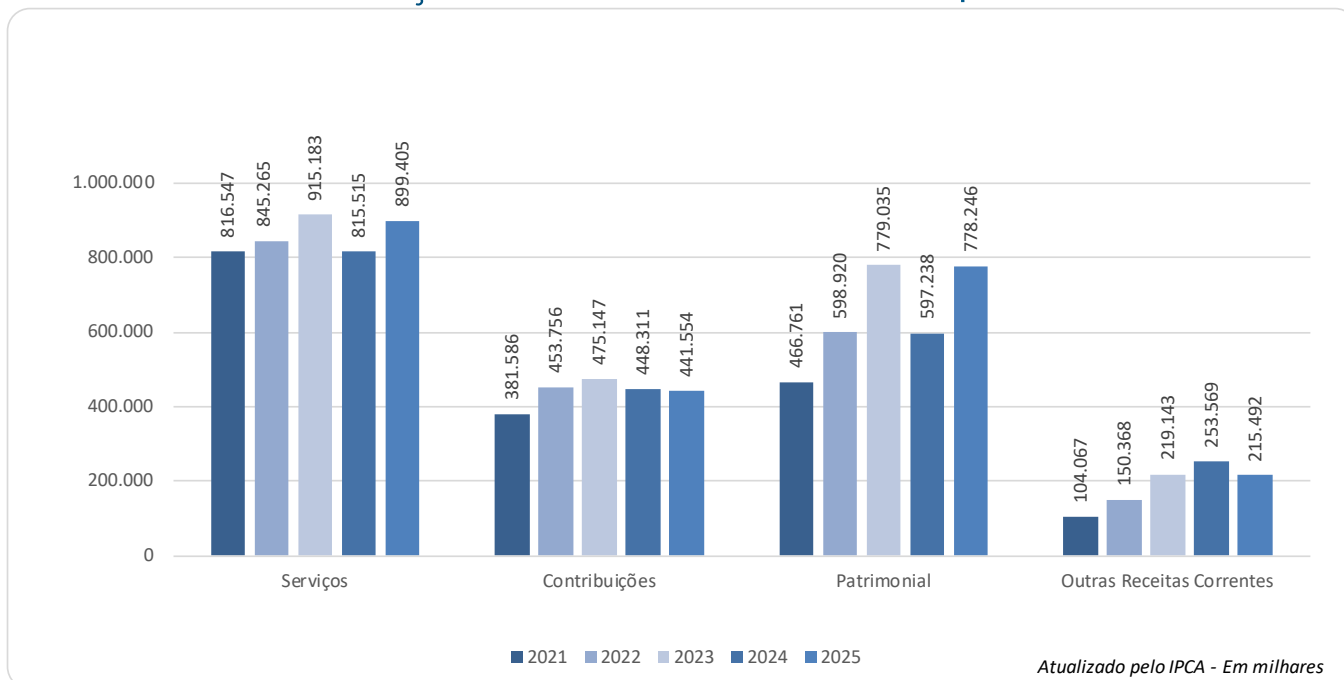
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
ISS	1.449.965	1.557.659	1.704.731	1.819.530	1.867.656
IPTU	1.094.302	905.315	1.100.709	1.082.452	1.068.819
ITBI	487.597	399.451	367.429	360.789	403.764
IRRF	398.797	437.343	480.797	558.402	400.797
Taxas	310.689	253.252	314.942	301.186	316.370
<b>Total</b>	<b>3.741.350</b>	<b>3.553.021</b>	<b>3.968.607</b>	<b>4.122.360</b>	<b>4.057.405</b>

Em R\$ mil

# Demais Receitas Correntes Próprias

As Demais Receitas Próprias tiveram um acréscimo de 10,4% em 2025, puxado pelos itens de Serviços e Patrimonial.

## Evolução das Demais Receitas Próprias



### Demais Receitas Próprias (Valores Brutos Nominais)

Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Serviços	675.012	739.174	837.300	782.161	899.405
Contribuições	315.444	396.804	434.711	429.975	441.554
Patrimonial	385.856	523.748	712.738	572.811	778.246
Outras Receitas Correntes	86.029	131.495	200.494	243.198	215.492
<b>Total</b>	<b>1.462.341</b>	<b>1.791.221</b>	<b>2.185.243</b>	<b>2.028.145</b>	<b>2.334.696</b>

Em R\$ mil

### Demais Receitas Próprias (Valores Corrigidos pelo IPCA)

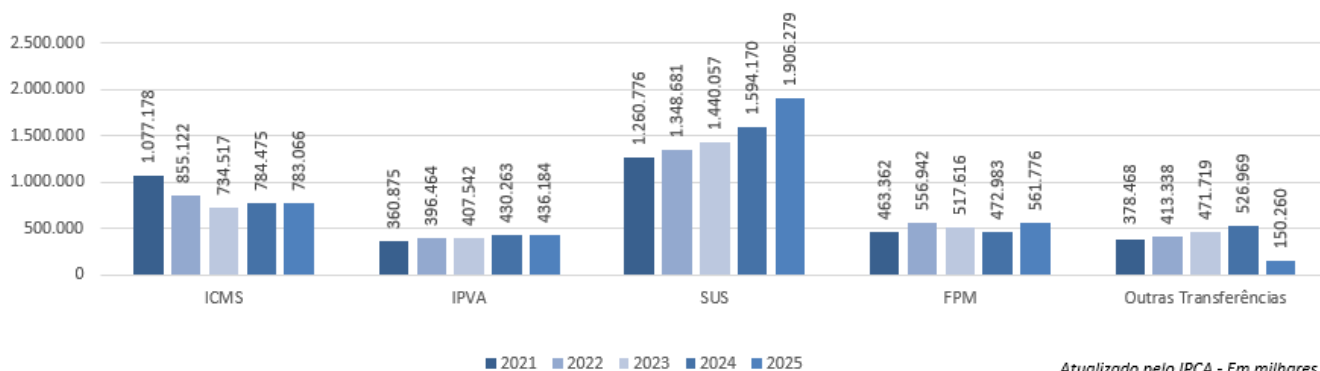
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Serviços	816.547	845.265	915.183	815.515	899.405
Contribuições	381.586	453.756	475.147	448.311	441.554
Patrimonial	466.761	598.920	779.035	597.238	778.246
Outras Receitas Correntes	104.067	150.368	219.143	253.569	215.492
<b>Total</b>	<b>1.768.961</b>	<b>2.048.309</b>	<b>2.388.508</b>	<b>2.114.633</b>	<b>2.334.696</b>

Em R\$ mil

# Receitas de Terceiros

As Transferências Correntes, incluindo o FUNDEB, tiveram um acréscimo de 0,8% em 2025.

## Evolução das Receitas de Terceiros



Receitas de Terceiros (Valores Nominais)					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
ICMS	890.467	747.794	672.009	752.391	783.066
IPVA	298.323	346.703	372.860	412.665	436.184
SUS	1.042.241	1.179.405	1.317.506	1.528.969	1.906.279
FPM	383.046	487.039	473.566	453.638	561.776
Outras Transferências	312.867	361.459	431.575	505.416	150.260
<b>Total</b>	<b>2.926.944</b>	<b>3.122.400</b>	<b>3.267.516</b>	<b>3.653.079</b>	<b>3.837.565</b>

Em R\$ mil

Receitas de Terceiros (Valores Corrigidos pelo IPCA)					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
ICMS	1.077.178	855.122	734.517	784.475	783.066
IPVA	360.875	396.464	407.542	430.263	436.184
SUS	1.260.776	1.348.681	1.440.057	1.594.170	1.906.279
FPM	463.362	556.942	517.616	472.983	561.776
Outras Transferências	378.468	413.338	471.719	526.969	150.260
<b>Total</b>	<b>3.540.659</b>	<b>3.570.547</b>	<b>3.571.450</b>	<b>3.808.860</b>	<b>3.837.565</b>

Em R\$ mil

FUNDEB (Valores Nominais)					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Transferências FUNDEB	451.102	459.891	469.166	543.309	612.550
(-) Deduções das Transferências	-318.234	-309.659	-306.632	-319.702	-345.743
<b>Resultado</b>	<b>132.868</b>	<b>150.232</b>	<b>162.534</b>	<b>223.607</b>	<b>266.807</b>

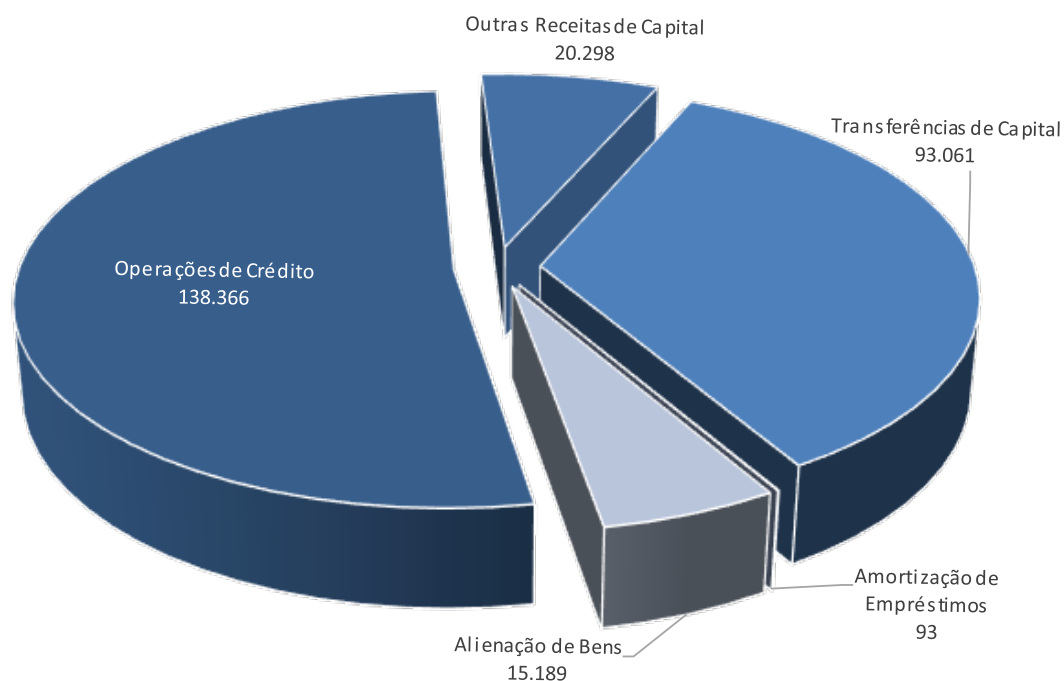
Em R\$ mil

FUNDEB (Valores Corrigidos pelo IPCA)					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Transferências FUNDEB	545.688	525.898	512.806	566.478	612.550
(-) Deduções das Transferências	-384.961	-354.103	-335.154	-333.335	-345.743
<b>Resultado</b>	<b>160.727</b>	<b>171.794</b>	<b>177.652</b>	<b>233.142</b>	<b>266.807</b>

Em R\$ mil

# Receitas de Capital

As Receitas de Capital de 2025 registraram o montante de R\$ 267 milhões, ficando 22,9% acima da arrecadação do ano de 2024, em valores corrigidos.



Atualizado pelo IPCA - Em milhares

Receitas de Capital (Valores Nominais)					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Operações de Crédito	112.032	146.276	161.359	119.957	138.366
Outras Receitas de Capital	82.579	34.929	39.941	37.016	20.298
Transferências de Capital	3.616	10.484	21.083	45.850	93.061
Amortização de Empréstimos	1.263	1.306	1.680	224	93
Alienação de Bens	5.010	9.571	10.289	5.331	15.189
<b>Total</b>	<b>204.500</b>	<b>202.566</b>	<b>234.352</b>	<b>208.378</b>	<b>267.007</b>

Em R\$ mil

Receitas de Capital (Valores Corrigidos pelo IPCA)					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Operações de Crédito	135.523	167.270	176.368	125.072	138.366
Outras Receitas de Capital	99.894	39.942	43.656	38.595	20.298
Transferências de Capital	4.374	11.989	23.044	47.805	93.061
Amortização de Empréstimos	1.528	1.493	1.836	234	93
Alienação de Bens	6.060	10.945	11.246	5.558	15.189
<b>Total</b>	<b>247.379</b>	<b>231.640</b>	<b>256.151</b>	<b>217.264</b>	<b>267.007</b>

Em R\$ mil

# destinação dos recursos



# Destinação dos Recursos

A Despesa Total da Prefeitura aumentou, em valores corrigidos, 0,4% em 2025, sobre os dados registrados no ano anterior. Os principais itens nos gastos são as Outras Despesas Correntes, que tiveram aumento de 2,3%, e as de Pessoal e Encargos Sociais, que tiveram um decréscimo de 1,7% .

Em 2025, Porto Alegre investiu R\$ 470 milhões em obras e benfeitorias. Salienta-se, também, que houve um acréscimo na Amortização da Dívida de 10,4%.

Os quadros e gráficos demonstram a composição da despesa e a variação dos gastos nos últimos cinco anos.

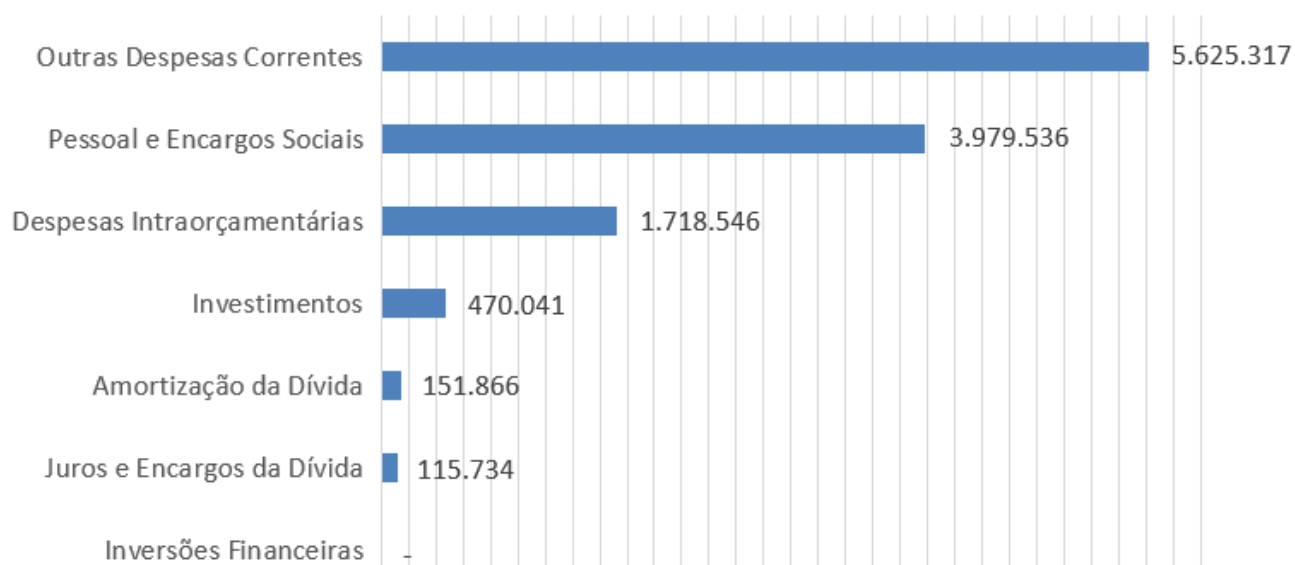
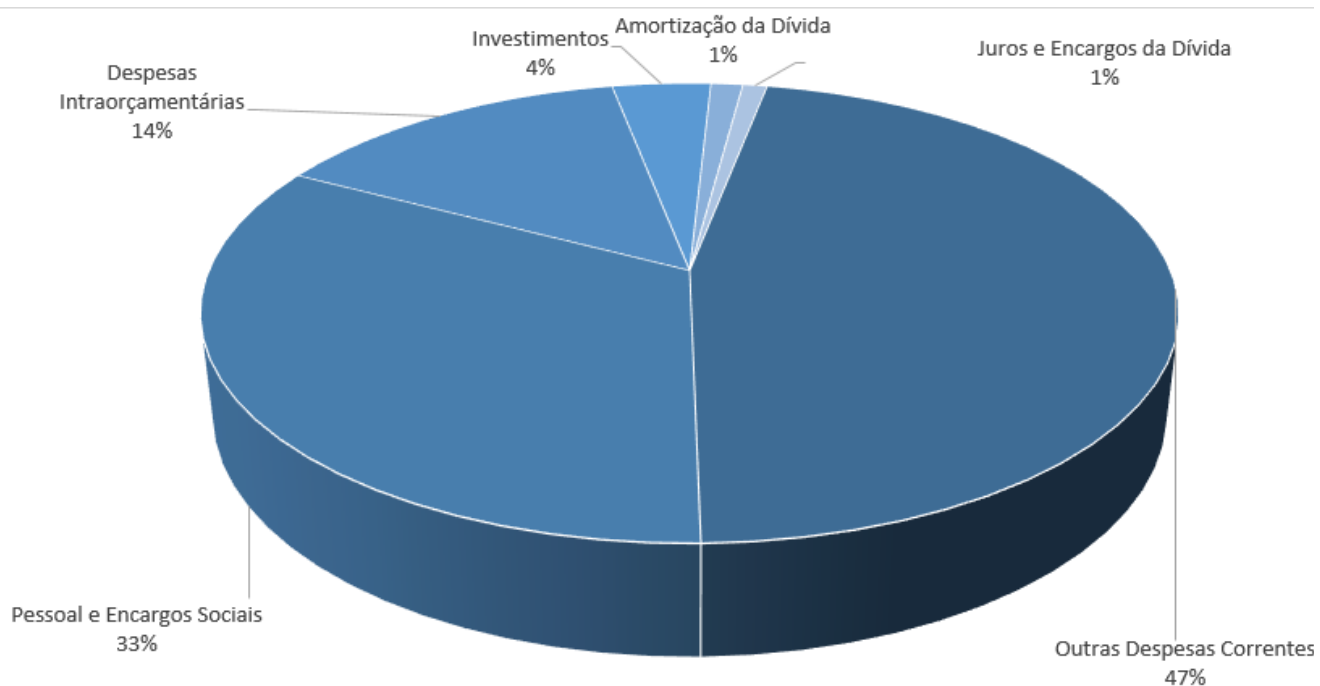
Variação da Despesa Total (Valores corrigidos IPCA)					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Despesa Total	10.208.955.555,74	10.646.687.567,67	11.854.626.321,80	12.011.640.513,95	12.061.040.035,33
Variação		4,3%	11,3%	1,3%	0,4%

*Variação em relação ao ano anterior / Em R\$*

Despesas Empenhadas (Comparação da Despesa - 2024 e 2025)			
Ano	2024	2025	2025/2024
<b>Despesas Correntes</b>	<b>9.625.513</b>	<b>9.720.587</b>	<b>1,0%</b>
Pessoal e Encargos Sociais	4.049.377	3.979.536	-1,7%
Juros e Encargos da Dívida	78.944	115.734	46,6%
Outras Despesas Correntes	5.497.192	5.625.317	2,3%
<b>Despesas de Capital</b>	<b>690.526</b>	<b>621.907</b>	<b>-9,9%</b>
Investimentos	552.964	470.041	-15,0%
Amortização da Dívida	137.562	151.866	10,4%
Inversões Financeiras	0	0	
<b>Despesas Intraorçamentárias</b>	<b>1.695.601</b>	<b>1.718.546</b>	<b>1,4%</b>
<b>Despesa Total</b>	<b>12.011.641</b>	<b>12.061.040</b>	<b>0,4%</b>

*Atualizado pelo IPCA / Em R\$ mil*

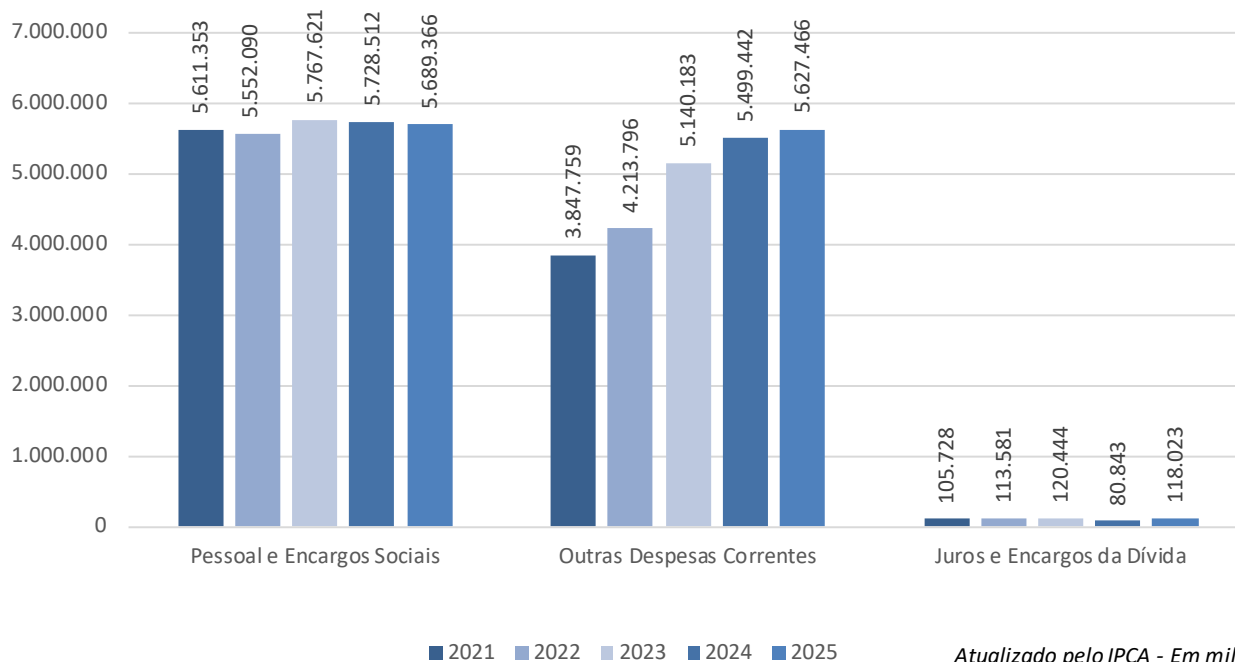
## Composição da Despesa de 2025

*Em milhares*

# Despesas Correntes

As Despesas Correntes tiveram um aumento real de 1,1% em relação ao exercício anterior. Esse crescimento deve-se especialmente ao crescimento das Outras Despesas Correntes, em especial ao pagamento de prestadores de Serviços de Saúde.

## Evolução das Despesas Correntes



Despesas Correntes incluindo Intraorçamentárias (Valores Nominais)					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Pessoal e Encargos Sociais	4.638.717	4.855.235	5.276.789	5.494.218	5.689.366
Outras Despesas Correntes	3.180.813	3.684.913	4.702.747	5.274.517	5.627.466
Juros e Encargos da Dívida	87.402	99.325	110.194	77.537	118.023
<b>Total</b>	<b>7.906.932</b>	<b>8.639.473</b>	<b>10.089.730</b>	<b>10.846.272</b>	<b>11.434.854</b>

Em R\$ mil

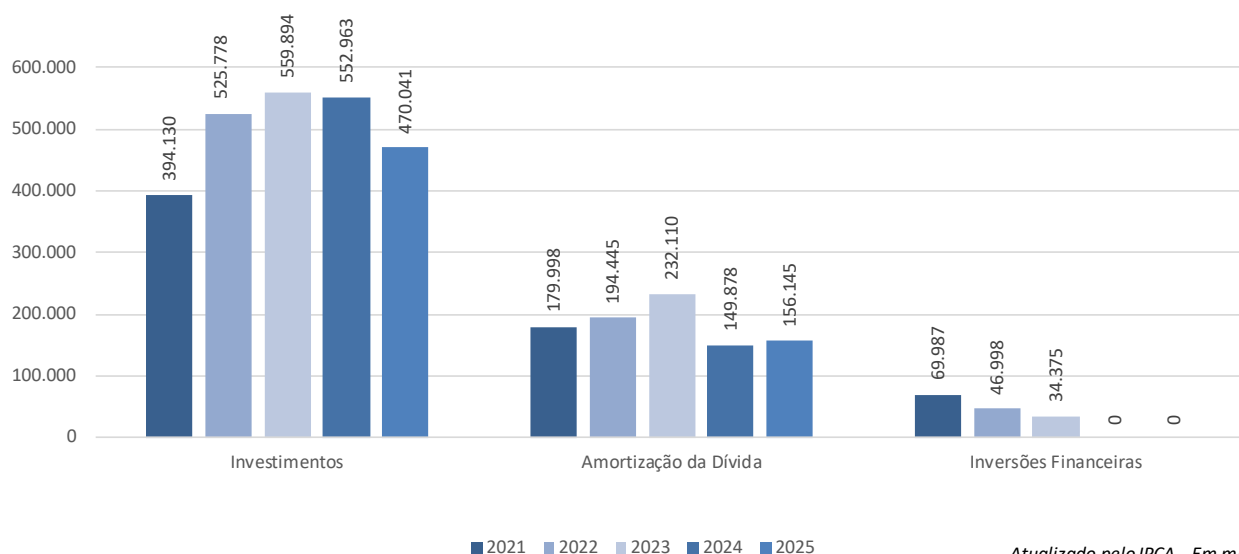
Despesas Correntes incluindo Intraorçamentárias (Valores Corrigidos pelo IPCA)					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Pessoal e Encargos Sociais	5.611.353	5.552.090	5.767.621	5.728.512	5.689.366
Outras Despesas Correntes	3.847.759	4.213.796	5.140.183	5.499.442	5.627.466
Juros e Encargos da Dívida	105.728	113.581	120.444	80.843	118.023
<b>Total</b>	<b>9.564.840</b>	<b>9.879.467</b>	<b>11.028.247</b>	<b>11.308.798</b>	<b>11.434.854</b>

Em R\$ mil

# Despesas de Capital

As Despesas de Capital tiveram um decréscimo real de 10,9% em relação ao exercício anterior.

## Evolução das Despesas de Capital



### Despesas de Capital incluindo Intraorçamentárias (Valores Nominais)

Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Investimentos	325.814	459.786	512.246	530.347	470.041
Amortização da Dívida	148.798	170.040	212.357	143.748	156.145
Inversões Financeiras	57.856	41.099	31.450	0	0
<b>Total</b>	<b>532.468</b>	<b>670.925</b>	<b>756.053</b>	<b>674.095</b>	<b>626.186</b>

Em R\$ mil

### Despesas de Capital incluindo Intraorçamentárias (Valores Corrigidos pelo IPCA)

Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Investimentos	394.130	525.778	559.894	552.963	470.041
Amortização da Dívida	179.998	194.445	232.110	149.878	156.145
Inversões Financeiras	69.987	46.998	34.375	0	0
<b>Total</b>	<b>644.115</b>	<b>767.221</b>	<b>826.379</b>	<b>702.841</b>	<b>626.186</b>

Em R\$ mil

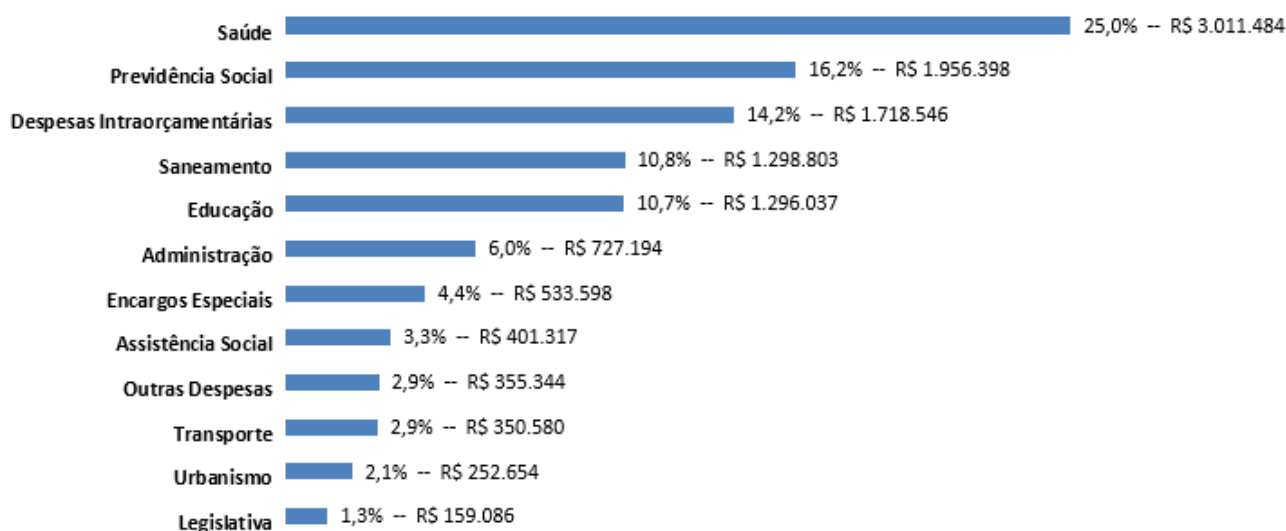
# Despesas por Função de Governo

No gráfico e na tabela são apresentadas as despesas empenhadas por Função, conforme a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério de Orçamento e Gestão, com alterações, que estabelece a discriminação da despesa por Função e Subfunção. Em separado, foram informadas as Despesas Intraorçamentárias. Pode-se verificar que as duas principais Funções de Despesa em 2025 foram Saúde com 25,0% dos gastos to-

tais e Previdência Social com 16,2%.

Cabe ressaltar que as informações relativas aos gastos com Saúde e Educação consideram os valores totais empenhados, independentemente da fonte de recursos que os suporta, considerando tanto, gastos efetuados com recursos próprios, como com recursos de terceiros.

## Despesas por Função de Governo de 2025



Atualizado pelo IPCA - Em milhares

### Despesas por Função de Governo (Valores Corrigidos pelo IPCA)

Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Saúde	2.376.128	2.342.625	3.055.456	2.918.381	3.011.484
Previdência Social	1.840.382	1.888.211	1.998.132	1.999.388	1.956.398
Saneamento	987.765	1.113.053	1.217.392	1.385.384	1.298.803
Educação	833.612	1.163.736	1.055.442	1.163.513	1.296.037
Administração	596.495	628.066	663.189	708.233	727.194
Encargos Especiais	645.808	641.212	590.482	427.143	533.598
Outras Despesas	241.423	273.009	369.772	400.053	355.344
Assistência Social	313.860	323.629	339.581	411.429	401.317
Urbanismo	254.792	265.391	334.698	396.723	252.654
Transporte	151.210	166.663	323.700	328.632	350.580
Legislativa	148.053	148.664	167.086	177.162	159.086
<b>Subtotal</b>	<b>8.389.528</b>	<b>8.954.259</b>	<b>10.114.931</b>	<b>10.316.042</b>	<b>10.342.494</b>
Despesas Intraorçamentárias	1.819.429	1.692.431	1.739.698	1.695.601	1.718.546
<b>Total</b>	<b>10.208.958</b>	<b>10.646.690</b>	<b>11.854.628</b>	<b>12.011.640</b>	<b>12.061.040</b>

Em R\$ mil



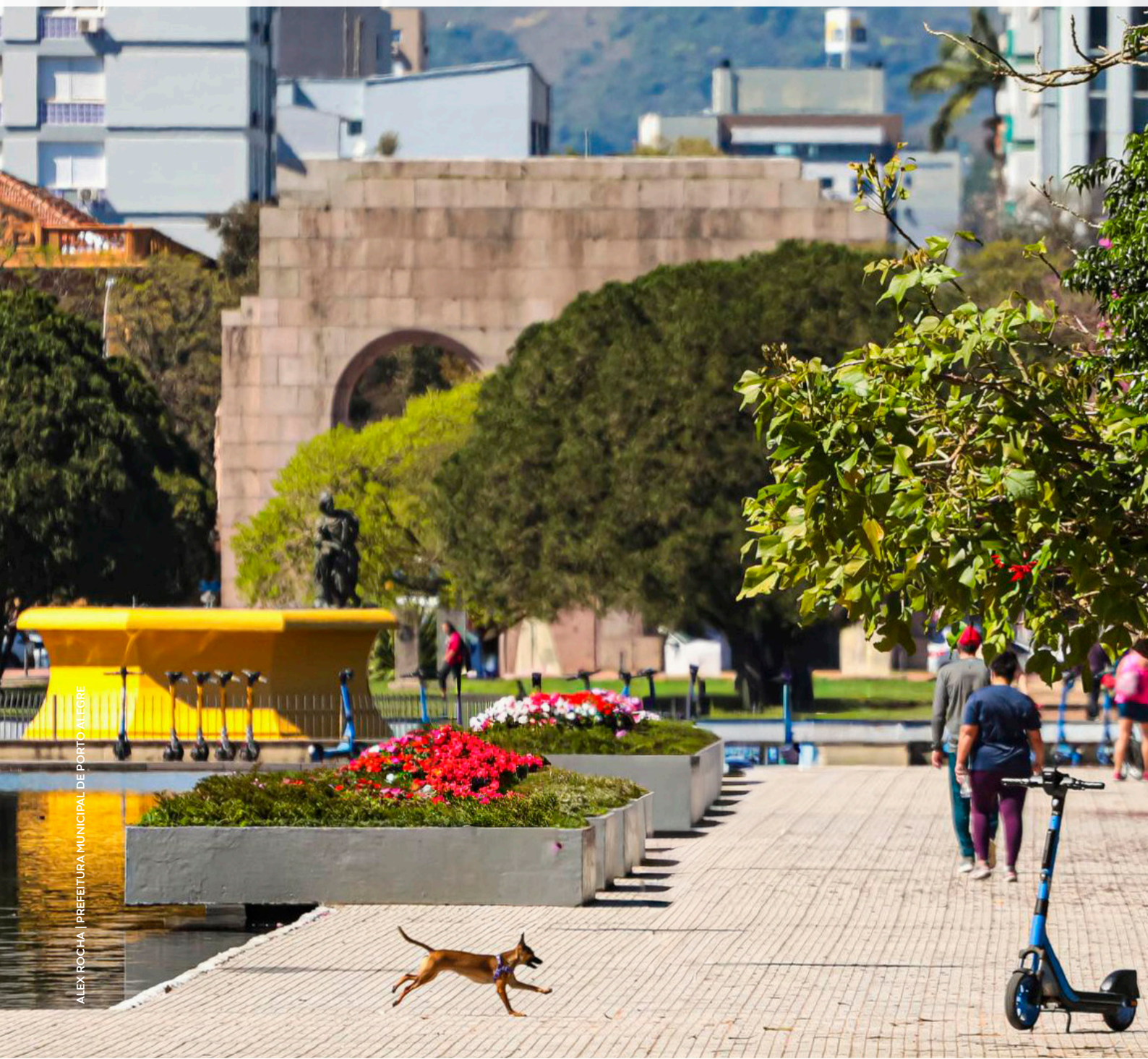
# síntese de **origens e** **comprometimentos** de recursos

Os recursos do Município de Porto Alegre são provenientes de Recursos Próprios, R\$ 7,990 bilhões e de Recursos de Terceiros, R\$ 4,336 bilhões. Desses valores, R\$ 12,061 bilhões retornaram à cidade, tendo como destaque R\$ 3,011 bilhões aplicados na Função Saúde, R\$ 1,299 bilhões na Função Saneamento e R\$ 1,296 bilhões na Função Educação.

Origem de Recursos			Comprometimento de Recursos		
Receita Arrecadada	Valor	%	Despesa Empenhada	Valor	%
<b>Recursos Próprios</b>	<b>7.990.304</b>	<b>64,8%</b>	SAÚDE	3.011.484	25,0%
<b>Receitas Tributárias</b>	<b>4.046.281</b>	<b>32,8%</b>	PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.956.398	16,2%
ISS	1.867.656	15,2%	SANEAMENTO	1.298.803	10,8%
IPTU	1.068.819	8,7%	EDUCAÇÃO	1.296.037	10,7%
ITBI	403.764	3,3%	ADMINISTRAÇÃO	727.194	6,0%
IRRF	400.797	3,3%	ENCARGOS ESPECIAIS	533.598	4,4%
Taxas	316.370	2,6%	ASSISTÊNCIA SOCIAL	401.317	3,3%
(-) Deduções das Receitas Tributárias	-11.124	-0,1%	TRANSPORTE	350.580	2,9%
<b>Receitas Não Tributárias</b>	<b>3.944.023</b>	<b>32,0%</b>	URBANISMO	252.654	2,1%
Receita de Contribuições	441.554	3,6%	LEGISLATIVA	159.086	1,3%
Receita Patrimonial	778.246	6,3%	SEGURANÇA PÚBLICA	79.242	0,7%
Serviços de Água e Esgoto	880.892	7,1%	JUDICIÁRIA	74.889	0,6%
Outros Recursos Próprios	269.585	2,2%	CULTURA	60.281	0,5%
Receita Corrente Intraorçamentária	1.717.619	13,9%	GESTÃO AMBIENTAL	57.318	0,5%
(-) Deduções das Receitas Não Tributárias	-143.873	-1,2%	HABITAÇÃO	52.670	0,4%
<b>Recursos de Terceiros</b>	<b>4.335.796</b>	<b>35,2%</b>	DIREITOS DA CIDADANIA	12.204	0,1%
ICMS	783.066	6,4%	COMÉRCIO E SERVIÇOS	8.236	0,1%
IPVA	436.184	3,5%	DESPORTO E LAZER	8.113	0,1%
SUS	1.916.904	15,6%	AGRICULTURA	1.848	0,0%
FPM	561.776	4,6%	TRABALHO	543	0,0%
Transferências Recebidas do FUNDEB	612.550	5,0%	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0	0,0%
Outros Recursos Recebidos	232.696	1,9%	RELAÇÕES EXTERIORES	0	0,0%
Operações de Crédito	138.366	1,1%	Reserva de Contingência	0	0,0%
Transferências Enviadas ao FUNDEB	-345.743	-2,8%	Despesa Intraorçamentária	1.718.546	14,2%
Deduções recursos de terceiros	-4				
<b>Total da Receita</b>	<b>12.326.100</b>	<b>100%</b>	<b>Total da Despesa</b>	<b>12.061.040</b>	<b>100%</b>
			Superávit Orçamentário	265.060	
<b>Total Geral</b>	<b>12.326.100</b>		<b>Total Geral</b>	<b>12.326.100</b>	

Em R\$ mil

# situação líquida financeira e permanente



# Evolução da Situação Líquida Financeira

A Situação Líquida Financeira representa a diferença entre o Ativo Financeiro (Disponibilidades, Aplicações Temporárias e outras operações) e o Passivo Financeiro (Obrigações Exigíveis a Curto Prazo, Depósitos e outras operações). Verifica-se um aumento de 6,09% em relação ao exercício anterior, em valores corrigidos.

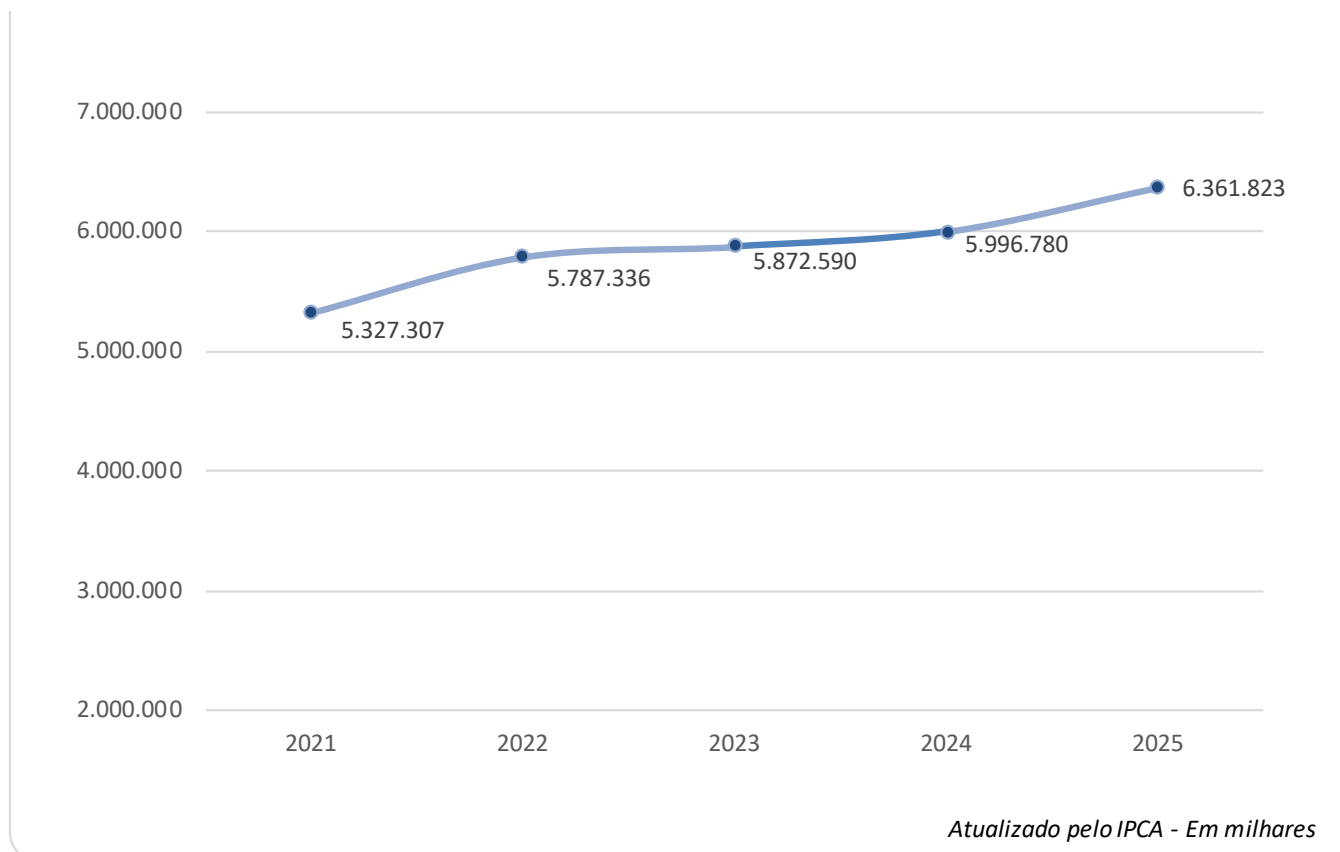
SLF - Situação Líquida Financeira (Valores Nominais)					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Ativo Financeiro	5.107.994	5.922.744	6.214.565	6.963.321	7.350.429
(-) Passivo Financeiro	-704.088	-861.790	-841.740	-1.211.807	-988.606
<b>Situação Líquida Financeira</b>	<b>4.403.906</b>	<b>5.060.954</b>	<b>5.372.825</b>	<b>5.751.514</b>	<b>6.361.823</b>

Em R\$ mil

SLF - Situação Líquida Financeira (Valores Corrigidos pelo IPCA)					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Ativo Financeiro	6.179.027	6.772.815	6.792.626	7.260.263	7.350.429
(-) Passivo Financeiro	-851.720	-985.480	-920.036	-1.263.483	-988.606
<b>Situação Líquida Financeira</b>	<b>5.327.307</b>	<b>5.787.336</b>	<b>5.872.590</b>	<b>5.996.780</b>	<b>6.361.823</b>

Em R\$ mil

## Evolução da Situação Líquida Financeira



# Evolução da Situação Líquida Permanente

A Situação Líquida Permanente resulta da diferença entre o Ativo Permanente (Imobilizado, Investimentos, Créditos a Longo Prazo e Estoques) e o Passivo Permanente (Obrigações Exigíveis a Longo Prazo).

Verifica-se um decréscimo de 56,89% da Situação Líquida Permanente em relação ao ano anterior, em valores corrigidos.

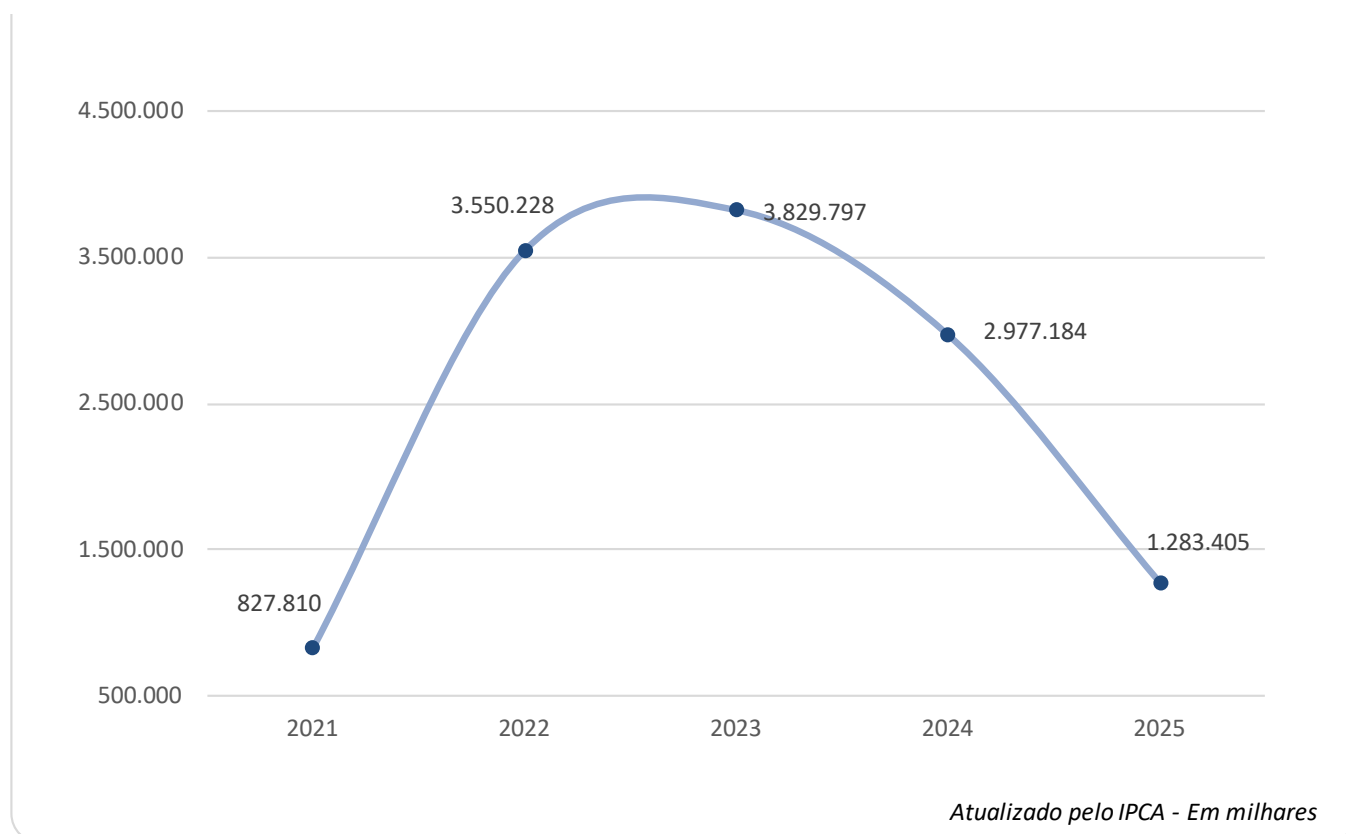
SLP - Situação Líquida Permanente (Valores Nominais)					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Ativo Permanente	6.083.072	9.272.884	10.142.693	10.299.769	10.526.927
(-) Passivo Permanente	-5.398.749	-6.168.253	-6.638.816	-7.444.351	-9.243.522
<b>Situação Líquida Permanente</b>	<b>684.323</b>	<b>3.104.631</b>	<b>3.503.877</b>	<b>2.855.418</b>	<b>1.283.405</b>

*Em R\$ mil*

SLP - Situação Líquida Permanente (Valores Corrigidos pelo IPCA)					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Ativo Permanente	7.358.557	10.603.790	11.086.137	10.738.990	10.526.927
(-) Passivo Permanente	-6.530.747	-7.053.561	-7.256.339	-7.761.806	-9.243.522
<b>Situação Líquida Permanente</b>	<b>827.810</b>	<b>3.550.228</b>	<b>3.829.797</b>	<b>2.977.184</b>	<b>1.283.405</b>

*Em R\$ mil*

## Evolução da Situação Líquida Permanente



# gestão fiscal



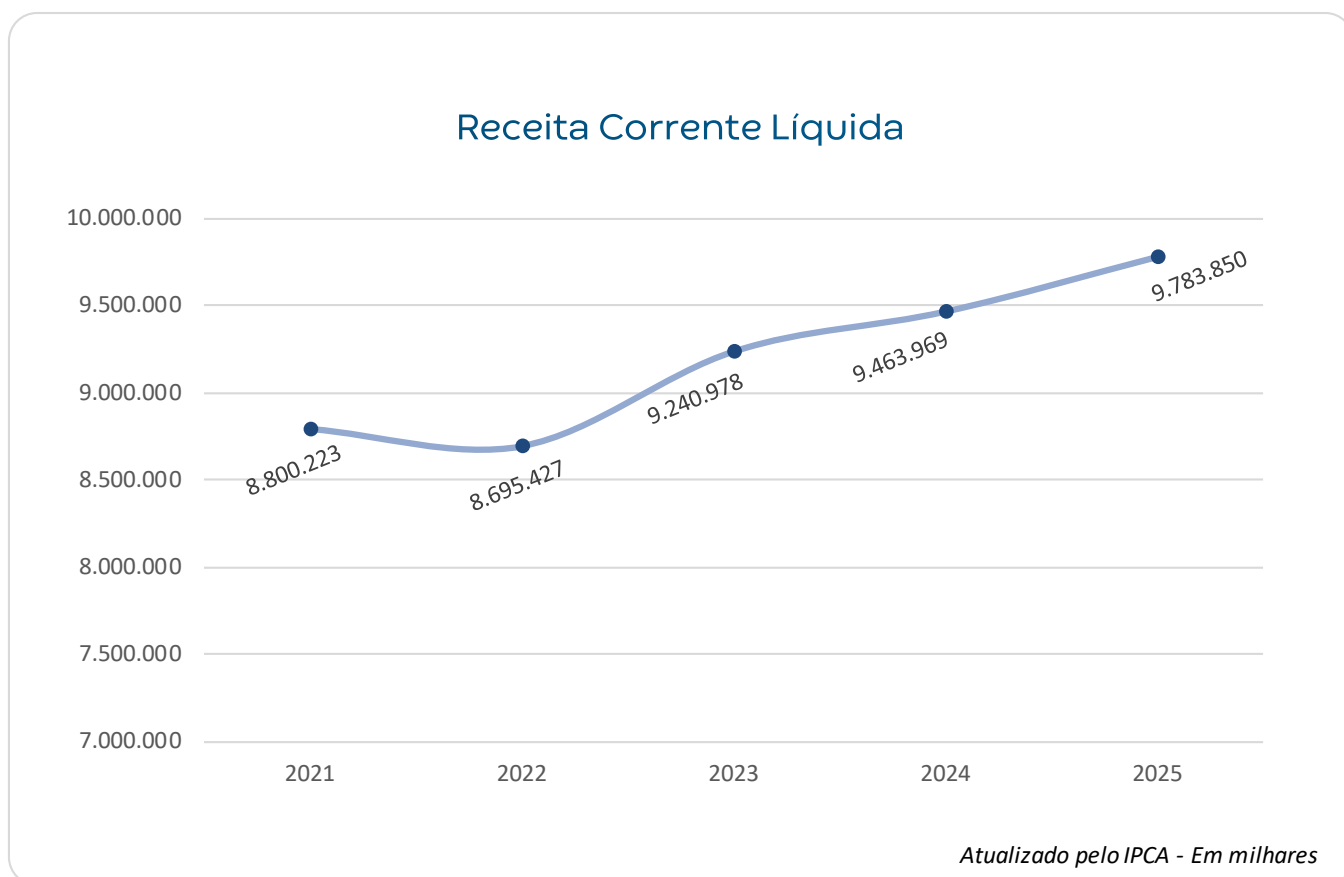
# Receita Corrente Líquida

A RCL - Receita Corrente Líquida é o somatório das receitas de Impostos, Taxas, Contribuições de Melhoria, Contribuições, Patrimoniais, Serviços, Transferências Correntes e Outras Receitas Correntes, excetuando a Contribuição dos Servidores para o custeio do seu sistema de previdência, rendimentos de aplicações de recursos previdenciários e as receitas provenientes das Compensações Financeiras entre Regimes de Previdência. A RCL serve de parâmetro para o cálculo do percentual das Despesas com Pessoal, e para os limites da Dívida Pública.

Em 2025, verifica-se um aumento de 3,38% na RCL, em comparação com o ano anterior.

Receita Corrente Líquida					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Valores Nominais	7.274.849	7.604.044	8.454.559	9.076.896	9.783.850
Valores Corrigidos pelo IPCA	8.800.223	8.695.427	9.240.978	9.463.969	9.783.850

*Critério da Secretaria do Tesouro Nacional - Em R\$ mil*



# Despesa com Pessoal Poder Executivo

No ano de 2025, as despesas com pessoal tiveram um decréscimo de 0,03%.

O índice de comprometimento da RCL Ajustada com Despesas de Pessoal no Poder Executivo em 2024 foi de 40,32%, e em 2025 foi de 39,10%. O Município de Porto Alegre está abaixo dos Limites Máximo e Prudencial, estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que são de 54% e 51,3%, respectivamente, sobre a Receita Corrente Líquida Ajustada.

Despesa com Pessoal - Poder Executivo (Valores Nominais)					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Total da Despesa com Pessoal	2.956.401	3.067.052	3.738.882	3.633.734	3.787.407
Receita Corrente Líquida Ajustada	7.252.861	7.589.479	8.405.193	9.012.724	9.685.877
<b>% Despesa com Pessoal</b>	<b>40,76%</b>	<b>40,41%</b>	<b>44,48%</b>	<b>40,32%</b>	<b>39,10%</b>
Limite Máximo - 54% da RCL Ajustada	3.916.545	4.098.319	4.538.804	4.866.871	5.230.374
Limite Prudencial - 51,3% da RCL Ajustada	3.720.718	3.893.403	4.311.864	4.623.527	4.968.855
Limite de Alerta - 48,6% da RCL Ajustada	3.524.890	3.688.487	4.084.924	4.380.184	4.707.336

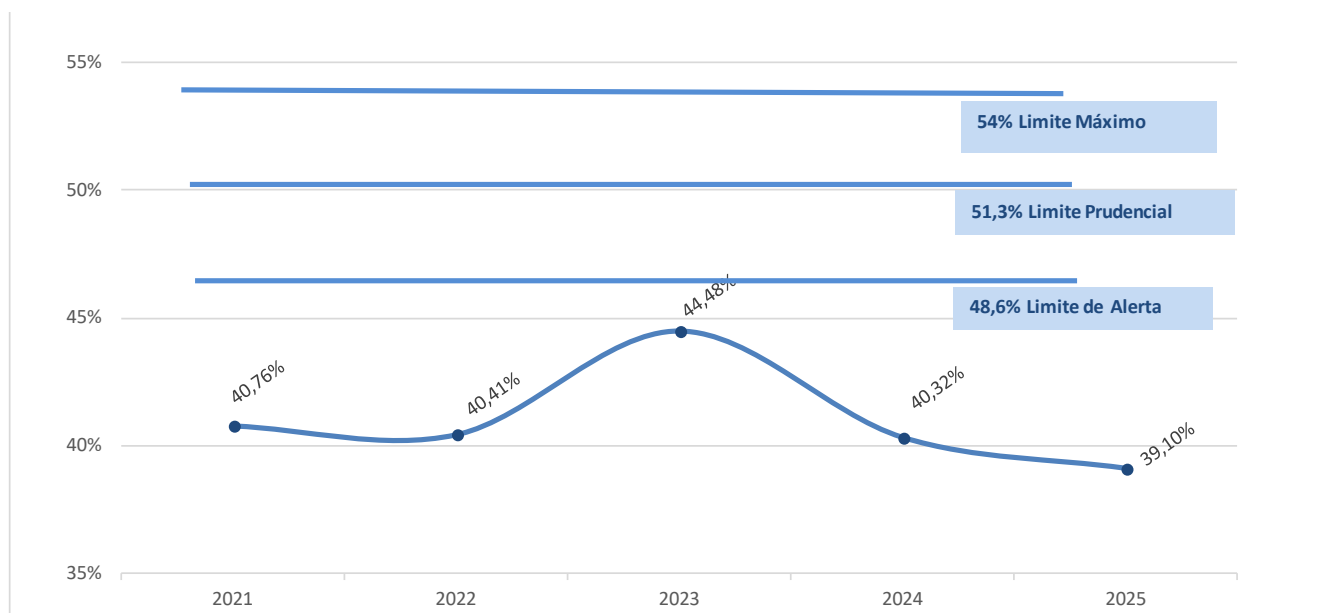
Critério da Secretaria do Tesouro Nacional - Em R\$ mil

Despesa com Pessoal - Poder Executivo (Valores Corrigidos pelo IPCA)					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Total da Despesa com Pessoal	3.576.293	3.507.256	4.086.662	3.788.690	3.787.407
Receita Corrente Líquida Ajustada	8.773.625	8.678.771	9.187.020	9.397.061	9.685.877
<b>% Despesa com Pessoal</b>	<b>40,76%</b>	<b>40,41%</b>	<b>44,48%</b>	<b>40,32%</b>	<b>39,10%</b>
Limite Máximo - 54% da RCL Ajustada	4.737.757	4.686.536	4.960.991	5.074.413	5.230.374
Limite Prudencial - 51,3% da RCL Ajustada	4.500.870	4.452.210	4.712.941	4.820.692	4.968.855
Limite de Alerta - 48,6% da RCL Ajustada	4.263.982	4.217.883	4.464.892	4.566.972	4.707.336

Critério da Secretaria do Tesouro Nacional - Em R\$ mil

Nota: A partir do ano de 2017, a RCL passou a ser ajustada para cálculo do limite da Despesa com Pessoal, ou seja, as transferências advindas de emendas parlamentares e de bancada devem ser deduzidas da RCL.

## Despesa com Pessoal - Poder Executivo



# Despesa com Pessoal Poder Legislativo

O Poder Legislativo aumentou levemente o seu índice de comprometimento da RCL do Município com as Despesas de Pessoal, como pode ser verificado na tabela abaixo. Em 2025, o percentual foi de 2,13%. O índice está abaixo de todos os limites estabelecidos pela LRF.

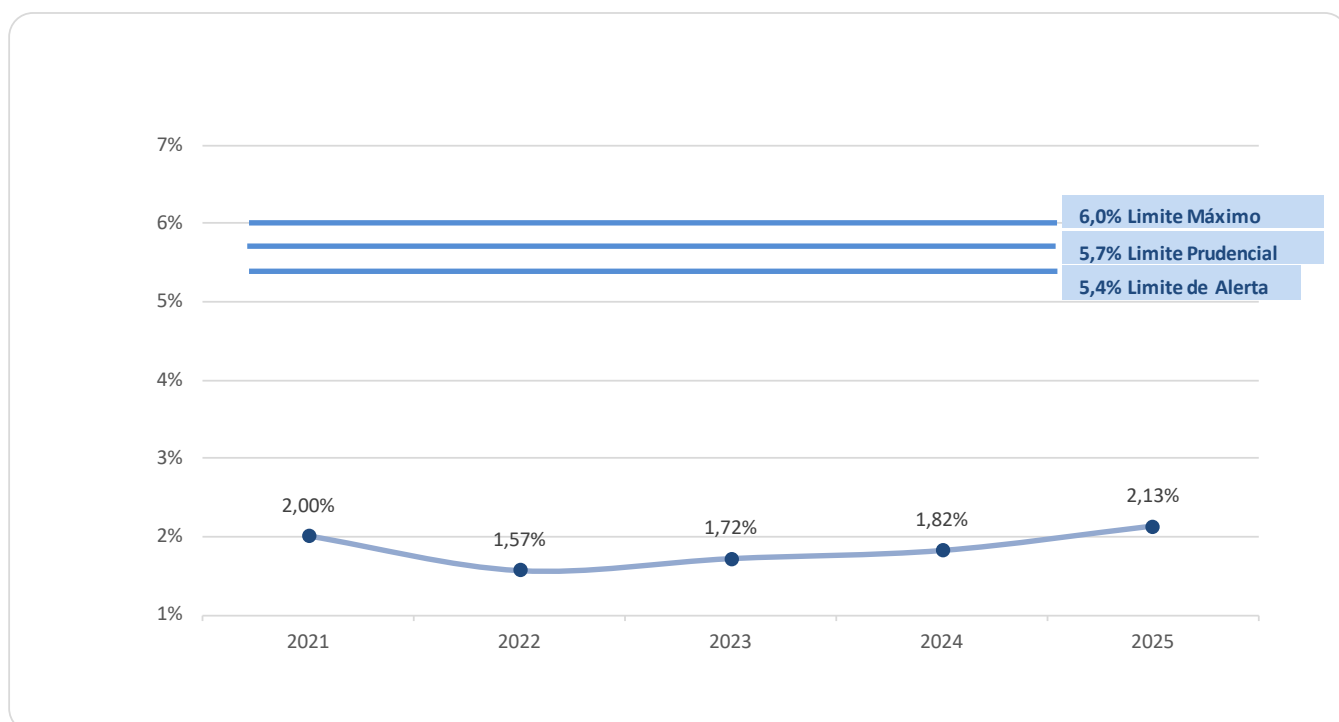
Despesa com Pessoal - Poder Legislativo (Valores Nominais)					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Total da Despesa com Pessoal	145.387	118.884	144.341	164.057	206.265
Receita Corrente Líquida Ajustada	7.252.861	7.589.479	8.405.193	9.012.724	9.685.877
<b>% Despesa com Pessoal</b>	<b>2,00%</b>	<b>1,57%</b>	<b>1,72%</b>	<b>1,82%</b>	<b>2,13%</b>
Limite Máximo - 6% da RCL Ajustada	435.172	455.369	504.312	540.763	581.153
Limite Prudencial - 5,7% da RCL Ajustada	413.413	432.600	479.096	513.725	552.095
Limite de Alerta - 5,4% da RCL Ajustada	391.654	409.832	453.880	486.687	523.037

*Crítério da Secretaria do Tesouro Nacional - Em R\$ mil*

Despesa com Pessoal - Poder Legislativo (Valores Corrigidos pelo IPCA)					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Total da Despesa com Pessoal	175.871	135.947	157.767	171.053	206.265
Receita Corrente Líquida Ajustada	8.773.625	8.678.771	9.187.020	9.397.061	9.685.877
<b>% Despesa com Pessoal</b>	<b>2,00%</b>	<b>1,57%</b>	<b>1,72%</b>	<b>1,82%</b>	<b>2,13%</b>
Limite Máximo - 6% da RCL Ajustada	526.417	520.726	551.221	563.824	581.153
Limite Prudencial - 5,7% da RCL Ajustada	500.097	494.690	523.660	535.632	552.095
Limite de Alerta - 5,4% da RCL Ajustada	473.776	468.654	496.099	507.441	523.037

*Crítério da Secretaria do Tesouro Nacional - Em R\$ mil*

## Despesa com Pessoal - Poder Legislativo



# Saúde

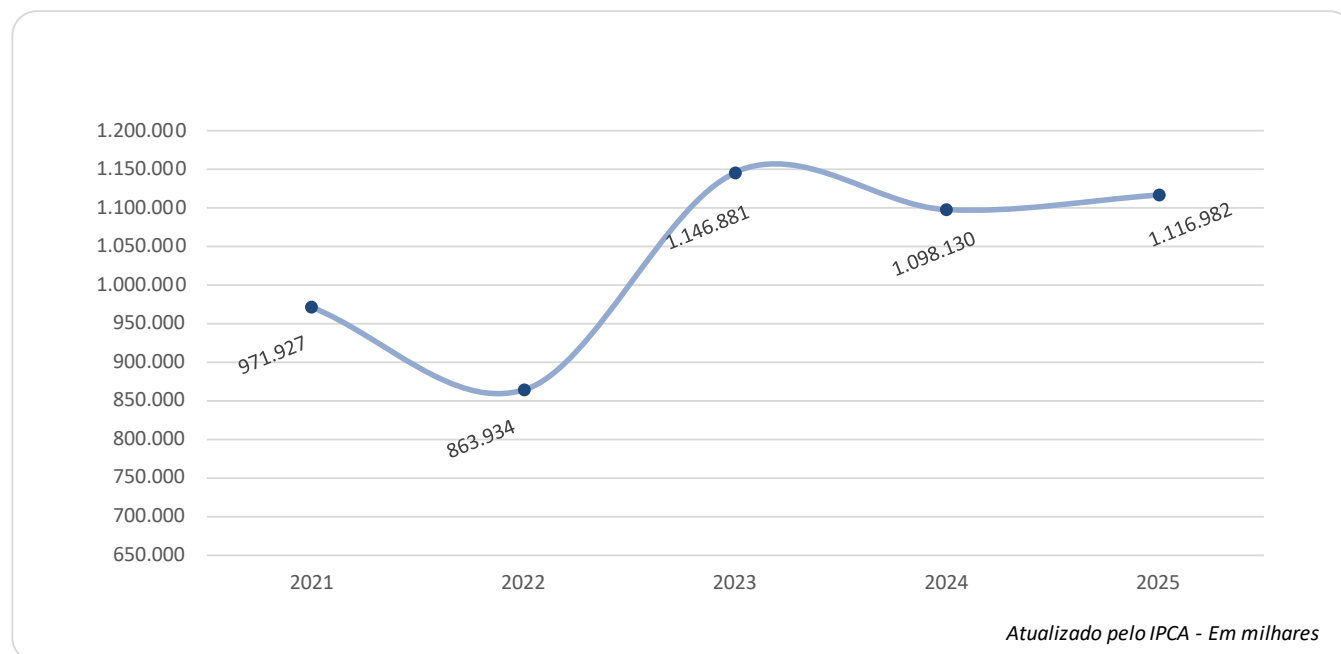
Em 2025, os gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) aumentaram 1,72%, em comparação ao ano de 2024, o que representou um acréscimo de cerca de R\$ 19 milhões, em valores corrigidos. O percentual de gastos em ASPS manteve-se bem acima do mínimo de 15%, definido pela Constituição Federal.

Não estão computados nessa demonstração, os gastos com recursos repassados ao Município para custeio do Sistema Único de Saúde (SUS) ou mesmo com outros recursos repassados por meio de Convênios.

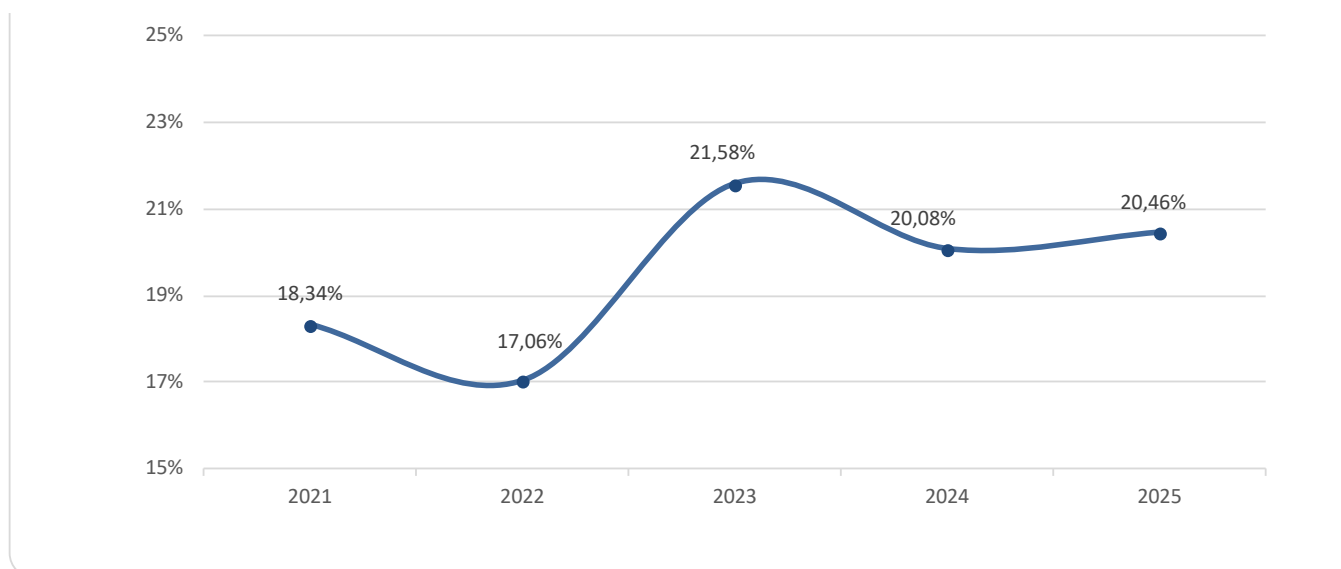
Despesas com ASPS					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Valores Nominais	803.459	755.500	1.049.280	1.053.217	1.116.982
Valores Corrigidos pelo IPCA	971.927	863.934	1.146.881	1.098.130	1.116.982
% sobre Receitas de Impostos e Transferências	18,34%	17,06%	21,58%	20,08%	20,46%

Critério da Secretaria do Tesouro Nacional - Em R\$ mil

## Despesas com ASPS



## Despesas com ASPS (%)



# Ensino

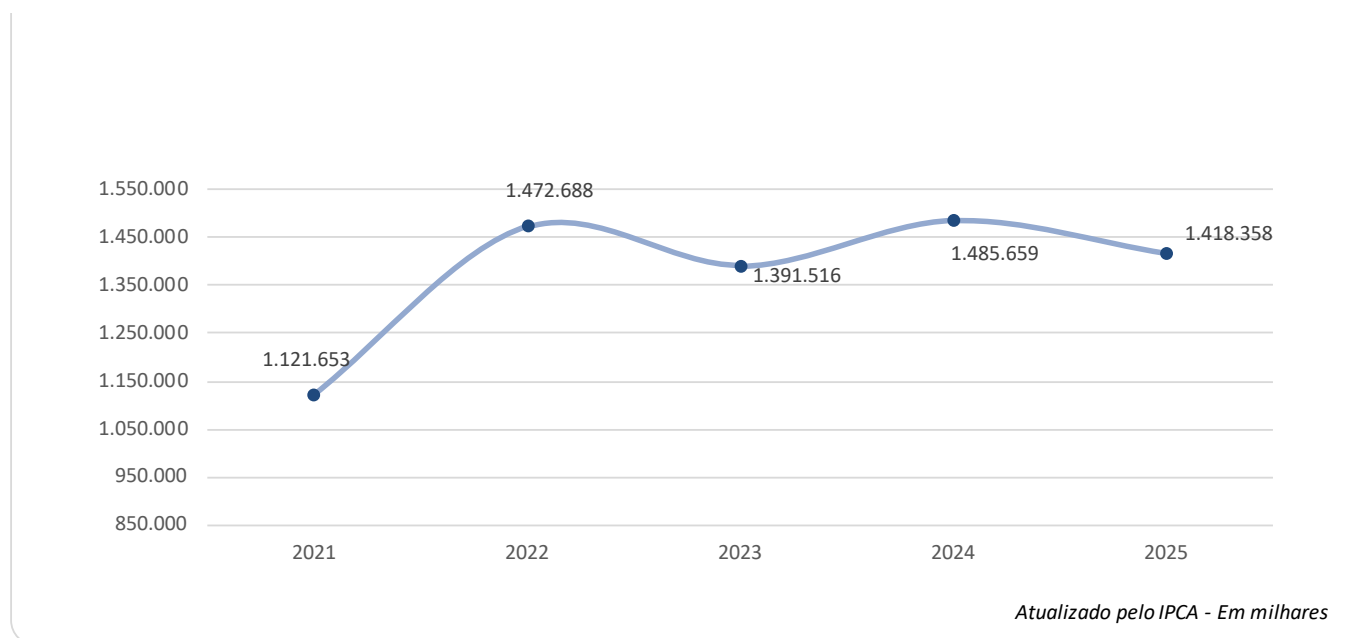
Em valores corrigidos, os gastos do Município com a Manutenção e o Desenvolvimento do Ensino (MDE) reduziram 4,53% em 2025, em relação ao ano de 2024. O ensino recebeu recursos de impostos e transferências que alcançaram o percentual de 25,69%, sendo que o mínimo constitucional é de 25%.

Não estão computados, nessa demonstração, os gastos com recursos repassados ao Município por conta do Salário Educação, bem como, de outras transferências por conta de Convênios.

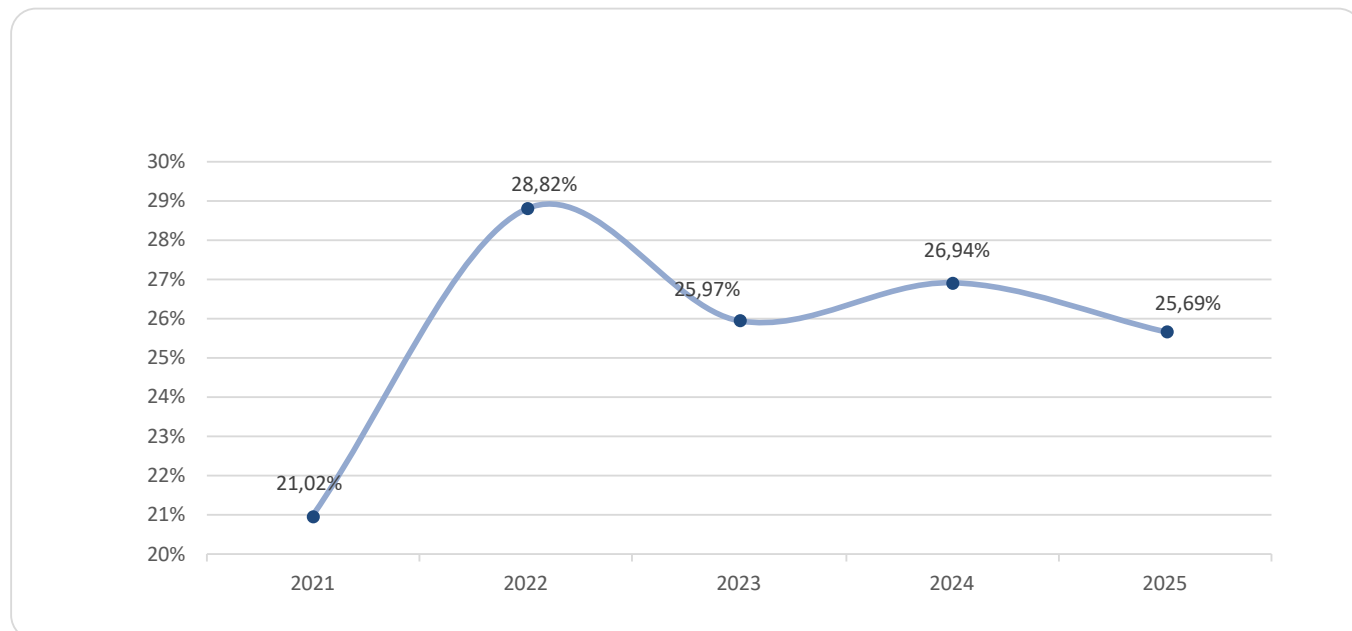
Despesas com MDE					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Valores Nominais	927.233	1.287.848	1.273.096	1.424.896	1.418.358
Valores Corrigidos pelo IPCA	1.121.653	1.472.688	1.391.516	1.485.659	1.418.358
% sobre Receitas de Impostos e Transferências	21,02%	28,82%	25,97%	26,94%	25,69%

*Critério da Secretaria do Tesouro Nacional - Em R\$ mil*

## Despesas com MDE



## Despesas com MDE (%)



# Dívida Consolidada Líquida - DCL

A Dívida Consolidada Líquida corresponde aos saldos das Dívidas Contratuais, Parcelamentos e Renegociações de Longo e de Curto Prazo, e dos Precatórios vencidos e não pagos, deduzidas as Disponibilidades Financeiras líquida dos Restos a Pagar Processados.

Por Resolução do Senado Federal, o limite máximo da Dívida Consolidada Líquida é de 120% da Receita Corrente Líquida Ajustada (RCL menos as Transferências obrigatórias da União relativas às Emendas Parlamentares Individuais). Em Porto Alegre, este percentual encerrou o ano de 2025 com percentual negativo de 1,88%, mantendo o índice baixo.

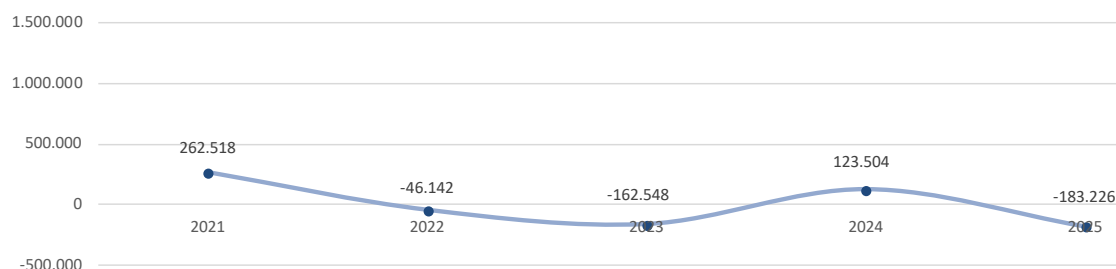
Dívida Consolidada Líquida (Valores Nominais)					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Dívida Consolidada	1.851.183	1.756.504	1.656.837	1.835.457	1.651.983
(-) Deduções	1.634.168	1.796.855	1.805.552	1.717.004	1.835.209
Dívida Consolidada Líquidada	217.015	-40.351	-148.715	118.453	-183.226
Receita Corrente Líquida Ajustada	7.265.711	7.595.318	8.429.899	9.045.939	9.736.241
<b>% Dívida s/ a RCL Ajustada</b>	<b>2,99%</b>	<b>-0,53%</b>	<b>-1,76%</b>	<b>1,31%</b>	<b>-1,88%</b>
Limite Definido pelo Senado Federal - 120% da RCL Ajustada	8.718.853	9.114.382	10.115.879	10.855.127	11.683.489

*Critério da Secretaria do Tesouro Nacional - Em R\$ mil*

Dívida Consolidada Líquida (Valores Corrigidos pelo IPCA)					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Dívida Consolidada	2.239.335	2.008.609	1.810.951	1.913.728	1.651.983
(-) Deduções	1.976.817	2.054.751	1.973.499	1.790.224	1.835.209
Dívida Consolidada Líquidada	262.518	-46.142	-162.548	123.504	-183.226
Receita Corrente Líquida Ajustada	8.789.169	8.685.448	9.214.024	9.431.692	9.736.241
<b>% Dívida s/ a RCL Ajustada</b>	<b>2,99%</b>	<b>-0,53%</b>	<b>-1,76%</b>	<b>1,31%</b>	<b>-1,88%</b>
Limite Definido pelo Senado Federal - 120% da RCL Ajustada	10.547.003	10.422.538	11.056.829	11.318.031	11.683.489

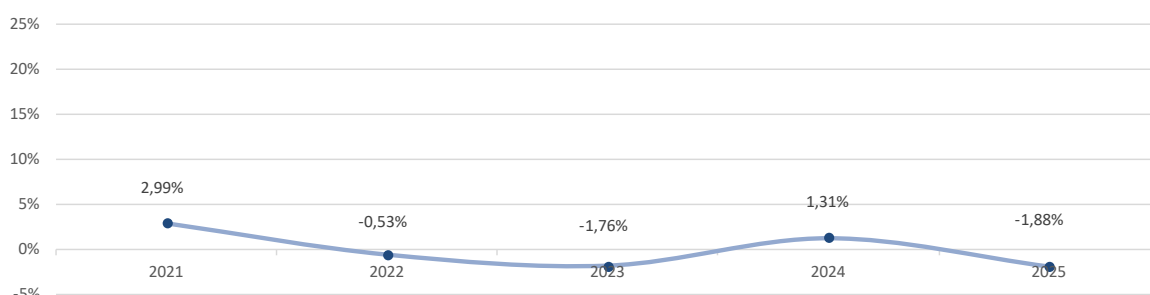
*Critério da Secretaria do Tesouro Nacional - Em R\$ mil*

## Dívida Consolidada Líquida



*Atualizado pelo IPCA - Em milhares*

## Dívida Consolidada Líquida (% da RCL Ajustada)

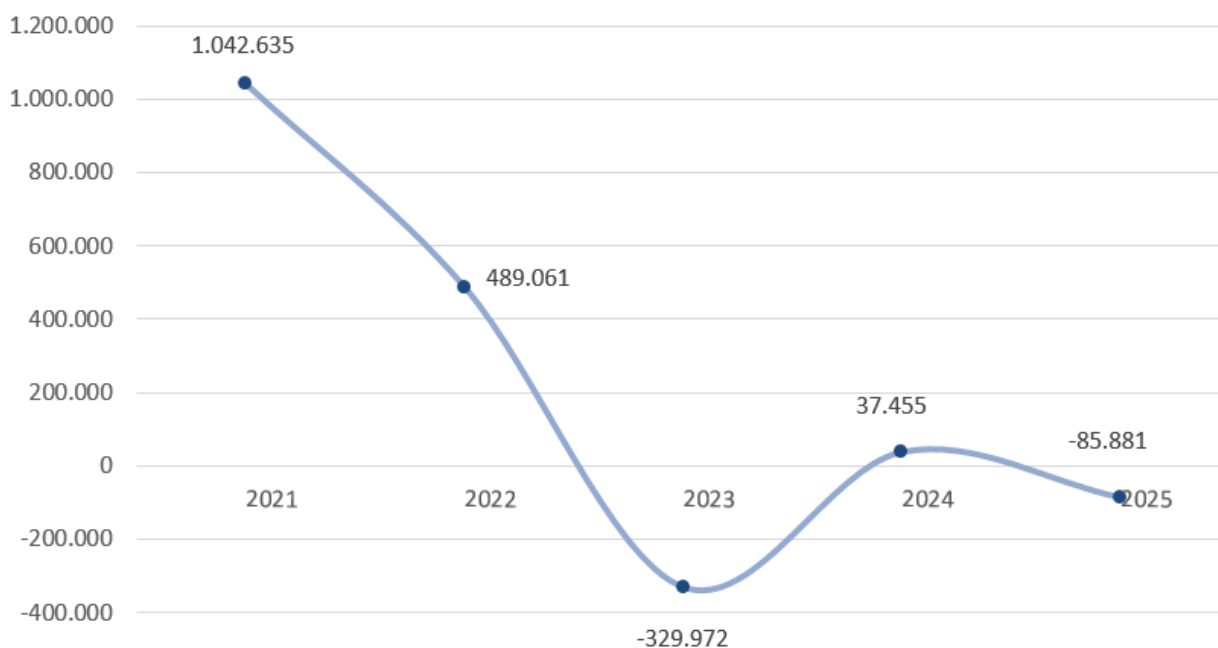


# Resultado Primário

O Resultado Primário (RP) corresponde à diferença entre as Receitas Primárias Arrecadadas e as Despesas Primárias Pagas, incluindo os Restos a Pagar Pagos, ou seja, são as despesas e receitas não financeiras. O RP tem como principal função determinar a capacidade de pagamento dos compromissos da dívida pública e, conseqüentemente, de obtenção de novos financiamentos.

Resultado Primário					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Valores Nominais	861.911	427.678	-301.891	35.923	-85.881
Valores Corrigidos pelo IPCA	1.042.635	489.061	-329.972	37.455	-85.881

*Critério da Secretaria do Tesouro Nacional - Em R\$ mil*



*Atualizado pelo IPCA - Em milhares*

Nota: O resultado primário sem RPPS (acima da linha) ficou negativo no valor de -R\$ 85.880.882,68 em virtude de que o Município de Porto Alegre continuou realizando no exercício de 2025 gastos extraordinários com a Calamidade proveniente da enchente ocorrida em 2024, conforme a publicação da Lei Municipal nº 14.279/2025, que autorizou o montante de R\$ 152.380.361,78. Portanto fez-se necessário a utilização dos saldos remanescentes de rendimentos financeiros de exercícios anteriores, os quais foram suplementados por Créditos Adicionais.

# Resultado Nominal

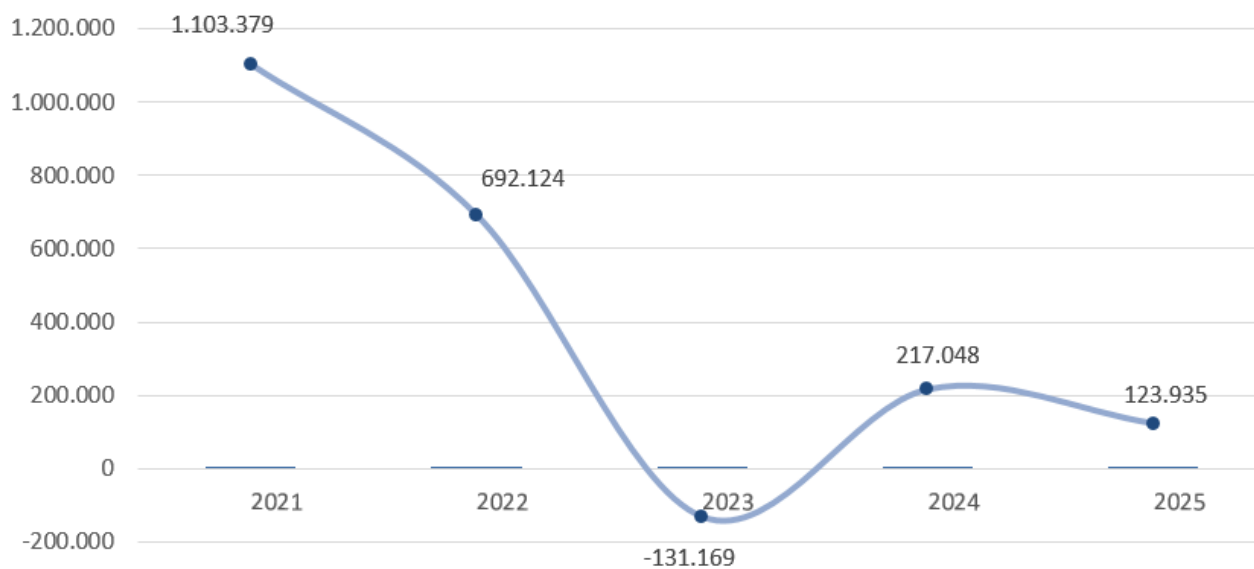
O Resultado Nominal (RN) corresponde ao conjunto das operações fiscais realizadas pela administração pública, acrescentando ao resultado primário a variação dos Juros Nominais. O RN representa a variação do estoque da dívida.

Em 2025, o Resultado Nominal correspondeu a R\$ 123.935 milhões, ficando acima da meta fixada de R\$ 109.920 milhões, constante no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Porto Alegre para o exercício em questão

Resultado Nominal					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Valores Nominais	912.126	605.254	-120.006	208.171	123.935
Valores Corrigidos pelo IPCA	1.103.379	692.124	-131.169	217.048	123.935

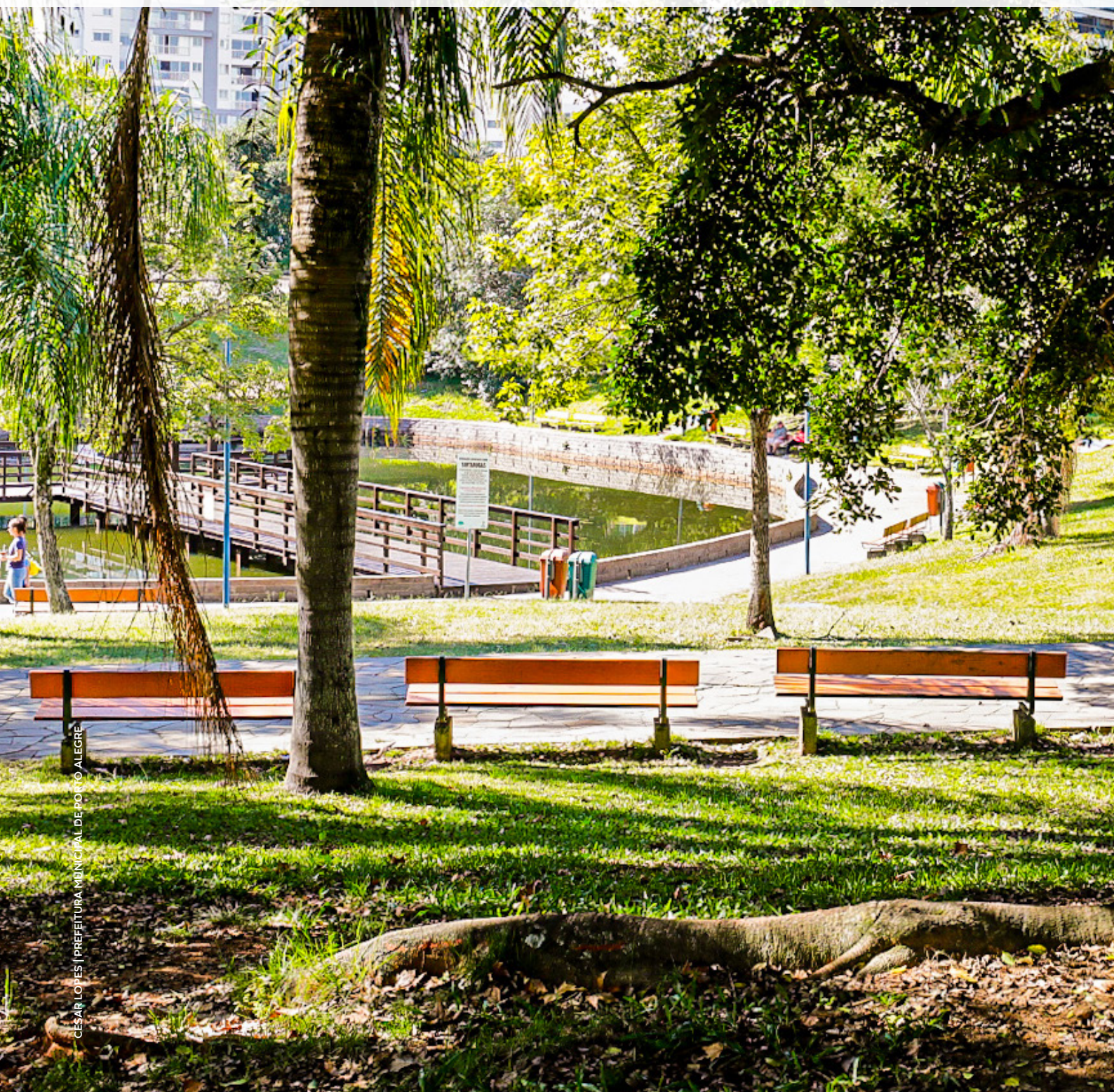
*Critério da Secretaria do Tesouro Nacional - Em R\$ mil*

## Resultado Nominal



*Atualizado pelo IPCA - Em milhares*

# balanços consolidados



**Balço Orçamentário**  
(em R\$)

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c-b)
Receitas Correntes (I)	11.583.971.342,00	11.583.971.342,00	12.059.092.708,96	475.121.366,96
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.984.432.859,00	3.984.432.859,00	4.046.281.397,01	61.848.538,01
Receita de Contribuições	734.318.190,00	734.318.190,00	717.162.642,90	(17.155.547,10)
Receita Patrimonial	522.696.101,00	522.696.101,00	636.234.882,08	113.538.781,08
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receita de Serviços	900.073.697,00	900.073.697,00	898.819.277,90	(1.254.419,10)
Transferências Correntes	3.792.667.084,00	3.792.667.084,00	4.104.368.907,71	311.701.823,71
Outras Receitas Correntes	1.649.783.411,00	1.649.783.411,00	1.656.225.601,36	6.442.190,36
Receitas de Capital (II)	772.570.121,00	772.570.121,00	267.007.087,36	(505.563.033,64)
Operações de Crédito	636.815.120,00	636.815.120,00	138.365.831,64	(498.449.288,36)
Alienação de Bens	14.439.388,00	14.439.388,00	15.188.951,75	749.563,75
Amortizações de Empréstimos	1.394.232,00	1.394.232,00	92.904,01	(1.301.327,99)
Transferências de Capital	85.993.623,00	85.993.623,00	93.061.048,40	7.067.425,40
Outras Receitas de Capital	33.927.758,00	33.927.758,00	20.298.351,56	(13.629.406,44)
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>12.356.541.463,00</b>	<b>12.356.541.463,00</b>	<b>12.326.099.796,32</b>	<b>(30.441.666,68)</b>
Operações de Crédito / Refinanciamento (IV)	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)</b>	<b>12.356.541.463,00</b>	<b>12.356.541.463,00</b>	<b>12.326.099.796,32</b>	<b>(30.441.666,68)</b>
Déficit (VI)				
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>12.356.541.463,00</b>	<b>12.356.541.463,00</b>	<b>12.326.099.796,32</b>	<b>(30.441.666,68)</b>
Saldos de Exercícios Anteriores	-	913.047.856,62	652.584.795,24	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	-	-	-	
Superávit Financeiro	-	913.047.856,62	652.584.795,24	
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	

**Balanco Orçamentário**  
(em R\$)

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação	Dotação	Despesas	Despesas	Despesas	Saldo da
	Inicial (e)	Atualizada (f)	Empenhadas (g)	Liquidadas (h)	Pagas (i)	Dotação (j) = (f-g)
Despesas Correntes (VIII)	10.854.392.336,00	12.501.845.638,34	11.434.854.434,99	10.845.086.817,45	10.821.567.588,87	1.066.991.203,35
Pessoal e Encargos Sociais	5.753.525.565,00	5.976.633.118,38	5.689.365.695,12	5.683.588.045,11	5.674.793.702,17	287.267.423,26
Juros e Encargos da Dívida	94.262.918,00	130.794.669,20	118.022.711,58	118.016.941,67	118.016.941,67	12.771.957,62
Outras Despesas Correntes	5.006.603.853,00	6.394.417.850,76	5.627.466.028,29	5.043.481.830,67	5.028.756.945,03	766.951.822,47
Despesas de Capital (IX)	1.045.626.082,00	1.356.602.708,57	626.185.600,34	533.214.981,81	527.971.371,90	730.417.108,23
Investimentos	883.248.593,00	1.191.901.289,67	470.040.871,28	377.078.152,86	371.834.542,95	721.860.418,39
Inversões Financeiras	2.000,00	2.000,00	-	-	-	2.000,00
Amortização da Dívida	162.375.489,00	164.699.418,90	156.144.729,06	156.136.828,95	156.136.828,95	8.554.689,84
Reserva de Contingência (X)	34.060.945,00	66.723,00	-	-	-	66.723,00
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)</b>	<b>11.934.079.363,00</b>	<b>13.858.515.069,91</b>	<b>12.061.040.035,33</b>	<b>11.378.301.799,26</b>	<b>11.349.538.960,77</b>	<b>1.797.475.034,58</b>
<b>Amortização da Dívida / Refinanciamento (XII)</b>	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)</b>	<b>11.934.079.363,00</b>	<b>13.858.515.069,91</b>	<b>12.061.040.035,33</b>	<b>11.378.301.799,26</b>	<b>11.349.538.960,77</b>	<b>1.797.475.034,58</b>
Superávit (XIV)			265.059.760,99	-	-	
<b>TOTAL (XV) = (XIII + XIV)</b>	<b>11.934.079.363,00</b>	<b>13.858.515.069,91</b>	<b>12.326.099.796,32</b>	<b>11.378.301.799,26</b>	<b>11.349.538.960,77</b>	<b>1.797.475.034,58</b>
Reserva do RPPS	422.462.100,00	422.462.100,00	-	-	-	422.462.100,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo a Pagar (f) = (a+b-d-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)				
Despesas Correntes	43.159.411,62	711.433.658,00	395.276.865,95	395.207.323,03	285.096.640,81	74.289.105,78
Pessoal e Encargos Sociais	4.344.077,04	13.712.875,47	3.754.521,65	3.754.521,65	7.326.272,32	6.976.158,54
Juros e Encargos da Dívida	-	8.435,28	-	-	8.435,28	-
Outras Despesas Correntes	38.815.334,58	697.712.347,25	391.522.344,30	391.452.801,38	277.761.933,21	67.312.947,24
Despesas de Capital	15.835.038,78	171.229.554,56	115.189.917,47	115.171.897,07	53.839.129,10	18.053.567,17
Investimentos	15.835.038,78	171.226.628,53	115.189.776,24	115.171.755,84	53.839.081,63	18.050.829,84
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	2.926,03	141,23	141,23	47,47	2.737,33
<b>TOTAL</b>	<b>58.994.450,40</b>	<b>882.663.212,56</b>	<b>510.466.783,42</b>	<b>510.379.220,10</b>	<b>338.935.769,91</b>	<b>92.342.672,95</b>

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo a Pagar (e) = (a+b-c-d)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)			
Despesas Correntes	8.031.397,86	37.677.278,11	35.067.259,65	8.147.497,14	2.493.919,18
Pessoal e Encargos Sociais	6.442.587,18	10.704.548,46	12.870.112,58	3.359.699,22	917.323,84
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.588.810,68	26.972.729,65	22.197.147,07	4.787.797,92	1.576.595,34
Despesas de Capital	720.104,11	5.575.091,21	5.206.543,85	470.359,52	618.291,95
Investimentos	720.104,11	5.575.091,21	5.206.543,85	470.359,52	618.291,95
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>8.751.501,97</b>	<b>43.252.369,32</b>	<b>40.273.803,50</b>	<b>8.617.856,66</b>	<b>3.112.211,13</b>

Balanço Financeiro  
(em R\$)

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
Título	Exercício Atual	Exercício Anterior	Título	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Receita Orçamentária (I)</b>	<b>12.326.099.796,32</b>	<b>11.649.199.785,77</b>	<b>Despesa Orçamentária (VII)</b>	<b>12.061.040.035,33</b>	<b>11.520.368.235,01</b>
<b>Recursos Não Vinculados</b>	<b>6.531.793.312,54</b>	<b>6.061.995.944,57</b>	<b>Recursos Não Vinculados</b>	<b>6.861.835.854,43</b>	<b>6.452.211.985,24</b>
<b>Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)</b>	<b>3.515.275.500,43</b>	<b>3.219.212.036,10</b>	<b>Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)</b>	<b>3.237.105.379,47</b>	<b>3.138.965.602,20</b>
Recursos Vinculados à Educação	680.814.543,43	603.565.115,77	Recursos Vinculados à Educação	653.991.335,59	541.249.441,21
Recursos Vinculados à Saúde	1.999.068.285,23	1.820.775.398,11	Recursos Vinculados à Saúde	1.946.053.180,08	1.796.276.524,78
Recursos Vinculados à Assistência Social	83.111.563,62	112.341.659,86	Recursos Vinculados à Assistência Social	99.362.243,70	67.972.226,12
Recursos Vinculados à Previdência Social (EXCETO RPPS)	-	-	Recursos Vinculados à Previdência Social (EXCETO RPPS)	-	-
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	112.737.280,18	94.444.910,58	Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	50.867.508,70	83.795.799,49
Demais Vinculações Legais	639.489.177,37	585.437.365,64	Demais Vinculações Legais	485.846.628,17	647.951.911,84
Outras Vinculações	54.650,60	2.647.586,14	Outras Vinculações	984.483,23	1.719.698,76
<b>Recursos Vinculados ao RPPS</b>	<b>2.279.030.983,35</b>	<b>2.367.991.805,10</b>	<b>Recursos Vinculados ao RPPS</b>	<b>1.962.098.801,43</b>	<b>1.929.190.647,57</b>
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	483.883.543,37	613.985.805,01	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	173.129.162,72	161.319.812,01
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	1.761.354.049,38	1.720.285.823,90	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	1.762.940.432,62	1.726.838.907,06
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	33.793.390,60	33.720.176,19	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	26.029.206,09	41.031.928,50
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>		<b>25.082.089.457,92</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas (VIII)</b>		<b>25.079.084.543,34</b>
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		8.686.072.958,07	Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		8.686.072.958,07
Transferências Financeiras Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		16.396.016.499,85	Transferências Financeiras Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		16.393.011.585,27
Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RPPS		-	Transferências Concedidas para Aportes de Recursos para o RPPS		-
Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RGPS		-	Transferências Concedidas para Aportes de Recursos para o RGPS		-
Transferências Recebidas para o Sistema de Proteção Social dos Militares		-	Transferências Concedidas para o Sistema de Proteção Social dos Militares		-
<b>Outras Movimentações Financeiras Recebidas (III)</b>	<b>11.720.630.387,46</b>	<b>4.192.808.601,76</b>	<b>Outras Movimentações Financeiras Concedidas (IX)</b>	<b>12.039.404.072,88</b>	<b>4.628.325.896,04</b>
Resgate de Investimentos e Aplicações Financeiras	11.720.630.387,46	4.192.808.601,76	Transferências para Investimentos e Aplicações Financeiras	12.039.404.072,88	4.628.325.896,04
Desbloqueios de Valores em Caixa		-	Bloqueios de Valores em Caixa		-
<b>Recebimentos Extraorçamentários (IV)</b>	<b>5.065.536.448,69</b>	<b>6.894.585.013,01</b>	<b>Pagamentos Extraorçamentários (X)</b>	<b>4.829.305.636,06</b>	<b>6.674.092.302,42</b>
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	682.738.236,07	882.663.212,56	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	510.379.220,10	393.938.415,84
Inscrição de Restos a Pagar Processados	28.762.838,49	43.252.369,32	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	40.273.803,50	49.633.155,79
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.914.746.536,51	2.807.515.371,78	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.866.353.405,42	2.786.371.887,94
Outros Recebimentos Extraorçamentários	2.439.288.837,62	3.161.154.059,35	Outros Pagamentos Extraorçamentários	2.392.299.207,04	3.444.148.842,85
<b>Saldo do Exercício Anterior (V)</b>	<b>1.861.884.663,45</b>	<b>1.945.072.781,80</b>	<b>Saldo para o Exercício Seguinte (XI)</b>	<b>2.044.401.551,65</b>	<b>1.861.884.663,45</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa (Exceto RPPS)	1.861.884.663,45	1.945.072.781,80	Caixa e Equivalentes de Caixa (Exceto RPPS)	2.044.401.551,65	1.861.884.663,45
Caixa e Equivalentes de Caixa RPPS		-	Caixa e Equivalentes de Caixa RPPS		-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		-
<b>TOTAL (VI) = (I + II + III + IV + V)</b>	<b>30.974.151.295,92</b>	<b>49.763.755.640,26</b>	<b>TOTAL (XII) = (VII + VIII + IX + X + XI)</b>	<b>30.974.151.295,92</b>	<b>49.763.755.640,26</b>

Especificação da Receita Orçamentária	Exercício Atual			Exercício Anterior		
	Receita Orçamentária	Deduções da Receita Orçamentária	Saldo	Receita Orçamentária	Deduções da Receita Orçamentária	Saldo
<b>Recursos Não Vinculados</b>	<b>6.889.812.559,74</b>	<b>(358.019.247,20)</b>	<b>6.531.793.312,54</b>	<b>6.082.920.575,00</b>	<b>(20.924.630,43)</b>	<b>6.061.995.944,57</b>
<b>Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)</b>	<b>3.515.731.261,27</b>	<b>(455.760,84)</b>	<b>3.515.275.500,43</b>	<b>3.548.634.165,94</b>	<b>(329.422.129,84)</b>	<b>3.219.212.036,10</b>
Recursos Vinculados à Educação	680.814.543,43	-	680.814.543,43	920.939.467,56	(317.374.351,79)	603.565.115,77
Recursos Vinculados à Saúde	1.999.068.285,23	-	1.999.068.285,23	1.832.297.825,92	(11.522.427,81)	1.820.775.398,11
Recursos Vinculados à Assistência Social	83.115.463,62	(3.900,00)	83.111.563,62	112.341.659,86	-	112.341.659,86
Recursos Vinculados à Previdência Social (EXCETO RPPS)	-	-	-	-	-	-
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	112.737.280,18	-	112.737.280,18	94.444.910,58	-	94.444.910,58
Demais Vinculações Legais	639.941.038,21	(451.860,84)	639.489.177,37	585.962.715,88	(525.350,24)	585.437.365,64
Outras Vinculações	54.650,60	-	54.650,60	2.647.586,14	-	2.647.586,14
<b>Recursos Vinculados ao RPPS</b>	<b>2.421.299.231,49</b>	<b>(142.268.248,14)</b>	<b>2.279.030.983,35</b>	<b>2.371.596.579,64</b>	<b>(3.604.774,54)</b>	<b>2.367.991.805,10</b>
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	626.147.669,62	(142.264.126,25)	483.883.543,37	617.586.001,47	(3.600.196,46)	613.985.805,01
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	1.761.358.171,27	(4.121,89)	1.761.354.049,38	1.720.290.401,98	(4.578,08)	1.720.285.823,90
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	33.793.390,60	-	33.793.390,60	33.720.176,19	-	33.720.176,19
<b>TOTAL</b>	<b>12.826.843.052,50</b>	<b>(500.743.256,18)</b>	<b>12.326.099.796,32</b>	<b>12.003.151.320,58</b>	<b>(353.951.534,81)</b>	<b>11.649.199.785,77</b>

**Balanco Patrimonial**  
(em R\$)

ATIVO			PASSIVO		
Título	Exercício Atual	Exercício Anterior	Título	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Ativo Circulante</b>	<b>5.683.838.787,95</b>	<b>5.769.930.405,01</b>	<b>Passivo Circulante</b>	<b>973.672.625,03</b>	<b>811.695.912,96</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.044.401.551,65	1.861.884.663,45	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	165.857.226,85	121.435.369,85
Créditos a Curto Prazo	718.691.759,07	946.288.465,68	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	173.203.944,96	164.893.445,86
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	680.967.196,16	589.159.970,40	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	413.838.621,30	329.938.187,37
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	1.882.854.007,61	2.075.669.709,48	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	13.207.280,09	14.271.845,59
Estoques	356.924.273,46	296.927.596,00	Transferência Fiscais a Curto Prazo	20.000,00	50.000,00
Ativo Não Circulante Mantido para Venda		-	Provisões a Curto Prazo	51.902.013,40	53.911.851,40
Ativo Biológico		-	Adiantamentos de Clientes e Demais Obrigações a Curto Prazo	155.643.538,43	127.195.212,89
VPD Pagas Antecipadamente		-			
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>12.097.684.183,12</b>	<b>11.330.417.181,23</b>	<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>8.387.629.076,03</b>	<b>6.740.062.193,10</b>
Ativo Realizável a Longo Prazo	4.557.358.179,09	3.323.748.871,93	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	21.201.159,82	24.578.384,34
Investimentos	69.278.976,17	790.729.469,09	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	1.177.065.316,75	1.248.621.273,94
Imobilizado	7.414.547.121,98	7.172.004.858,88	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Intangível	56.499.905,88	43.933.981,33	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	51.506.591,96	50.719.037,49
Diferido		-	Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
			Provisões a Longo Prazo	7.110.018.660,56	5.388.306.150,39
			Demais Obrigações a Longo Prazo	1.416,34	1.416,34
			Resultado Diferido	27.835.930,60	27.835.930,60
			<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>9.361.301.701,06</b>	<b>7.551.758.106,06</b>
			<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
			Patrimônio Social e Capital Social	728.706.908,31	720.967.475,39
			Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-
			Reservas de Capital	-	-
			Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
			Reservas de Lucros	15.295.356,12	15.295.356,12
			Demais Reservas	784.005.009,15	517.860.162,00
			Resultados Acumulados	6.892.213.996,43	8.294.466.486,67
			(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
			<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>8.420.221.270,01</b>	<b>9.548.589.480,18</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>17.781.522.971,07</b>	<b>17.100.347.586,24</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>17.781.522.971,07</b>	<b>17.100.347.586,24</b>

**Balço Patrimonial**  
(em R\$)

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES					
ATIVO			PASSIVO		
Título	Exercício Atual	Exercício Anterior	Título	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Financeiro	7.318.027.724,92	6.865.847.188,35	Passivo Financeiro	955.585.453,52	1.113.921.450,44
Ativo Permanente	10.463.495.246,15	10.234.500.397,89	Passivo Permanente	9.180.514.978,64	7.379.484.100,36
<b>Total do Ativo (I)</b>	<b>17.781.522.971,07</b>	<b>17.100.347.586,24</b>	<b>Total do Passivo (II)</b>	<b>10.136.100.432,16</b>	<b>8.493.405.550,80</b>
<b>Saldo Patrimonial (III) = (I - II)</b>				<b>7.645.422.538,91</b>	<b>8.606.942.035,44</b>

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO					
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Atos Potenciais Ativos</b>	<b>327.648.454,49</b>	<b>310.664.663,27</b>	<b>Atos Potenciais Passivos</b>	<b>4.314.362.096,55</b>	<b>781.450.711,71</b>
Garantias e Contragarantias	327.648.454,49	310.664.663,27	Garantias e Contragarantias Concedidas	3.490.000,00	3.490.000,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	-	-
Direitos Contratuais	-	-	Obrigações Contratuais	4.310.872.096,55	777.960.711,71
Demandas Judiciais	-	-	Demandas Judiciais	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-

Balço Patrimonial  
(em R\$)

QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO				
Código	Descrição Fonte de Recurso	Superávit / Déficit Financeiro		
		Exercício Atual	Exercício Anterior	
1500	Recursos não Vinculados de Impostos	107.397.155,26	(5.077.122,97)	
1501	Outros Recursos não Vinculados	87.660.383,65	90.784.384,33	
1502	Recursos não vinculados da compensação de impostos.	-	9.309.099,12	
1503	Apoio financeiro da União em decorrência de estado de calamidade pública.	12.713.815,01	5.466.337,51	
1540	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	47.260.383,37	45.748.863,26	
1546	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - ETI	141.620,91	-	
1550	Transferência do Salário-Educação	26.247.692,59	30.261.411,51	
1552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	493.368,15	1.291.465,63	
1553	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	6.023,12	7.298,90	
1569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	5.151.574,00	7.256.758,47	
1570	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	-	61.424,35	
1599	Outros Recursos Vinculados à Educação	-	(3.005,85)	
1600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	197.221.240,45	117.893.110,59	
1601	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos	8.774.692,17	21.262.574,16	
1604	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às	3.071.870,96	2.585.414,70	
1605	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.	1.002.147,38	1.977.223,51	
1621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	56.727.446,11	28.884.947,81	
1632	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	2.210.312,97	1.065.093,10	
1659	Outros Recursos Vinculados à Saúde	4.317.800,26	943.564,19	
1660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	14.823.893,17	6.322.651,12	
1661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	876.863,30	13.413.719,10	
1665	Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social	1.613.284,69	1.722.613,79	
1669	Outros Recursos Vinculados à Assistência Social	49.804.713,71	58.810.673,76	
1700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	9.281.885,30	2.348.566,50	
1701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	52.467.348,52	1.239.094,21	
1704	Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	4.107.441,11	-	
1706	Transferência Especial da União	11.516.756,17	7.362.874,33	
1711	Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas.	1.482.683,93	10.016.942,50	
1715	Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º - Audiovisual	-	78.060,74	
1716	Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º - Demais Setores da Cultura	-	25.198,38	
1719	Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022	8.599.822,17	5.631.095,23	
1720	Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997	3.491.315,05	-	
1749	Outras vinculações de transferências	435.755,63	1.991.436,88	
1750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	154.742,44	674.740,18	
1751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	5.043.103,47	33.890.727,47	
1752	Recursos Vinculados ao Trânsito	19.563.005,66	(28.954,88)	
1753	Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos	7.899.738,89	280.777,66	
1754	Recursos de Operações de Crédito	30.086.323,28	7.625.315,56	
1755	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	8.604.339,12	7.021.018,03	
1756	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Indireta	872.562,77	-	
1759	Recursos Vinculados a Fundos	21.092.898,06	42.126.268,19	
1799	Outras Vinculações Legais	6.031.281,68	5.537.472,08	
1800	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	325.475.668,95	497.122.336,32	
1801	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	13.296.726,48	15.550.884,60	
1802	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	8.057.173,49	5.643.167,01	
1861	Recursos Extraorçamentários Vinculados a Depósitos Judiciais	-	-	
1862	Recursos de Depósitos de Terceiros	-	108.267,78	
1869	Outros Recursos Extraorçamentários	470.356,64	484.003,88	
1899	Outros Recursos Vinculados	19.873,17	945.786,14	
2500	Recursos não Vinculados de Impostos - Exercícios Anteriores	178.223.849,94	238.573.357,35	
2501	Outros Recursos não Vinculados - Exercícios Anteriores	87.438.035,82	99.668.266,61	
2502	Recursos não vinculados da compensação de impostos. - Exercícios Anteriores	25.489,08	1.554.135,51	
2503	Apoio financeiro da União em decorrência de estado de calamidade pública. - Exercícios Anteriores	728.104,90	-	
2540	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Exercícios Anteriores	-	-	
2550	Transferência do Salário-Educação - Exercícios Anteriores	75.085.424,61	44.818.215,02	
2552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - Exercícios Anteriores	40,70	475.707,02	
2553	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) - Exercícios Anteriores	55.515,47	48.216,57	
2569	Outras Transferências de Recursos do FNDE - Exercícios Anteriores	9.253.138,29	3.461.507,36	
2600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Exercícios Anteriores	48.542.676,65	7.277.036,80	
2601	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Exercícios Anteriores	11.369.974,19	4.735.762,99	
2604	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às	2.585.414,70	-	
2605	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem. - Exercícios	1.087.517,50	394.825,22	
2621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual - Exercícios Anteriores	19.926.043,10	9.621.374,49	
2632	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde - Exercícios Anteriores	10.177.409,19	12.083.603,36	
2659	Outros Recursos Vinculados à Saúde - Exercícios Anteriores	865.589,92	437.729,17	
2660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS - Exercícios Anteriores	7.774.755,47	5.863.207,07	
2661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social - Exercícios Anteriores	1.128.887,20	-	
2665	Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social - Exercícios Anteriores	2.313.340,05	651.764,38	
2669	Outros Recursos Vinculados à Assistência Social - Exercícios Anteriores	76.423.421,98	71.968.063,61	
2700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União - Exercícios Anteriores	2.354.727,57	2.668.101,59	
2701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados - Exercícios Anteriores	917.818,05	851.209,54	
2706	Transferência Especial da União - Exercícios Anteriores	15.415.573,98	14.392.077,64	
2707	Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020 - Exercícios Anteriores	-	49.981,96	
2711	Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas. - Exercícios Anteriores	8.039,55	-	
2715	Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º - Audiovisual - Exercícios Anteriores	-	10,00	
2716	Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º - Demais Setores da Cultura - Exercícios Anteriores	-	(89.619,46)	
2719	Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022 - Exercícios Anteriores	-	-	
2749	Outras vinculações de transferências - Exercícios Anteriores	3.101.962,59	2.285.066,35	
2750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Exercícios Anteriores	3.488,25	11.021,17	
2751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP - Exercícios Anteriores	14.681.453,08	10.000.029,30	
2752	Recursos Vinculados ao Trânsito - Exercícios Anteriores	9.834.217,24	-	
2753	Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos - Exercícios Anteriores	230.521,72	4.376.287,84	
2754	Recursos de Operações de Crédito - Exercícios Anteriores	14.870.207,11	7.860.795,07	
2755	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta - Exercícios Anteriores	10.526.394,59	16.767.098,44	
2759	Recursos Vinculados a Fundos - Exercícios Anteriores	35.360.705,42	32.396.838,90	
2799	Outras Vinculações Legais - Exercícios Anteriores	6.897.329,21	13.446.776,80	
2800	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) - Exercícios Anteriores	4.542.311.615,51	4.058.053.188,15	
2801	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro) - Exercícios Anteriores	1.704.830,97	863.134,39	
2802	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração - Exercícios Anteriores	5.649.167,01	65.573,98	
2899	Outros Recursos Vinculados - Exercícios Anteriores	1.895,58	5.815,24	
	<b>TOTAL</b>	<b>6.362.442.271,40</b>	<b>5.751.925.737,91</b>	

Demonstração das Variações Patrimoniais (em R\$)

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
Título	Exercício Atual	Exercício Anterior	Título	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	<b>4.773.974.584,59</b>	<b>4.924.290.212,04</b>	<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>2.221.383.681,44</b>	<b>2.154.569.682,74</b>
Impostos	4.326.740.260,47	4.377.735.505,46	Remuneração a Pessoal	1.942.092.315,62	1.881.763.292,54
Taxas	447.234.324,12	546.554.706,58	Encargos Patronais	98.822.239,74	95.934.633,74
Contribuições de Melhoria	-	-	Benefícios a Pessoal	169.799.354,30	157.375.144,08
<b>Contribuições</b>	<b>441.515.674,67</b>	<b>429.715.546,66</b>	Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	10.669.771,78	19.496.612,38
Contribuições Sociais	350.216.193,74	352.502.807,99	<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	<b>1.969.828.497,12</b>	<b>1.946.235.148,58</b>
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	Aposentadorias e Reformas	1.634.404.472,39	1.595.472.369,05
Contribuição de Iluminação Pública	91.299.480,93	77.212.738,67	Pensões	296.335.926,46	293.374.730,33
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-	Benefícios de Prestação Continuada	-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	<b>1.594.147.069,08</b>	<b>1.484.601.060,96</b>	Benefícios Eventuais	35.903.320,45	45.644.377,81
Venda de Mercadorias	-	-	Políticas Públicas de Transferência de Renda	525.000,00	8.895.000,00
Venda de Produtos	-	-	Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.659.777,82	2.848.671,39
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.594.147.069,08	1.484.601.060,96	<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>3.389.584.490,74</b>	<b>3.034.379.899,19</b>
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	<b>1.330.890.096,71</b>	<b>2.271.516.204,63</b>	Uso de Material de Consumo	219.499.574,62	170.569.518,68
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	Serviços	3.034.612.485,55	2.741.162.936,48
Juros e Encargos de Mora	636.346.561,85	1.795.702.094,49	Depreciação, Amortização e Exaustão	135.472.430,57	122.647.444,03
Variações Monetárias e Cambiais	111.369.257,64	20.601.123,37	<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	<b>172.044.771,87</b>	<b>231.502.405,50</b>
Descontos Financeiros Obtidos	1.612.732,04	2.246.789,42	Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	114.755.304,87	75.759.145,87
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	581.561.545,18	452.966.197,35	Juros e Encargos de Mora	1.492.383,54	713.297,85
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-	Variações Monetárias e Cambiais	55.797.083,46	155.029.961,78
Aportes do Banco Central	-	-	Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras	-	-	Remuneração Negativa de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>4.546.826.377,04</b>	<b>4.235.270.453,51</b>	Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Transferências Intragovernamentais	-	-	Aportes ao Banco Central	-	-
Transferências Intergovernamentais	4.502.308.039,06	4.154.472.479,90	Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras	-	-
Transferências das Instituições Privadas	22.644.094,94	42.547.332,95	<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>1.856.299.861,93</b>	<b>1.650.123.582,11</b>
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-	Transferências Intragovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-	Transferências Intergovernamentais	350.649.346,86	324.365.593,04
Transferências do Exterior	20.097,35	-	Transferências a Instituições Privadas	1.505.523.898,43	1.325.637.125,53
Execução Orçamentária Delegada	-	-	Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	21.699.373,29	38.250.640,66	Transferências a Consórcios Públicos	126.616,64	120.863,54
Outras Transferências e Delegações Recebidas	154.772,40	-	Transferências ao Exterior	-	-
<b>Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>2.478.440.636,56</b>	<b>2.618.845.864,91</b>	Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Reavaliação de Ativos	542.586.778,70	400.698.662,60	Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Ganhos com Alienação	10.406.173,19	2.058.786,56	<b>Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>4.078.598.996,37</b>	<b>6.751.782.618,34</b>
Ganhos com Incorporação de Ativos	1.797.881.679,37	2.192.071.956,91	Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas	705.917.724,69	1.109.080.434,34
Ganhos com Desincorporação de Passivos	125.872.927,53	24.016.458,84	Perdas com Alienação	-	441.139.623,65
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	1.693.077,77	-	Perdas Involuntárias	2.741,40	-
Reversão de Reavaliação	-	-	Incorporação de Passivos	25.362,37	6.856.105,48
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>5.343.185.773,80</b>	<b>3.717.466.454,75</b>	Desincorporação de Ativos	3.372.653.167,91	5.194.706.454,87
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-	<b>Tributárias</b>	<b>101.727.611,20</b>	<b>103.013.010,40</b>
Resultado Positivo de Participações	15.455.547,37	7.620.215,66	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	176.483,57	164.627,64
Subvenções Econômicas	-	-	Contribuições	101.551.127,63	102.848.382,76
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	4.808.599.598,10	3.186.527.029,71	<b>Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados</b>		
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	519.130.628,33	523.319.209,38	Custo das Mercadorias Vendidas - CMV	-	-
			Custo dos Produtos Vendidos - CPV	-	-
			Custo dos Serviços Prestados - CSP	-	-
			<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>8.100.456.177,27</b>	<b>3.777.541.533,99</b>
			Premiações	1.982.789,04	7.332.305,90
			Resultado Negativo de Participações	728.687.233,22	1.095,12
			Incentivos	-	-
			Subvenções Econômicas	-	-
			Participações e Contribuições	-	-
			VPD de Constituição de Provisões	6.698.992.112,23	3.412.123.954,16
			Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	670.794.042,78	358.084.178,81
<b>Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)</b>	<b>20.508.980.212,45</b>	<b>19.681.705.797,46</b>	<b>Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)</b>	<b>21.889.924.087,94</b>	<b>19.649.147.880,85</b>
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)</b>				<b>(1.380.943.875,49)</b>	<b>32.557.916,61</b>

**Demonstração dos Fluxos de Caixa**  
(em R\$)

QUADRO PRINCIPAL DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Ingressos</b>	<b>28.247.117.870,51</b>	<b>46.767.255.248,79</b>
Receita Tributária	4.046.281.397,01	3.936.206.694,97
Receita de Contribuições	717.162.642,90	715.355.286,36
Receita Patrimonial	144.308.504,92	20.863.518,17
Receita Agropecuária		-
Receita Industrial		-
Receita de Serviços	898.819.277,90	782.465.189,59
Remuneração das Disponibilidades	491.926.377,16	548.498.389,71
Outras Receitas Derivadas e Originárias	17.751.189.714,51	36.852.851.690,05
Transferências Recebidas	4.197.429.956,11	3.911.014.479,94
<b>Desembolsos</b>	<b>27.619.570.639,74</b>	<b>46.386.973.444,48</b>
Pessoal e Demais Despesas	7.944.639.904,23	7.434.769.917,03
Juros e Encargos da Dívida	118.016.941,67	77.528.520,55
Transferências Concedidas	3.238.857.108,50	2.936.743.836,73
Outros Desembolsos Operacionais	16.318.056.685,34	35.937.931.170,17
<b>Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)</b>	<b>627.547.230,77</b>	<b>380.281.804,31</b>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Ingressos</b>	<b>15.281.855,76</b>	<b>5.554.796,26</b>
Alienação de Bens	15.188.951,75	5.330.619,06
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	92.904,01	224.177,20
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
<b>Desembolsos</b>	<b>442.541.059,79</b>	<b>445.236.670,97</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante	395.657.879,46	364.409.394,71
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	46.883.180,33	80.827.276,26
<b>Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento (II)</b>	<b>(427.259.204,03)</b>	<b>(439.681.874,71)</b>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Ingressos</b>	<b>138.365.831,64</b>	<b>119.957.231,53</b>
Operações de Crédito	138.365.831,64	119.957.231,53
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes		-
Outros Ingressos de Financiamento		-
<b>Desembolsos</b>	<b>156.136.970,18</b>	<b>143.745.279,48</b>
Amortização / Refinanciamento da dívida	4.278.384,37	11.812.097,69
Outros Desembolsos de Financiamentos	151.858.585,81	131.933.181,79
<b>Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)</b>	<b>(17.771.138,54)</b>	<b>(23.788.047,95)</b>
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)</b>	<b>182.516.888,20</b>	<b>(83.188.118,35)</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa inicial	1.861.884.663,45	1.945.072.781,80
Caixa e Equivalentes de Caixa final	2.044.401.551,65	1.861.884.663,45

Demonstração dos Fluxos de Caixa  
(em R\$)

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS		
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
Intergovernamentais	3.544.014.740,77	3.303.097.406,41
da União	2.210.618.614,43	2.128.531.723,17
de Estados e Distrito Federal	1.333.396.126,34	1.174.565.683,24
de Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	653.415.215,34	607.917.073,53
<b>Total das Transferências Recebidas</b>	<b>4.197.429.956,11</b>	<b>3.911.014.479,94</b>
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
Intergovernamentais	13.908.651,15	6.801.926,39
à União	9.002.178,99	2.137.959,92
a Estados e Distrito Federal	1.669.707,08	1.201.530,34
a Municípios	3.236.765,08	3.462.436,13
Intragovernamentais	1.714.302.436,93	1.606.504.856,63
Outras Transferências Concedidas	1.510.646.020,42	1.323.437.053,71
<b>Total das Transferências Concedidas</b>	<b>3.238.857.108,50</b>	<b>2.936.743.836,73</b>

QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO		
Título	Exercício Atual	Exercício Anterior
Legislativa	157.235.217,27	161.365.108,99
Judiciária	67.585.319,35	64.321.281,40
Essencial à Justiça	-	-
Administração	674.463.396,46	623.827.002,49
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	61.205.993,22	61.777.531,48
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	115.942.055,55	137.167.036,85
Previdência Social	1.956.183.356,68	1.917.385.062,59
Saúde	2.116.786.065,37	1.860.715.499,16
Trabalho	421.800,53	303.347,23
Educação	813.382.394,86	705.291.182,13
Cultura	39.570.712,38	43.908.454,03
Direitos da Cidadania	3.027.407,32	11.043.284,17
Urbanismo	172.593.227,22	208.334.107,16
Habituação	33.687.298,07	30.700.765,68
Saneamento	1.089.950.518,12	1.054.927.306,55
Gestão Ambiental	29.657.551,29	37.593.862,56
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	1.975.783,57	3.298.324,87
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	6.753.104,78	5.937.722,87
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	340.738.627,68	312.077.634,26
Desporto e Lazer	4.692.668,63	4.346.409,03
Encargos Especiais	258.787.405,88	190.448.993,53
<b>Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função</b>	<b>7.944.639.904,23</b>	<b>7.434.769.917,03</b>

QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		
Título	Exercício Atual	Exercício Anterior
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	77.241.284,52	41.285.936,43
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	40.775.657,15	36.242.584,12
Outros Encargos da Dívida	-	-
<b>Total dos Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>118.016.941,67</b>	<b>77.528.520,55</b>

# Notas Explicativas

## I. Informações Gerais:

### Nota 1: Contexto Operacional

O Município de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, é pessoa jurídica de direito público interno, inscrito com CNPJ nº 92.963.560/0001-60. Fundado em 26 de março de 1772, a sua sede administrativa encontra-se situada na Rua General João Manoel, nº 157, Centro Histórico, tendo sido administrada no exercício de 2025 pelo Exmo. Sr. Sebastião Melo.

As Demonstrações Contábeis tiveram como base as informações extraídas do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF, em funcionamento desde janeiro de 2024. Todos os dados apresentados estão devidamente consolidados. A consolidação abrange as unidades gestoras que compõem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS)¹.

Tais demonstrações são compostas por: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração do Fluxo de Caixa e Notas Explicativas. Sua elaboração e consolidação estão em conformidade com os padrões da Parte V do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e com as Instruções de Procedimentos Contábeis IPCs) da STN.

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público do Município de Porto Alegre compreendem a Administração Direta (Secretarias, Gabinetes, Câmara Municipal), a Administração Indireta composta por suas Autarquias (DEMHAB, DMAE, DMLU, PREVIMPA), Fundação (FASC)¹ e pela Empresa Pública (EPTC), que foi declarada Empresa Dependente através da Resolução nº 085/2019 pelo Comitê de Gestão Orçamentária e Financeira, sendo incluída no orçamento do Município a partir de 1º de janeiro de 2020. Também compreende 32 Fundos Municipais, dos quais se destacam o Fundo Municipal da Saúde e da Assistência Social.

¹ A FASC encontra-se em processo de Extinção, conforme Lei Municipal nº 1036/2025, não tendo sido totalmente extinta até o encerramento do exercício. A Fundação ainda apresenta saldos patrimoniais residuais que estão em fase de regularização e transferência para a Administração Direta.

### Nota 2: Período de Referência

As informações apresentadas referem-se ao exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2025.

## II. Balanço Orçamentário (BO)

### Nota 3: Regime Orçamentário e Critério de Classificação

O Município adota o regime misto, em conformidade com o art. 35 da Lei nº 4.320/1964: as receitas são reconhecidas pela arrecadação e as despesas pelo empenho. A classificação segue a estrutura da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e o Manual de Con-

tabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

### Nota 4: Detalhamento de Receitas e Despesas Intraorçamentárias

As operações intraorçamentárias representam transações entre órgãos e entidades do próprio orçamento municipal.

As operações entre entidades do próprio orçamento municipal totalizaram:

- **Receitas Intraorçamentárias:** R\$ 1.717.618.685,07 (referentes principalmente a contribuições patronais ao RPPS e Encargos Sociais).

CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	R\$ 275.613.745,66	15,7%
ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 1.436.127.027,08	83,6%
DEMAIS RECEITAS INTRA	R\$ 5.877.912,33	0,7%
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 1.717.618.685,07</b>	<b>100,0%</b>

- **Despesas Intraorçamentárias:** Na mesma proporção que as receitas intraorçamentárias, as despesas intraorçamentárias foram expressivamente destinadas ao RPPS, totalizando R\$ 1.718.545.868,68 (empenhadas em modalidades de aplicação 91).

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS RPPS	R\$ 287.146.262,06	16,7%
OUTRAS OBRIGAÇÕES PATRONAIS DIVERSAS	R\$ 1.418.754.923,09	82,6%
DEMAIS DESPESAS INTRA	R\$ 12.644.683,53	0,7%
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 1.718.545.868,68</b>	<b>100,0%</b>

### Nota 5: Despesas por Tipos de Créditos e Dotação Atualizada

A execução das despesas orçamentárias de R\$ 12.061.040.035,33 foi financiada por:

**Créditos Iniciais:** R\$ 12.356.541.463,00

**Créditos Suplementares e Especiais:** Abertos durante o exercício via decretos e leis autorizativas, financiados por excesso de arrecadação e anulação de dotações, totalizaram R\$ 3.449.500.069,39 distribuídos da seguinte forma

<b>CRÉDITOS INICIAIS</b>	<b>12.356.541.463,00</b>
CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR	R\$ 3.365.836.177,39
CRÉDITOS ESPECIAIS ABERTOS	R\$ 83.663.892,00
CANCELAMENTO DE DOTAÇÕES	(R\$ 1.525.064.362,48)
<b>DOTAÇÃO ATUALIZADA</b>	<b>R\$ 14.280.977.169,91</b>

## Nota 6: Atualizações Monetárias da Receita

A Previsão Inicial das receitas próprias reflete a atualização monetária pelo índice oficial (IPCA), acrescida de ajustes derivados de análises estatísticas do setor de arrecadação. Tais parâmetros foram adotados para assegurar que a peça orçamentária espelhe o comportamento histórico e as projeções econômicas atuais, reduzindo a margem de frustração de receita durante a execução.

## Nota 7: Restos a Pagar Não Processados Liquidados

O saldo não é transferido para o grupo de "Restos a Pagar Processados" durante o exercício; em vez disso, é mantido em uma conta específica de controle (Restos não Processados Liquidados). Esta conta identifica que a despesa, embora tenha nascido como não processada, já passou pelo estágio da liquidação. Caso não seja paga até o final do exercício em que foi liquidada, o saldo é transferido para "Restos a Pagar Processados" no encerramento.

No exercício de 2025 o Município de Porto Alegre liquidou o montante de R\$ 510.466.783,42 de restos a pagar não processados.

## Nota 8: Análise do Resultado Orçamentário

O Município de Porto Alegre encerrou o exercício financeiro de 2025 apresentando um Superávit Orçamentário de R\$ 265.059.760,99. Este saldo positivo é o resultado do confronto entre as receitas efetivamente arrecadadas e as despesas empenhadas no período, conforme detalhado abaixo:

### QUADRO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

RECEITA ORÇAMENTÁRIA ARRECADADA <sup>1</sup>	R\$ 12.326.099.796,32
(-) DESPESA ORÇAMENTÁRIA EMPENHADA	R\$ 12.061.040.035,33
<b>SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO</b>	<b>R\$ 265.059.760,99</b>

<sup>1</sup>. Reflete o total das receitas correntes e de capital, já deduzidas as parcelas destinadas ao FUNDEB e as restituições de receitas realizadas no exercício (registradas na conta PCASP 6.2.1.3).

## Bloco III – Balanço Financeiro (BF)

## Nota 9: Contexto Operacional e Critérios Contábeis

O Balanço Financeiro de Porto Alegre evidencia as entradas e saídas de recursos financeiros ocorridas no exercício de 2025, refletindo o fluxo de caixa proveniente da execução orçamentárias e das movimentações extra-orçamentárias.

- **Regime:** Adota-se o regime de caixa para o registro dos ingressos e dispêndios financeiros.
- **Consolidação:** Abrange a Administração Direta e Indireta, com a devida exclusão das transferências financeiras internas (Intraorçamentárias) para eliminar a dupla contagem.

Até o exercício de 2024, o Balanço Financeiro Consolidado era publicado sem a exclusão das contas intraorçamentárias, devido a divergências de consolidação em exercícios passados. Para manter a comparabilidade, optou-se por seguir o mesmo critério nos anos seguintes.

A partir de 2025, o demonstrativo consolidado passou a ser corrigido com a devida exclusão das contas intraorçamentárias (identificadas pelo 5º dígito '2'), para que os dados reflitam com mais fidedignidade as transações. Essas contas excluídas impactam os blocos de Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas, bem como os Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários. Isso explica a redução de valores em comparação ao exercício anterior, sendo o campo das transferências o que apresenta os montantes mais significativos.

## Nota 10: Receita Orçamentária Líquida e Deduções

A Receita Orçamentária Realizada Líquida totalizou R\$ 12.326.099.796,32, valor este deduzido de R\$ 500.743.256,18 (majoritariamente destinados ao FUNDEB).

ESPECIFICAÇÃO (FONTE DE RECURSOS)	SALDO LÍQUIDO (R\$)	PARTICIPAÇÃO (%)
RECURSOS NÃO VINCULADOS (LIVRES)	6.531.793.312,54 <sup>1</sup>	53,00%
RECURSOS VINCULADOS AO RPPS	2.279.030.983,35	18,49%
RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE	1.996.068.285,23	16,20%
DEMAIS VINCULAÇÕES	752.281.108,15	6,11%
RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO	680.814.543,43	5,53%
RECURSOS VINCULADOS À ASSIST. SOCIAL	83.111.563,62	0,67%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>12.326.099.796,32</b>	<b>100,00%</b>

<sup>1</sup>A maior fonte de ingresso livre (6,53 bilhões) sustenta a capacidade operacional e administrativa do Município, enquanto as fontes vinculadas asseguram o cumprimento dos mínimos constitucionais e finalidades legais específicas.

### Nota 11: Despesas Orçamentárias por Destinação de Recursos

A despesa orçamentária totalizou R\$ 12.061.040.035,33, demonstrando a aplicação dos recursos conforme sua natureza e vinculação legal.:

ESPECIFICAÇÃO (DESTINAÇÃO DE RECURSOS)	DESPESA (R\$)	PARTICIPAÇÃO (%)
RECURSOS NÃO VINCULADOS (LIVRES)	6.861.835.854,43	56,89%
RECURSOS VINCULADOS	5.199.204.180,90	43,11%
TOTAL GERAL	12.061.040.035,33	100,00%

**Síntese da Execução da Despesa:**

- **Concentração em Recursos Livres (56,89%):** Metade do orçamento municipal foi financiado por recursos não vinculados (provenientes majoritariamente de impostos próprios como ISSQN e IPTU), garantindo a manutenção dos serviços públicos e contrapartida em investimentos.
- **Recursos Vinculados (43,11%):** Os recursos vinculados são receitas com destinação específica definida em lei, não podendo ser aplicadas livremente.

Originam-se, principalmente, de transferências constitucionais e legais, fundos (como o FUN-DEB) e convênios ou transferências voluntárias.

Estes valores não se referem aos mínimos constitucionais de saúde e educação, que devem ser aplicados sobre a arrecadação de impostos, e sim a recursos com destinação específica definidos por lei, oriundos de transferências e fundos vinculados, destinados à execução de políticas públicas específicas.

### Nota 12: Fluxos Extraorçamentários

Os fluxos extraorçamentários do Município de Porto Alegre em 2025 refletem a movimentação de recursos de terceiros e a gestão de obrigações de curto prazo.

No período, os recebimentos extraorçamentários totalizaram R\$5.065.536.448,69, enquanto os pagamentos extraorçamentários somaram R\$ 4.829.305.636,06.

### Nota 13: Disponibilidade de Caixa e Equivalentes de Caixa

A variação na disponibilidade financeira demonstra um aumento de liquidez no período de referência:

- **Saldo do Exercício Anterior (01/01/2025):** R\$ 1.861.884.663,45.
- **Saldo para o Exercício Seguinte (31/12/2025):** R\$ 2.044.401.551,65.

O incremento líquido de R\$ 182.516.888,20 na disponibilidade de caixa municipal é o resultado consolidado dos seguintes fluxos financeiros ocorridos no exercício:

- **Superávit Orçamentário:** Contribuição positiva de R\$ 265.059.760,99, resultante da diferença entre a Receita Orçamentária de R\$

12.326.099.796,32 e a Despesa Orçamentária de R\$ 12.061.040.035,33.

- **Fluxo Extraorçamentário Líquido:** Contribuição positiva de R\$ 236.230.812,63, decorrente da diferença entre os Recebimentos Extraorçamentários (R\$ 5.065.536.448,69) e os Pagamentos Extraorçamentários (R\$ 4.829.305.636,06).
- **Outras Movimentações Financeiras Líquidas:** Impacto redutor de R\$ 318.773.685,42, referente ao saldo entre ingressos (R\$ 11.720.630.387,46) e dispêndios (R\$ 12.039.404.072,88) nestas categorias.

A manutenção de um saldo final de R\$2.044.401.551,65 assegura a cobertura financeira necessária para os compromissos de Restos a Pagar inscritos e garante a continuidade operacional das políticas públicas para o início do exercício subsequente.

### Nota 14: Conciliação do Resultado Financeiro

O Balanço Financeiro demonstra que a arrecadação orçamentária líquida (R\$ 12,32 bi) foi suficiente para cobrir a despesa orçamentária executada (R\$ 12,06 bi).

- **Resultado Orçamentário:** Superávit de R\$ 265.059.760,99.

Verifica-se que a execução orçamentária evidenciada no Balanço Financeiro é consistente com o resultado apurado no Balanço Orçamentário, demonstrando a adequada integração entre os demonstrativos.

### Nota 15: Destaque de Valores Relevantes

**1. Arrecadação de Recursos Não Vinculados (Livres)**

A análise da arrecadação de Recursos Não Vinculados revela a robustez da base tributária própria, onde o ISSQN e o IPTU consolidam-se como os pilares da autonomia financeira municipal, respondendo conjuntamente por cerca de 40% dos ingressos livres.

Os recursos de livre aplicação, que sustentam as despesas operacionais e administrativas do Município, totalizaram R\$ 6.531.793.312,54 no exercício. Esse montante é composto majoritariamente pela arrecadação de tributos próprios, como ISSQN e IPTU, representando a principal base de financiamento das políticas públicas não vinculadas.

Maiores fontes de arrecadação de recursos livres:

FONTE DE ARRECAÇÃO	VALOR (R\$)	PARTICIPAÇÃO (%)
IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - PRINCIPAL	R\$ 1.794.612.228,88	27,48%
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - PRINCIPAL	R\$ 805.344.122,71	12,33%
COTA - PARTE DO ICMS - PRINCIPAL	R\$ 626.452.910,94	9,59%
TARIFA DE ÁGUA - ADM. INDIRETA	R\$ 509.042.036,86	7,79%
COTA - PARTE DO FUNDO DE PARTIC. DOS MUNIC. - COTA MENSAL - PRINCIPAL.	R\$ 400.096.318,23	6,13%
ITBI - PRINCIPAL	R\$ 393.704.463,11	6,03%
IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PRINCIPAL	R\$ 360.821.691,82	5,52%
COTA - PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	R\$ 348.947.093,46	5,34%
TARIFA DE ESGOTO - ADM. INDIRETA	R\$ 251.510.802,99	3,85%
IMPOSTO S/ A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - DÍVIDA ATIVA	R\$ 219.052.263,79	3,35%
OUTRAS FONTES DE ARRECAÇÃO	R\$ 821.901.867,64	12,59%
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 6.531.793.312,54</b>	<b>100%</b>

2. Dispêndios Não Vinculados (Recursos Livres)

Os dispêndios totais com recursos não vinculados totalizaram R\$ 6.861.835.854,43 no exercício de 2025. Esse montante representa um aumento de 6,35% em relação aos R\$ 6.452.211.905,24 aplicados no exercício de 2024.

Bloco IV - Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

A DVP evidencia as variações quantitativas no patrimônio líquido do Município de Porto Alegre. No exercício de 2025, o resultado patrimonial consolidado apresenta um déficit de R\$ 1.380.943.875,49.

Este déficit é predominantemente de natureza não

financeira. Ele reflete o reconhecimento de obrigações de longo prazo (provisões), o desempenho de entidades controladas (Equivalência Patrimonial) e o processo de reestruturação da administração indireta.

Nota 16: Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)

As VPAs totalizaram R\$ 20.508.980.212,45. É fundamental destacar que deste montante foram excluídas as operações intraorçamentárias no montante de R\$ 11.956.360.678,34.

O valor representa um aumento de 4,20% em relação aos R\$ 19.681.705.797,46 do exercício anterior.

DESCRIÇÃO DA VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA (VPA)	VALOR (R\$)	PARTICIPAÇÃO (%)
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	4.773.974.584,59	23,28%
CONTRIBUIÇÕES	441.515.674,67	2,15%
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	1.594.147.069,08	7,77%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	1.330.890.096,71	6,49%
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	4.546.826.377,04	22,17%
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	R\$ 2.478.440.636,56	12,10%
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	R\$ 5.343.185.773,80	26,05%
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 20.508.980.212,45</b>	<b>100%</b>

Dentre os grupos mais relevantes, destaca-se o dos impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria, que demonstra o desempenho da arrecadação própria.

Desempenho da Arrecadação Própria (Líquida):

DESCRIÇÃO DA VPA (LÍQUIDA)	EXERCÍCIO ATUAL (2025)	EXERCÍCIO ANTERIOR (2024)	VAR. NOM. (%)
ISS LÍQUIDO	R\$ 1.978.780.036,49	R\$ 1.945.399.065,956	+1,72%
IPTU LÍQUIDO	R\$ 1.548.758.531,99	R\$ 1.559.668.142,38	-0,70%
TAXAS LÍQUIDAS	R\$ 447.234.324,12	R\$ 546.554.706,587	-18,17%
IRRF LÍQUIDO	R\$ 400.724.174,53	R\$ 535.543.544,565	-25,17%
ITBI LÍQUIDO	R\$ 398.477.517,46	R\$ 337.124.752,573	+18,20%
<b>TOTAL LÍQUIDO</b>	<b>R\$ 4.773.974.584,59</b>	<b>R\$ 4.924.290.212,04</b>	<b>-3,05%</b>

**Detalhamento das VPA de Impostos e Taxas (Valores Líquidos)**

**Análise da Variação Patrimonial**

**1. Dinamismo do ITBI e ISS:**

O ITBI foi o destaque positivo com crescimento de 18,20%, sinalizando uma forte retomada ou valorização no mercado imobiliário da Capital em 2025, pois com o advento da calamidade pública das enchentes, os processos de compra e venda de mercado imobiliário estavam paralisados.. O ISS manteve crescimento nominal positivo, consolidando-se como a maior fonte de riqueza própria do Município (41,4% do total da rubrica).

**2. Redução em IRRF e Taxas:**

Observa-se uma queda significativa no IRRF (-25,17%) em relação a 2024, pois houve dedução da Receita de IRRF referente a lançamento indevido no exercício de 2024 no valor de 78,3 milhões, o que representa em torno de 15% da queda. Este fato ocorreu devido à mudança nas rotinas de registro do IRRF, motivada pela implantação do novo sistema – saindo de uma apropriação manual para o registro automatizado via pagamento por DAM –, o que causou a duplicidade de alguns valores durante a sua implementação.

No grupo de Taxas, a redução de 18% é explicada majoritariamente pela variação na Taxa de Licença Am-

biental, que em 2024 registrou valores superiores a R\$ 100 milhões.

**3. Estabilidade do IPTU:**

O IPTU líquido apresentou uma leve retração de 0,70%. Embora o valor bruto tenha se mantido estável, o aumento nas deduções e restituições de IPTU (que passaram de R\$ 5,8 milhões em 2024 para R\$ 6,4 milhões em 2025) referentes a isenção para as pessoas atingidas pela enchente.

**Transferências e Delegações Recebidas**

As transferências e delegações recebidas somaram R\$ 4.546.826.377,04, representando uma variação positiva de 7,36% em relação aos R\$ 4.235.270.453,51 do exercício anterior.

Deste montante, 99,02% refere-se à Transferências Intergovernamentais recebidas, que no exercício de 2025 totalizaram R\$ 4.502.308.039,06, apresentando um crescimento nominal de 8,37% em relação aos R\$ 4.154.472.479,90 registrados em 2024. Este montante representa os repasses recebidos da União e do Estado, sendo essenciais para o financiamento das políticas públicas de saúde, educação e assistência social.

Abaixo, o detalhamento das principais fontes extraídas dos registros contábeis:

**Detalhamento das Transferências Intergovernamentais (VPA 2025):**

ORIGEM / TRANSFERÊNCIA	VALOR (R\$)	PARTICIPAÇÃO (%)
TRANSFERÊNCIAS DO SUS	1.634.242.930,65	36,30%
COTA-PARTE DO ICMS	783.066.138,70	17,39%
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	612.692.044,50	13,61%
COTA-PARTE DO FPM	561.776.213,87	12,48%
COTA-PARTE DO IPVA	436.183.867,30	9,69%
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS (CONVÊNIOS, ITR, ETC.)	474.346.844,04	10,53%
<b>TOTAL (INTERGOVERNAMENTAIS)</b>	<b>4.502.308.039,06</b>	<b>100,00%</b>

**Análise das Principais Fontes**

**Saúde (SUS):** Representa a maior parcela das transferências recebidas (36,3%). Estes recursos são vinculados e destinados exclusivamente ao custeio e investimento nas ações e serviços públicos de saúde.

**ICMS e IPVA:** As cotas-partes de tributos estaduais somam R\$ 1,21 bilhão (ICMS e IPVA), sendo fundamentais para a composição do caixa livre do Município, uma vez que o ICMS é a segunda maior fonte de receita de transferência após o SUS.

**FPM e FUNDEB:** O Fundo de Participação dos Municípios e o repasse do FUNDEB garantem o suporte necessário para a administração geral e para a educação básica, respectivamente. No caso do FUNDEB, o valor de R\$612,6 milhões refere-se ao ingresso bruto no patrimônio.

**Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras**

Houve forte variação no grupo, passando de R\$ 2.271.516.204,63 para R\$ 1.330.890.096,71, representando uma queda de -41,41% em relação a 2024, impulsionados

principalmente pela diminuição de 64,56% dos Juros e Encargos de Mora, além da diminuição de 28,22 % nos descontos financeiros obtidos, apesar da variação positiva das remunerações de aplicações financeiras e variações monetárias e cambiais. O principal fator da redução foi a instituição em 2025 do Programa de Recuperação Fiscal do Município de Porto Alegre (RecuperaPOA 2025).

O referido programa autorizou o Poder Executivo Municipal a conceder redução da multa de mora, da multa por infração e dos juros de mora para pagamento em parcela única ou parcelamento especial de créditos relativos aos tributos municipais.

**Análise dos Destaques:**

Arrecadação Própria e Transferências Intergovernamentais (R\$ 9,27 bilhões): A soma de Impostos, Taxas e Transferências Intergovernamentais consolida as bases fundamentais do financiamento das ações públicas, evidenciando o equilíbrio entre a autonomia tributária e a dependência de repasses legais e constitucionais.

As receitas de transações sem contraprestação somaram o suporte financeiro essencial para a manutenção das políticas públicas municipais, garantindo a continuidade dos serviços essenciais e o financiamento da

estrutura governamental.

**Nota 17: Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)**

As VPDs totalizaram R\$ 21.889.924.087,94 , refletindo o consumo de recursos, a desvalorização de ativos e o reconhecimento de passivos por competência. A tabela demonstra a representatividade dos grupos no exercício de 2025:

GRUPO DE VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	VALOR (R\$)	PARTICIPAÇÃO (%)
PESSOAL E ENCARGOS	R\$ 2.221.383.681,44	10,15%
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	R\$ 1.969.828.497,12	9,00%
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	R\$ 3.389.584.490,74	15,48%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	R\$ 172.044.771,87	0,79%
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	R\$ 1.856.299.861,93	8,48%
DESVALORIZAÇÃO E PERDAS DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	R\$ 4.078.598.996,37	18,63%
TRIBUTÁRIAS	R\$ 101.727.611,20	0,46%
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	R\$ 8.100.456.177,27	37,01%
<b>TOTAL DAS VPDS</b>	<b>R\$ 21.889.924.087,94</b>	<b>100,00%</b>

**Análise dos Destaques das VPDs**

**Pessoal e Encargos (R\$ 2,21 bilhões):** Apresentou leve crescimento (3,10%) e reflete o custo direto com a manutenção do quadro funcional, incluindo remunerações e encargos patronais da administração direta e indireta

**Benefícios Previdenciários e Assistenciais:** As Variações Patrimoniais Diminutivas relativas a Benefícios Previdenciários e Assistenciais totalizaram R\$ 1.969.828.497,12 no exercício, sendo compostas principalmente por despesas com pagamento de aposentadorias e pensões no âmbito do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

**Uso de Bens e Serviços (R\$ 3,38 bilhões):** Abrange os gastos operacionais essenciais, incluindo materiais de consumo e a contratação de serviços de terceiros (PJ) para a manutenção das atividades públicas. O Grupo teve um aumento de 11,71% em relação ao exercício de 2024, impulsionado principalmente pelo aumento do Uso de Material de Consumo (28,69%)

**Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras:** As Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras totalizaram R\$ 172.044.771,87 no exercício de 2025, apresentando redução de 25,68% em relação ao exercício anterior (R\$ 231.502.405,50).

A redução das Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras decorre principalmente da queda nas variações monetárias e cambiais, de R\$ 155.029.961,78 para R\$ 55.797.083,46 (-64,01%). Em contrapartida, houve aumento nos juros e encargos de empréstimos e financiamentos, de R\$ 75.759.145,87 para R\$ 114.755.304,87 (+51,47%), bem como nos juros de mora, de R\$ 713.297,85 para R\$ 1.492.383,54 (+109,22%), mas com impacto pouco relevante no total da rubrica.

**Transferências e Delegações Concedidas:** As Transferências e Delegações Concedidas totalizaram R\$ 1.856.299.861,93, com aumento de 12,49% em relação a 2024 (R\$ 1.650.123.582,11), concentradas principalmente em transferências a instituições privadas (R\$1.505.523.898,43) e transferências intergovernamentais (R\$ 350.649.346,86).

**Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos:** As Variações Patrimoniais Diminutivas com Desvalorização e Perdas de Ativos totalizaram R\$ 4.078.598.996,37 (-39,59% em relação aos R\$ 6.751.782.618,34 registrados em 2024 ), destacando-se a desincorporação de ativos (R\$ 3.372.653.167,91) e os ajustes para perdas (R\$ 705.917.724,69).

**Tributárias:** As Variações Patrimoniais Diminutivas Tributárias totalizaram R\$101.727.611,20 (-1,25%), compostas principalmente por contribuições (R\$ 101.551.127,63).

**Outras Variações Patrimoniais Diminutivas:** As Outras Variações Patrimoniais Diminutivas totalizaram R\$ 8.100.456.177,27, destacando-se a constituição de provisões (R\$ 6.698.992.112,23), essencialmente para riscos cíveis e as atuariais, e o resultado negativo de participações (R\$ 728.687.233,22), referente à EPTC.

**Divulgações Específicas**

**a. Baixas de ativos imobilizados:** Registradas sob a rubrica de desincorporação, referentes a bens inservíveis e ajustes de inventário.

**b. Unidades operacionais descontinuadas (Processo de Extinção da FASC):** Em cumprimento às diretrizes de reforma administrativa, informa-se que a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) encontra-se em processo de extinção, não tendo sido totalmente extinta até o encerramento do exercício. A autarquia ainda apresenta saldos patrimoniais residuais que estão em fase de

regularização e transferência para a Administração Direta. Do ponto de vista patrimonial, esse evento é refletido na DVP através do confronto entre a desincorporação na unidade gestora de origem e a incorporação no ente sucessor, assegurando a integridade dos registros e a continuidade dos serviços de assistência social sob a nova estrutura institucional.

### Nota 18: Provisões, Riscos Judiciais e Ajustes Atuariais

NATUREZA	CONSTITUIÇÃO (R\$)	REVERSÃO (R\$)	IMPACTO LÍQUIDO (R\$)
PREVIDENCIÁRIA (MATEMÁTICA)	5,17 BI	4,49 BI	-680,8 MI
RISCOS CÍVEIS	1,38 BI	80,9 MI	-1,29 BI
RISCOS TRABALHISTAS	139,0 MI	11,8 MI	-127,2 MI
RISCOS FISCAIS	3,3 MIL	121,7 MI	121,7 MI
<b>TOTAL</b>	<b>6,69 BI</b>	<b>4,71 BI</b>	<b>-1,98 BI</b>

#### Análise do Impacto Líquido e Critérios Contábeis

**1. Impacto no Resultado Patrimonial:** O confronto entre a constituição e a reversão resultou em uma despesa patrimonial líquida de R\$ 1.985.847.519,32. Este valor impacta negativamente o Patrimônio Líquido no exercício, mas, por ser uma variação não financeira, não consome a liquidez imediata do Município.

**2. Prevalência Previdenciária:** As Provisões Matemáticas Previdenciárias (PREVIMPA) dominam ambas as tabelas. O ajuste líquido de R\$ 680,8 milhões (Constituição vs. Reversão) reflete a atualização atuarial anual necessária para cobrir o déficit futuro projetado para o pagamento de aposentadorias e pensões.

#### 3. Gestão de Riscos Judiciais:

No grupo de Riscos Cíveis, houve um forte incremento líquido de R\$ 1,29 bilhão.

Inversamente, os Riscos Fiscais apresentaram uma reversão líquida positiva.

#### Análise do Resultado

O déficit patrimonial de R\$ 1.380.943.875,49 é predominantemente de natureza contábil e não financeira, não representando uma saída imediata de recursos do

Tesouro. Este resultado decorre, prioritariamente, do reconhecimento prudente de obrigações de longo prazo por meio de provisões (especialmente as matemáticas previdenciárias e judiciais) e do ajuste negativo de equivalência patrimonial (MEP) da EPTC, no montante de R\$ 728,6 milhões, a ser detalhado na análise dos investimentos do Balanço Patrimonial.

Complementarmente aos dados da DVP, destaca-se o conteúdo da Nota 42 sobre Eventos Subsequentes. O resultado ajustado por fatos identificados em 2026 totaliza um superávit de R\$ 208,9 milhões.

### Bloco V - Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

#### Nota 19: Caixa e Equivalentes de Caixa

A DFC tem como objetivo fornecer informações sobre a capacidade do Município de gerar caixa e equivalentes, bem como suas necessidades de liquidez. O Município considera nesta categoria os ativos de alta liquidez, prontamente conversíveis em montantes conhecidos de numerário e com risco insignificante de mudança de valor.

Composição do grupo:

**Caixa Geral:** Numerário em espécie e fundos fixos para despesas de pronto pagamento.

Contas Bancárias: Saldos em contas correntes (livre movimentação) e contas vinculadas (convênios e fundos).

**Aplicações Financeiras:** Investimentos com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias, ou que possibilitem resgate imediato sem perda relevante de rendimentos.

#### Nota 20: Recursos de Terceiros (Passivos Financeiros)

Do montante total de caixa e equivalentes de caixa, uma parcela corresponde a valores indisponíveis, pois representam obrigações de curto prazo junto a terceiros. Nessas situações, o Município atua como mero depositário, cabendo-lhe a restituição ou o repasse aos respectivos beneficiários, conforme detalhamento a seguir:

DESCRIÇÃO DO RECURSO DE TERCEIROS	VALOR EM 31/12/2025 (R\$)
DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS	84.097.435,86
DEPÓSITOS JUDICIAIS	39.596.954,51
<b>CONSIGNAÇÕES (RETENÇÕES DE FOLHA/SERVIÇOS)</b>	<b>15.970.823,34</b>
CONSIGNAÇÕES - INTER OFSS	7.104.304,85
GARANTIAS E CAUÇÕES CONTRATUAIS	1.519.603,47
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	363.972,72
<b>TOTAL DE VALORES DE TERCEIROS</b>	<b>148.653.094,75</b>

**Conciliação do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa**

A conciliação abaixo ratifica a integridade entre as demonstrações contábeis, assegurando que o fluxo de

caixa do exercício (DFC) converge com a posição patrimonial (BP) e os ingressos/dispêndios do Balanço Financeiro (BF).

PARÂMETRO DE CONCILIAÇÃO	VALOR (R\$)
SALDO FINAL DE CAIXA NA DFC (31/12/2025)	2.044.401.551,65
SALDO DE DISPONIBILIDADES NO BALANÇO PATRIMONIAL	2.044.401.551,65
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE NO BALANÇO FINANCEIRO	2.044.401.551,65
<b>DIFERENÇA APURADA</b>	<b>0,00</b>

**Nota 21: Resumo dos Fluxos do Exercício**

A Demonstração dos Fluxos de Caixa evidenciou geração líquida de caixa de R\$ 182.516.888,20 no exercício. O resultado foi impulsionado pelo fluxo positivo das atividades operacionais (R\$ 627.547.230,77), refletindo a capacidade de geração de caixa das atividades correntes.

Esse resultado foi parcialmente reduzido pelos fluxos negativos das atividades de investimento (R\$ -427.259.204,03), relacionados principalmente à aquisição de ativos, e das atividades de financiamento (R\$ -17.771.138,54), decorrentes do pagamento líquido da dívida.

**Bloco VI - Balanço Patrimonial**

**1. Ativo Circulante**

**Nota 22: Caixa e Equivalentes de Caixa (CEC)**

Compreendem os saldos de numerário em espécie, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez. Os valores abaixo representam a posição líquida consolidada, onde as contas de aplicação foram devidamente confrontadas com os saldos bancários para eliminar os efeitos das contas intraorçamentárias (como os limites de saque).

DESCRIÇÃO DA DISPONIBILIDADE	SALDO 2025 (R\$)	SALDO 2024 (R\$)	VAR. (%)
SALDOS EM TESOURARIA E ARRECADAÇÃO	1.095.585,46	753.203,93	45,46%
DISPONIBILIDADES EM CONTA BANCÁRIA	2.043.305.966,19	1.861.131.459,52	9,79%
<b>TOTAL GERAL (CON-SOLIDADO)</b>	<b>2.044.401.551,65</b>	<b>1.861.884.663,45</b>	<b>9,80%</b>

**Nota 23: Aplicações Financeiras**

Do montante das disponibilidades financeiras, R\$ 1.993.896.158,41 referem-se a aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa, por atenderem à finalidade de cobertura de compromissos de cur-

to prazo, sendo prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, no curto prazo, e sujeitas a risco insignificante de variação de valor, conforme detalhamento a seguir:

DESCRIÇÃO DA APLICAÇÃO	SALDO 31/12/2025 (R\$)	SALDO 31/12/2024 (R\$)	VARIACÃO (%)
DIVERSAS APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA	970.953.052,62	1.139.370.669,16	-14,78%
FUNDOS DE INVESTIMENTO	803.952.131,68	586.383.059,02	37,10%
CDB	164.109.985,82	146.020.814,30	12,39%
FUNDOS DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA (F)	13.983.789,58	20.684.059,79	-32,39%
APLICAÇÕES RPPS - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	15.436.103,46	8.361.441,16	84,61%
FUNDOS DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA	11.367.296,09	13.578.224,86	-16,28%
POUPANÇA	7.716.937,65	4.139.663,90	86,41%
FUNDOS DE TÍTULOS DO TESOURO NACIONAL	6.345.444,21	4.640.202,89	36,75%
FUNDOS TESOURO NACIONAL (F)	31.417,30	1.170,30	2584,55%
<b>TOTAL DAS APLICAÇÕES E EQUIVALENTES</b>	<b>1.993.896.158,41</b>	<b>1.923.179.305,38</b>	<b>3,68%</b>

**Nota 24: Créditos a Curto Prazo**

Esta nota detalha os Créditos a Curto Prazo do Município de Porto Alegre, abrangendo os valores a receber decorrentes de competências tributárias, prestação de serviços (tarifas) e a inscrição de débitos em Dívida Ativa. Em conformidade com o MCASP e as NBC TSP, esses créditos são registrados pelo valor nominal e retificados pelas perdas estimadas para refletir seu real valor recu-

perável.

O saldo líquido consolidado em 31/12/2025 é de R\$ 718,69 milhões, apresentando uma redução de 24,05% em relação ao exercício anterior (R\$ 946,28 milhões).

Composição Comparativa de Créditos e Ajustes de Valor

GRUPO DE CRÉDITOS	SALDO 2025 (R\$)	SALDO 2024 (R\$)	VARIAÇÃO (%)
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS (A VENCER/LANÇADOS)	156.297.999,07	449.734.869,66	-65,25%
CRÉDITOS DE SERVIÇOS (TARIFAS DMAE/DMLU/DEM HAB)	355.698.955,79	289.571.933,47	22,84%
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	366.505.821,71	325.425.894,00	12,62%
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	58.336.541,13	63.053.109,67	-7,48%
OUTROS CRÉDITOS E (COMPENSAÇÕES)	462.657,72	441.885,52	4,70%
(-) PERDAS ESTIMADAS (TRIBUTÁRIA E NÃO TRIB.)	-218.610.216,35	-181.939.226,64	20,16%
<b>TOTAL LÍQUIDO CONSOLIDADO</b>	<b>718.691.759,07</b>	<b>946.288.465,68</b>	<b>-24,05%</b>

**Análise das Variações e Gestão de Ativos**

**1. Redução Estrutural dos Créditos Tributários:** Observa-se uma redução expressiva de 65,25% nos créditos tributários circulantes, motivados principalmente pelos fatores a seguir:

- **ISS (Conta 11211010700):** O saldo caiu de R\$ 286,6 milhões para R\$ 85,2 milhões.
- **IPTU (Conta 11211010500):** Recuou de R\$ 147,8 milhões para R\$ 53,1 milhões.

**2. Expansão dos Créditos de Serviços (Faturamento DMAE)**

O grupo de tarifas (Água e Esgoto) e outros serviços apresentou crescimento de 43,61%.

- **Tarifas a Receber:** O somatório de água e esgoto subiu de R\$ 216,1 milhões para R\$ 231,7 milhões.
- **Outros Boletos Emitidos:** Saltou de R\$ 61,3 milhões para R\$ 97,0 milhões.

Este incremento no faturamento a receber sugere uma ampliação na base de serviços prestados ou um ciclo de cobrança mais longo no exercício de 2025, o que exige monitoramento para garantir que esse aumento se converta em fluxo de caixa no curto prazo.

**3. Dívida Ativa Administrativa e Judicial**

O estoque de Dívida Ativa Tributária totaliza R\$ 366,50 milhões, um aumento de 12,62%.

- **Dívida Não Tributária:** Houve uma redução de 7,48%.

**4. Perdas Estimadas**

As contas redutoras de Créditos a Curto Prazo (Ajustes para Perdas) tiveram um aumento de 20,16%, totalizando R\$ 218,61 milhões.

- **Destaque:** As perdas estimadas em Dívida Ativa Não Tributária saltaram de R\$ 2,3 milhões para R\$ 26,4 milhões.

Este ajuste reflete uma postura mais conservadora, reconhecendo a baixa probabilidade de recuperação de créditos não tributários (como multas administrativas antigas), adequando o balanço ao Valor de Realização.

A metodologia aplicada para mensuração das perdas fundamenta-se na projeção estatística de arrecadação, estruturada nos seguintes passos principais:

**Índice de Eficiência Anual:** Calculado pela razão entre o total recebido no ano e o saldo existente no início do exercício.

**Média Quinquenal:** Para fins de recuperabilidade, utiliza-se a média aritmética simples dos índices de eficiência dos últimos 5 anos.

**Ajuste para Perdas:** O valor global da perda é mensurado aplicando-se o percentual de risco de perda, que é o inverso da média de recebimento, sobre o estoque, assegurando que o ativo seja apresentado pelo seu Valor Líquido Realizável.

**Conclusão sobre a Recuperabilidade**

A estratégia contábil de 2025 priorizou a “limpeza” do ativo, reduzindo o saldo de impostos lançados através da arrecadação efetiva e aumentando as provisões de perdas para créditos de difícil recebimento. O resultado é um saldo de R\$ 718,69 milhões, muito mais próximo da liquidez real do Município.

*Nota Técnica: Os créditos tributários são reconhecidos no momento do fato gerador (regime de competência), enquanto as perdas estimadas são revisadas anualmente com base na metodologia mencionada.*

**Nota 25: Estoques**

Os estoques são mensurados pelo Custo Médio Ponderado, em conformidade com a NBC TSP 04. Este grupo reflete os bens adquiridos para consumo próprio, distribuição gratuita ou aplicação em obras e serviços, essenciais para a continuidade das políticas públicas operadas pelas secretarias municipais.

DESCRIÇÃO DO ALMOXARIFADO	SALDO 31/12/2025 (R\$)	SALDO 31/12/2024 (R\$)	VARIAÇÃO (%)
ESTOQUES A CLASSIFICAR <sup>1</sup>	246.534.998,78	181.835.369,51	35,58%
MEDICAMENTOS E MAT. HOSPITALARES <sup>2</sup>	41.680.370,35	48.617.219,98	-14,27%
MATERIAL DE CONSUMO E EXPEDIENTE	41.967.528,47	37.289.362,94	12,55%
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (P)	16.444.290,02	12.734.840,66	29,13%
INSUMOS QUÍMICOS E MATÉRIA-PRIMA (ASFALTO)	5.520.430,93	8.365.145,20	-34,01%
ESTOQUE PARA DOAÇÃO OU PERMUTA	3.893.210,40	2.312.162,60	68,38%
SERVIÇOS EM ELABORAÇÃO (P)	259.896,80	94.691,86	174,47%
DIVERSOS SALDOS DE ALMO-XARIFADO	623.547,71	5.678.803,25	-89,02%
<b>TOTAL DOS ESTOQUES</b>	<b>356.924.273,46</b>	<b>296.927.596,00</b>	<b>20,21%</b>

**Análise Qualitativa e Comparativa**

**1. Estoque a Classificar**

A conta de estoque a classificar consolidou-se como o item de maior representatividade do grupo, perfazendo 69,07% do saldo total. O incremento de R\$ 64,7 milhões em relação ao exercício anterior evidencia um gargalo no fluxo de classificação definitiva.

**2. Saúde**

O grupo de contas de Medicamentos e materiais hospitalares apresentou uma redução nominal de R\$ 6,9 milhões, motivados essencialmente por:

- **Medicamentos e Mat. Hospitalares:** É a conta mais representativa do grupo, sofreu a maior queda, saindo de R\$ 40,6 milhões para R\$ 33,8 milhões (-16,65%).
- **Medicamentos Estratégicos:** De forma semelhante, registrou redução de 41,46%, correspondente a uma variação negativa de R\$ 387.541,77

**3. Infraestrutura e Manutenção Urbana**

O estoque de Materiais de Construção cresceu 29,13%, totalizando R\$ 16,44 milhões. Já o estoque de Pro-

duto Químicos e Matéria-Prima para Asfalto teve uma redução combinada de 34%.

**4. Itens para Doação e Serviços em Elaboração**

- **Doação ou Permuta:** Houve um incremento de 68,38%, indicando um maior volume de bens adquiridos especificamente para programas de assistência social ou parcerias institucionais.

**Consumo de Material (VPD)**

**1. Critérios de Reconhecimento e Mensuração**

As variações patrimoniais diminutivas de consumo são reconhecidas no momento da saída física do material do almoxarifado para as unidades requisitantes (baixa de estoque) ou na aquisição direta para uso imediato. A mensuração utiliza o Custo Médio Ponderado, garantindo que o custo refletido nas demonstrações contábeis acompanhe a realidade das compras públicas.

**2. Composição do Consumo por Eixo Temático (2025)**

Para permitir uma análise gerencial, as contas do PCASP foram agrupadas conforme a finalidade do gasto:

EIXO DE CONSUMO	PRINCIPAIS CONTAS INCLUÍDAS	VALOR TOTAL (R\$)	PARTICIPAÇÃO (%)
SAÚDE PÚBLICA	FARMACOLÓGICO, HOSPITALAR, ODONTO E LABORATORIAL	109.425.699,86	49,85%
INFRAESTRUTURA E VIAS	ESTRADAS, VIAS, IMÓVEIS E MAT. ELÉTRICO	53.474.373,71	24,36%
SANEAMENTO E ÁGUA	QUÍMICOS PARA TRATAMENTO DE ÁGUA	34.358.023,70	15,65%
SUPORTE ADMINISTRATIVO	EXPEDIENTE, LIMPEZA, COPA E INFORMÁTICA	10.113.829,54	4,61%
SOCIAL E DOAÇÕES	MERCADORIAS DOADAS E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	5.189.854,21	2,36%
OUTROS CONSUMOS	COMBUSTÍVEIS, FARDAMENTOS, FERRAMENTAS E DIVERSOS	6.937.793,60	3,17%
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>219.499.574,62</b>	<b>100,00%</b>

**3. Análise dos Grupos Relevantes**

**3.1. Eixo Saúde (R\$ 109,4 Milhões)**

A saúde consome praticamente metade de todo o material do Município.

- **Material Farmacológico (R\$ 68,5M):** É a conta isolada de maior peso. Representa o fornecimento de medicamentos em toda a rede municipal.
- **Material Hospitalar (R\$ 37,0M):** Inclui insumos para procedimentos, curativos e materiais descartáveis utilizados nos hospitais e prontos-atendimentos.

*Nota: A alta concentração neste eixo demonstra que a saúde municipal é "material-dependente", onde qualquer variação nos preços de insumos globais impacta diretamente o resultado patrimonial.*

**3.2. Manutenção da Cidade e Vias (R\$ 53,4 Milhões)**

Este grupo reflete o esforço de conservação urbana:

- **Estradas e Vias (R\$ 36,1M):** Basicamente o consumo de asfalto e materiais para pavimentação.
- **Bens Imóveis (R\$ 11,7M):** Materiais utilizados na reforma e manutenção de escolas, postos de saúde e prédios administrativos.

**3.3. Saneamento e Tratamento de Água (R\$ 34,3 Milhões)**

Destaque para a conta de Materiais Químicos para Tratamento de Água (R\$ 33,69M). Este valor é majoritariamente oriundo da operação do DMAE, representando os

insumos químicos (cloro, flúor, coagulantes) necessários para garantir a potabilidade da água distribuída em Porto Alegre. É um consumo essencial para a saúde pública.

**3.4. Gestão Administrativa e Suporte (R\$ 10,1 Milhões)**

- **Expediente (R\$ 6,1M):** Embora pareça alto, para uma estrutura com milhares de servidores, o gasto com material de escritório e papelaria mostra-se controlado.
- **Higiene e Limpeza (R\$ 2,8M):** Reflete a manutenção da salubridade nos ambientes públicos, essencial no cenário pós-pandemia.

**4. Considerações sobre Mercadorias Doadas (R\$ 3,76 Milhões)**

As contas deste eixo registram a desincorporação de bens vinculados a ações sociais e doações. Trata-se, predominantemente, de bens que não são consumidos internamente pela administração, mas destinados diretamente à população, como kits de assistência social, cestas básicas e materiais de ajuda humanitária. Nesses casos, a Variação Patrimonial Diminutiva (VPD) decorre da transferência da propriedade ao cidadão, e não do consumo interno.

**Nota 26: Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo**

TIPO DE APLICAÇÃO	EXERCÍCIO 2025(R\$)	EXERCÍCIO 2024 (R\$)	VARIAÇÃO
TÍTULOS PÚBLICOS (NTN-B / NTN-F)	607.780.574,07	906.356.007,92	-32,94%
FUNDOS VINCULADOS A TÍTULOS PÚBLICOS	412.492.416,45	327.295.069,56	26,03%
FUNDOS DE RENDA FIXA	606.764.571,96	326.725.573,46	85,71%
FUNDOS DE AÇÕES E ÍNDICES	112.650.594,50	430.230.069,80	-73,82%
FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES	98.309.217,39	59.767.944,50	64,48%
FUNDOS IMOBILIÁRIOS	41.913.351,90	23.271.606,64	80,11%
RPPS - ENQUADRAMENTO	2.943.281,34	2.023.437,60	45,46%
<b>TOTAL</b>	<b>1.882.854.007,61</b>	<b>2.075.669.709,48</b>	<b>-9,29%</b>

Os investimentos e aplicações financeiras não enquadradas como caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$ 1.882.854.007,61, com redução de 9,29% em relação ao exercício anterior. Observa-se diminuição relevante em títulos públicos (-32,94%) e fundos de renda variável (-73,82%), acompanhada de aumento nas aplicações em fundos de renda fixa (+85,71%), Fundos de investimentos em Participações (64,48%) e fundos vinculados a títulos públicos (+26,03%).

**2. Ativo Não Circulante**

**Nota 27: Ativo Realizável a Longo Prazo**

Os créditos de longo prazo são mensurados pelo valor nominal, retificados pelos ajustes para perdas estimadas para refletir o valor real de realização, conforme a NBC TSP 03.

SUBGRUPO DE CRÉDITOS	SALDO 2025 (R\$)	SALDO 2024 (R\$)	VARIAÇÃO (%)
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA (BRUTO)	2.550.491.221,66	2.290.645.531,09	11,34%
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBU-TÁRIA (BRUTO)	2.544.414.989,53	2.110.119.635,01	20,58%
(-) AJUSTES PARA PERDAS (DÍVIDA ATIVA)	-3.955.116.122,21	-3.636.014.437,54	8,78%
TÍTULOS PÚBLICOS E INVES-TIMENTOS	3.282.563.150,71	2.393.654.051,04	37,14%
CONTRATOS E ALIENAÇÕES (CARRIS/IMÓVEIS)	81.021.286,94	109.851.560,00	-26,24%
OUTROS CRÉDITOS E CON-CESSÕES	53.983.652,46	55.492.532,33	-2,72%
<b>TOTAL REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>4.557.358.179,09</b>	<b>3.323.748.871,93</b>	<b>37,11%</b>

**Análise Crítica do Exercício 2025**

R\$ 72.963.340,06.

**1. Judicialização e Envelhecimento da Dívida Ativa**

O dado mais relevante de 2025 é a migração dos créditos da fase administrativa para a judicial.

- **ISS Judicial:** O saldo em cobrança judicial de ISS praticamente dobrou, saindo de R\$ 678,1 milhões para R\$ 1,24 bilhão.
- **IPTU Judicial:** Seguiu a mesma tendência, saltando de R\$ 43 milhões para R\$ 414 milhões.

Este movimento decorre principalmente de ajustes dos estoques a receber de tributos face às diferenças apuradas entre o SIGEF e o SIAT.

O saldo bruto de Dívida Ativa Tributária atingiu o montante de 2,55 bilhões. No entanto, o ajuste para perdas desse grupo é de R\$ 2 bilhão (78,55 % do total).

O Município reconhece contabilmente os créditos tributários pelo valor bruto, constituindo, contudo, ajuste para perdas estimadas, de forma que o saldo apresentado no balanço reflita apenas o valor líquido efetivamente recuperável.

**2. Alienação de Ativos: Carris e Novos Contratos**

Ações da Carris: Ações da Carris: O crédito a receber pela venda das ações no Ativo Não Circulante passou de R\$ 109,8 milhões para R\$ 8,0 milhões, em decorrência dos pagamentos realizados pela Empresa Concessionária (Viamão) na conta vinculada ao Contrato 88054/2024, bem como a opção da Empresa Carris de alienar os terrenos ao Município, conforme previsão do contrato referido. Considerando que ainda não ocorreu a devida transferência no Registro de Imóveis, no exercício de 2025, o valor dos terrenos foi registrado na conta Créditos a Receber de Alienações de Bens Imóveis no valor de

**3. Dívida Ativa Não Tributária e Prudência Contábil**

O saldo bruto de Dívida Ativa Não Tributária atingiu o montante de R\$ 2,54 bilhões. No entanto, o ajuste para perdas desse grupo é de R\$ 1,95 bilhão (76,71% do total).

De forma análoga ao tratamento conferido à dívida ativa tributária, o Município procede ao reconhecimento contábil das multas administrativas e demais créditos não tributários pelo seu valor bruto. Entretanto, é constituído ajuste para perdas estimadas, com o objetivo de evidenciar, nas demonstrações contábeis, apenas o montante líquido considerado efetivamente recuperável, em razão da reduzida expectativa de realização desses créditos .

**Nota 28: Investimentos**

Esta nota detalha o grupo de Investimentos (Ativo Não Circulante) do Município de Porto Alegre. O grupo passou por uma redução drástica de 91,24%, fechando o exercício de 2025 com um saldo de R\$ 69.278.976,17, comparado aos R\$ 790,7 milhões do ano anterior.

Essa variação não representa uma perda física de patrimônio em sua totalidade, mas sim o impacto de ajustes contábeis de Equivalência Patrimonial e reclassificações de ativos imobiliários.

As participações permanentes em empresas controladas e coligadas são avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP), conforme a NBC TSP 18. Outros investimentos, como propriedades para investimento, são registrados pelo custo de aquisição ou valor justo.

ENTIDADE / TIPO DE INVESTIMENTO	SALDO 2025 (R\$)	SALDO 2024 (R\$)	VARIAÇÃO (%)
PROCEMPA (MEP) <sup>2</sup>	51.059.468,91	37.435.098,42	0,364
EPTC (MEP) <sup>1</sup>	0	728.706.908,31	-100,00%
ADIANT. P/ FUTURO AUMENTO CAPITAL (AFAC)	7.992.348,54	7.992.348,54	0,00%
PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS	940.431,77	759.550,85	0,2381
PARTICIPAÇÕES EM OUTRAS SOCIEDADES	9.286.726,95	7.435.562,97	0,249
PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO (TERRENOS) <sup>3</sup>	0	8.400.000,00	-100,00%
<b>INVESTIMENTOS CONSOLIDADO</b>	<b>69.278.976,17</b>	<b>790.729.469,09</b>	<b>-91,24%</b>

**Análise Estrutural e Comparativa entre Exercícios**

**1. Investimento na EPTC**

O fato mais relevante do balanço de 2025 é a zeragem do saldo da EPTC (Empresa Pública de Transporte e Circulação).

**Motivo:** A entidade investida apresentou variações patrimoniais negativas relevantes, com reflexo no patrimônio líquido, as quais, pelo método da equivalência patrimonial, reduziram integralmente o valor contábil do investimento registrado pelo Município. Ressalta-se que tais efeitos incluem resultados acumulados de exercícios anteriores, refletidos na atualização das informações patrimoniais da investida.

**Impacto:** Embora a entidade permaneça em operação, o investimento passou a apresentar valor contábil nulo. O reconhecimento desses efeitos resultou em Variação Patrimonial Diminutiva (VPD) significativa no exercício, superior a R\$ 728 milhões no resultado consolidado.

**2. Performance Positiva da PROCEMPA**

Em sentido oposto, a PROCEMPA demonstrou saúde financeira.

- **Crescimento:** O investimento valorizou 36,40% (R\$ 13,6 milhões).
- **Análise:** Esse incremento reflete o lucro líquido apurado pela companhia de tecnologia em 2025, que aumentou o Patrimônio Líquido da controlada e, conseqüentemente, o ativo do Município. É um indicativo de que a PROCEMPA está gerando valor econômico para o ente municipal.

**3. Propriedades para Investimento (Terrenos)**

A conta de terrenos (12231) foi zerada em 2025 (redução de R\$ 8,4 milhões líquidos).

- **Contexto:** Esta conta geralmente abriga

imóveis que não são destinados ao uso da administração, mas sim à valorização ou renda.

- **Justificativa:** A saída deste valor do grupo de Investimentos está relacionada a venda de Terreno do PREVIMPA regime capitalizado

**4. Outras Participações**

Ambos os grupos apresentaram crescimento em 2025:

- **Consórcios Públicos:** Aumento de 23,81%, refletindo aportes em associações intermunicipais.
- **Outras Sociedades:** O saldo de R\$ 9,2 milhões (+24,9%) representa a participação minoritária do Município em empresas onde não há controle direto, mas que geraram dividendos ou valorização patrimonial no exercício.

**Conclusão sobre a Composição dos Investimentos**

O perfil dos investimentos de Porto Alegre em 2025 mudou drasticamente. De uma carteira majoritariamente composta por empresas públicas dependentes (EPTC), o Município passou a ter um ativo de investimentos mais enxuto, concentrado na PROCEMPA (73,7% do grupo) e em participações menores.

*Nota Técnica: Todas as baixas por MEP (Equivalência Patrimonial) foram confrontadas com os balanços auditados das respectivas empresas, garantindo que o valor registrado no Ativo do Município seja o espelho da sua participação no patrimônio líquido das controladas.*

**Imobilizado e Intangível**

**Nota 29: Composição do Ativo Imobilizado**

GRUPO DE CONTAS	2025 (R\$)	2024 (R\$)	VARIAÇÃO %
BENS MÓVEIS	413.664.117,70	R\$ 367.908.066,52	12,44%
BENS IMÓVEIS	7.000.883.004,28	6.804.096.792,36	2,89%
<b>ATIVO IMOBILIZADO</b>	<b>7.414.547.121,98</b>	<b>R\$ 7.172.004.858,88</b>	<b>3,38%</b>

O Ativo Imobilizado totalizou R\$ 7.414.547.121,98 em 2025, apresentando crescimento de 3,38% em relação a 2024. A variação decorre principalmente do aumento nos Bens Móveis (12,44%), enquanto os Bens Imóveis registraram crescimento mais moderado (2,89%).

**Nota 30: Ativo Imobilizado - Bens Móveis**

Esta nota detalha a composição e a evolução dos Bens Móveis do Município de Porto Alegre, que integram o Ativo Imobilizado. O saldo líquido (valor de custo deduzido da depreciação acumulada) encerrou o exercício de 2025 em R\$ 413.664.117,70, o que representa um crescimento real de 12,44% em relação aos R\$ 367.908.066,52 do exercício anterior.

**1. Critérios de Mensuração e Depreciação**

Os bens móveis são registrados pelo custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada para cada categoria, respeitando o valor residual. O reconhecimento da depreciação é mensal, impactando o resultado patrimonial (VPD) e reduzindo o valor contábil do ativo.

Para cada categoria de bens móveis, observa-se a tabela a seguir:

CÓDIGO PCASP	NOME DA CONTA	VIDA ÚTIL (ANOS)	TAXA ANUAL (%)
<b>1.2.3.1.1.01.00</b>	<b>MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIP. E FERRAMENTAS</b>		
12311.01.01.00	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	10	10,00%
12311.01.02.00	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	5	20,00%
12311.01.03.00	APAR. EQUIP. MED. ODONT. LABOR. E HOSPITALAR	10	10,00%
12311.01.04.00	APARELHOS E EQUIP. PARA ESPORTE E DIVERSÃO	10	10,00%
12311.01.05.00	EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	10	10,00%
12311.01.06.00	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	10	10,00%
12311.01.07.00	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	10	10,00%
12311.01.08.00	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	10	10,00%
12311.01.09.00	MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA	10	10,00%
12311.01.10.00	EQUIPAMENTOS DE MONTARIA	10	10,00%
12311.01.20.00	MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E UTENS. RODOVIÁRIOS	10	10,00%
12311.01.21.00	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	10	10,00%
12311.01.99.00	OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIP. E FERRAMENTAS	10	10,00%
<b>1.2.3.1.1.02.00</b>	<b>BENS DE INFORMÁTICA</b>		
12311.02.01.00	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	5	20,00%
<b>1.2.3.1.1.03.00</b>	<b>MÓVEIS E UTENSÍLIOS</b>		
12311.03.01.00	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	10	10,00%
12311.03.02.00	MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	10	10,00%
12311.03.03.00	MOBILIÁRIO EM GERAL	10	10,00%
12311.03.04.00	UTENSÍLIOS EM GERAL	10	10,00%
<b>1.2.3.1.1.04.00</b>	<b>MATERIAIS CULTURAIS E EDUCACIONAIS</b>		
12311.04.01.00	BANDEIRAS, FLÂMULAS E INSÍGNIAS	10	10,00%
12311.04.02.00	COLEÇÕES E MATERIAL BIBLIOGRÁFICO	10	10,00%
<b>1.2.3.1.1.05.00</b>	<b>VEÍCULOS</b>		
12311.05.01.00	VEÍCULOS EM GERAL	10	10,00%
12311.05.02.00	VEÍCULOS FERROVIÁRIOS	20	5,00%
12311.05.03.00	VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA	10	10,00%
<b>1.2.3.1.1.06.00</b>	<b>PEÇAS E CONJUNTOS DE REPOSIÇÃO</b>		
12311.01.06.01	ACESSÓRIOS PARA AUTOMÓVEIS	5	20,00%
<b>1.2.3.1.1.09.00</b>	<b>ARMAMENTOS</b>		
12311.09.00.00	ARMAMENTOS	20	5,00%
<b>1.2.3.1.1.10.00</b>	<b>SEMOVENTES</b>		
12311.10.00.00	SEMOVENTES	10	10,00%

2. Composição do Imobilizado por Tema (Consolidado Sem Intra)

EIXO TEMÁTICO	VALOR BRUTO 2025 (R\$)	DEPRECIÇÃO ACUM. (R\$)	VALOR LÍQUIDO 2025 (R\$)
TECNOLOGIA E COM.	258.077.791,72	(166.558.323,12)	91.519.468,60
BENS A CLASSIFICAR (GMAT)	73.461.620,93	0,00	73.461.620,93
EQUIP. MÉDICOS	102.374.057,28	(34.462.103,68)	67.911.953,60
VEÍCULOS E TRANSP.	120.143.200,98	(54.450.490,14)	65.692.710,84
MAQ. E EQUIP. OPER.	220.013.765,76	(161.140.035,09)	58.873.730,67
MOB. E UTENSÍLIOS	94.835.097,52	(52.816.961,11)	42.018.136,41
OUTROS E SEMOVENTES	6.717.656,24	(134,37)	6.717.521,87
SEGURANÇA E ARMAS	7.557.181,70	(2.816.156,71)	4.741.024,99
CULTURA E ESPORTE	3.320.198,02	(592.248,22)	2.727.949,80
<b>TOTAL</b>	<b>886.500.570,13</b>	<b>(472.836.452,43)</b>	<b>413.664.117,70</b>

**3. Análise das Variações Relevantes (Bens Móveis)**

O saldo líquido de R\$ 413,66 milhões (+12,4%) é explicado pelos seguintes fatos contábeis:

**Regularização Operacional (Conta 9902):** Inclusão de R\$ 128,4 milhões (bruto) em ativos de infraestrutura anteriormente classificados em imóveis. Por serem bens usados, ingressaram com 78% de depreciação (R\$ 100,3 milhões).

**Obsolescência de TI:** Apesar do alto valor bruto (R\$ 258 milhões), o valor líquido recuou 19,9%. A depreciação acumulada (R\$ 166,5 milhões) supera o ritmo de renovação tecnológica.

**Gargalo no CBP:** O saldo de R\$ 73,4 milhões em "Bens a Classificar" representa 17,7% do ativo líquido. O repesamento no tombamento definitivo impede o início da depreciação regulamentar.

**Equipamentos médicos, segurança e Frota:** São eixos relativamente preservados, com montante de depreciação acumulada inferior a 50%, indicando menor necessidade de reposição imediata.

**Ajuste Cultural:** Incorporação de R\$ 2,2 milhões em obras de arte (telas e esculturas) foi o principal fator de aumento do eixo Cultura e Esporte, fortalecendo o patrimônio histórico com ativos não depreciáveis.

*Nota: Os bens classificados como acervo cultural e obras de arte não são objeto de depreciação, visto possuírem vida útil indefinida e natureza de preservação histórica, conforme a NBC TSP 07.*

**2. Quadro de Composição dos Bens Imóveis (Consolidado)**

EIXO TEMÁTICO	VALOR BRUTO 2025 (R\$)	DEPRECIÇÃO ACUM. (R\$)	VALOR LÍQUIDO 2025 (R\$)	VALOR LÍQUIDO 2024 (R\$)
VIAS, PRAÇAS E USO COMUM	1.712.000.982,68	0	1.712.000.982,68	1.683.988.706,28
TERRAS E GLEBAS	1.623.909.563,60	0	1.623.909.563,60	1.632.379.060,70
EDIFICAÇÕES E USO ESPECIAL <sup>1</sup>	1.280.088.077,45	-25.483.147,95	1.254.604.929,50	1.248.747.299,15
SANEAMENTO (REDES/FILTROS)	2.087.685.804,80	-859.444.554,03	1.228.241.250,77	1.145.472.932,49
OBRAS EM ANDAMENTO/PROJ.	1.122.259.805,59	0	1.122.259.805,59	982.562.752,65
DEMAIS IMÓVEIS/BENFEIT.	60.332.811,04	-466.338,90	59.866.472,14	110.946.041,09
<b>TOTAL CONSOLIDADO</b>	<b>7.886.277.045,16</b>	<b>-885.394.040,88</b>	<b>7.000.883.004,28</b>	<b>6.804.096.792,36</b>

**3. Análise das Variações Relevantes**

**3.1. Expansão em Saneamento:** O grupo apresentou crescimento líquido de R\$ 82,76 milhões (+7,2%). O destaque é o incremento em redes de esgoto pluvial, refletindo o investimento em drenagem e prevenção de alagamentos, apesar do aumento de R\$ 50,2 milhões na depreciação acumulada do sistema de saneamento.

**3.2. Estoque de Obras em Andamento:** O saldo atingiu R\$ 1,12 bilhão, representando 16% do ativo total.

*Nota: Parte desse montante decorre de repesamento administrativo. A ausência de informações sobre a conclusão das obras impede a reclassificação tempestiva de obras concluídas para as contas de uso comum ou especial, mantendo ativos fisicamente entregues sob a rubrica "em andamento".*

**3.3. Saneamento de Classificação (Equipamentos):** A conta 12321.99.99.04 foi zerada neste grupo. Os R\$ 122,4 milhões (saldo 2024) foram transferidos para o grupo de

**Nota 31: Ativo Imobilizado - Bens Imóveis**

Esta nota detalha a composição e a evolução dos Bens Imóveis do Município de Porto Alegre. O saldo líquido do imobilizado imobiliário encerrou o exercício de 2025 em R\$ 7.000.883.004,28, apresentando um crescimento de 2,88% em relação ao exercício anterior.

Este grupo é o mais representativo do patrimônio municipal, abrangendo desde a infraestrutura urbana (ruas e redes) até os prédios administrativos, escolas e hospitais.

**1. Critérios de Mensuração e Política de Depreciação**

Os bens imóveis são mensurados pelo custo de aquisição ou construção. Para os bens de uso comum e infraestrutura recebidos via doação ou loteamento, utiliza-se o valor justo.

*Nota sobre a Depreciação: Conforme diretriz da Contadoria-Geral, informamos que a Administração Direta (Centralizada) ainda não realiza a depreciação sistemática de seus edifícios e benfeitorias. Tal prática decorre de limitações técnicas e da necessidade de atualização do sistema de controle patrimonial para suportar o cálculo individualizado por componente e vida útil.*

A depreciação evidenciada nesta demonstração (que soma R\$ 885 milhões) refere-se majoritariamente aos ativos da Administração Indireta, que possui controles específicos para seus bens.

Bens Móveis, corrigindo a distorção e permitindo a depreciação técnica adequada à natureza dos equipamentos operacionais.

**4. Conclusão Patrimonial**

O balanço de 2025 consolida um patrimônio imobiliário de R\$ 7 bilhões. A estrutura revela um Município em expansão de infraestrutura (saneamento e vias), mas aponta a necessidade de otimizar o fluxo de informação entre a execução de obras e a Contadoria-Geral para garantir que o balanço reflita o estágio físico real dos ativos.

**Nota 32: Ativo Intangível**

Esta nota detalha o grupo de Ativos Intangíveis, que compreende bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades do Município ou exercidos com essa finalidade. O saldo líquido encerrou o exercício de 2025 em R\$ 56.499.905,88, apresentando um crescimento de 28,60% em relação ao exercício anterior.

Assim como verificado nos bens imóveis, o grupo de intangíveis apresenta um acúmulo de ativos “em desenvolvimento” que tardam a ser convertidos em ativos operacionais.

**1. Critérios de Reconhecimento e Amortização**

Os ativos intangíveis são reconhecidos quando é provável que os benefícios econômicos futuros ou o po-

tencial de serviços esperados fluirão para o Município e o seu custo puder ser mensurado com segurança.

- **Amortização:** É calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos softwares.
- **Ativos em Desenvolvimento:** Não são passíveis de amortização até que o software esteja disponível para uso (em produção).

**2. Quadro de Composição do Intangível (Consolidado)**

DESCRIÇÃO DO ATIVO	SALDO 2024 (R\$)	SALDO 2025 (R\$)	VARIAÇÃO (%)
SOFTWARES (EM USO)	15.567.883,91	18.445.696,93	+18,49%
SOFTWARES EM DESENVOLVIMENTO	23.134.236,43	32.060.724,00	+38,59%
INTANGÍVEIS A CLASSIFICAR	11.213.944,12	13.496.225,61	+20,35%
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(5.982.083,13)	(7.502.740,66)	+25,42%
<b>TOTAL LÍQUIDO</b>	<b>43.933.981,33</b>	<b>56.499.905,88</b>	<b>+28,60%</b>

**3. Análise do Desenvolvimento Digital**

**3.1. Softwares em Desenvolvimento (Aumento de 38,59%)**

O montante de R\$ 32,0 milhões imobilizado em softwares que “ainda não estão prontos” representa 57% de todo o ativo intangível bruto do Município.

**3.2. Bens Intangíveis a Classificar**

O saldo de R\$ 13,4 milhões registrado na rubrica de Bens Intangíveis a Classificar representa ativos adquiridos e liquidados que aguardam regularização e tombamento definitivo no sistema de controle patrimonial.

A permanência desses itens em conta transitória im-

pede o reconhecimento tempestivo da amortização e impossibilita a análise técnica de obsolescência tecnológica.

**Passivo e Patrimônio líquido**

**Nota 33: Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias (Curto Prazo)**

As obrigações com pessoal e encargos sociais são reconhecidas pelo regime de competência, abrangendo a remuneração devida, os encargos incidentes e o estoque de dívidas judiciais (precatórios) de natureza alimentar com vencimento no curto prazo.

GRUPO DE OBRIGAÇÃO	SALDO 2025 (R\$)	SALDO 2024 (R\$)	VAR. (%)
PESSOAL A PAGAR	6.627.926,25	12.176.219,58	-45,57%
13º SALÁRIO E FÉRIAS	58.386.759,10	40.824.743,50	+43,02%
PRECATÓRIOS DE PESSOAL	61.131.187,39	45.943.440,30	+33,06%
PRECATÓRIOS PREV.	32.171.645,33	13.302.677,76	+141,84%
ENCARGOS SOCIAIS	7.539.708,78	9.188.288,71	-17,94%
<b>TOTAL DO GRUPO</b>	<b>165.857.226,85</b>	<b>121.435.369,85</b>	<b>+36,58%</b>

**Análise das Variações Relevantes**

**Provisões de Férias:** O saldo de R\$ 53,1 milhões representa o fato contábil mais expressivo das obrigações correntes. O aumento de 30% em relação ao ano anterior reflete o reconhecimento por competência dos direitos adquiridos e não usufruídos pelos servidores.

**Gestão de Precatórios:** O estoque de precatórios alimentares e previdenciários de curto prazo (vencidos e a vencer) totaliza R\$ 93,3 milhões. A variação de 141% nos precatórios previdenciários indica um grande vulto de requisições judiciais no cronograma de pagamento do exercício seguinte.

**Salários e Remunerações:** A redução líquida de R\$ 5,5 milhões demonstra a eficiência na liquidação da folha de pagamento e benefícios eventuais ao término do exercício, reduzindo o resíduo de “pessoal a pagar” no balanço.

**Encargos Sociais:** O passivo de encargos recuou para R\$ 7,5 milhões. A conta de maior relevância é a de Débitos Parcelados do RGPS, que encerrou o ano em R\$ 4,5

milhões, evidenciando o cumprimento regular das parcelas de refinanciamentos previdenciários.

*Nota Técnica sobre Mensuração:* As obrigações trabalhistas são reconhecidas pelo regime de competência. As contas de Décimo Terceiro e Férias são retificadas mensalmente para refletir o valor presente da obrigação acumulada:

**Nota 34: Empréstimos e Financiamentos (Passivo Circulante)**

As operações de crédito são mensuradas pelo valor de face (principal), sendo as parcelas de curto prazo reclassificadas do Passivo Não Circulante para o Circulante à medida que atingem o cronograma de vencimento de 12 meses.

NATUREZA DA OPERAÇÃO	SALDO 31/12/2025 (R\$)	SALDO 31/12/2024 (R\$)	VARIAÇÃO (%)
FINANCIAMENTOS INTERNOS (ATIVO PERMANENTE)	102.739.901,82	90.661.903,49	+13,32%
FINANCIAMENTOS EXTERNOS (ATIVO PERMANENTE)	67.789.200,00	71.219.000,00	-4,82%
FINANCIAMENTOS HABITAÇÃO (BENS DOMINICAIS)	2.674.843,14	3.012.542,37	-11,21%
JUROS E ENCARGOS A PAGAR	0,00	0,00	-
<b>TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>173.203.944,96</b>	<b>164.893.445,86</b>	<b>+5,04%</b>

**Análise Evolutiva e Qualitativa**

**1. Endividamento Interno e Ativo Permanente**

O saldo de financiamentos internos para investimentos (Ativo Permanente) apresentou um crescimento de 13,32%. Este incremento no curto prazo reflete o avanço do cronograma de amortização de contratos vigentes junto a instituições financeiras, onde uma parcela maior do principal tornou-se exigível para o próximo exercício.

**2. Financiamentos Externos e Variação Cambial**

Houve uma redução de 4,82% no saldo de financiamentos externos a curto prazo. Esta variação decorre da combinação entre o pagamento das parcelas vencidas em 2025 e os ajustes de variação cambial incidentes sobre os contratos com organismos internacionais, refletindo o valor atualizado das obrigações em moeda nacional na data do balanço.

**3. Financiamentos para Habitação Popular**

O saldo relativo à construção de imóveis habitacionais continua em trajetória de queda (-11,21%), o que demonstra a liquidação gradual e regular destes contratos específicos, sem a contratação de novas operações nesta modalidade no exercício de 2025.

**4. Política de Reconhecimento de Juros (VPD)**

As contas de Juros e Encargos de Contratos apresentam saldo zero em 31/12/2025.

O Município adota o reconhecimento imediato dos encargos financeiros como Variação Patrimonial Diminutiva (VPD) no momento do seu fato gerador.

**4.1 Custos de Empréstimos (Tratamento Contábil)**

O Município de Porto Alegre, amparado pela NBC TSP 14, adota a não capitalização dos juros na aquisição de Ativos Qualificáveis.

**Política:** 100% dos juros e encargos financeiros de operações de crédito são reconhecidos como VPD no momento da ocorrência, não incorporando ao valor do ativo.

**Fundamento:** Esta escolha privilegia a Prudência e a Transparência. Ao não incorporar juros ao valor de obras ou ativos, o Município evita “inflar” o Ativo Imobilizado com custos financeiros, demonstrando claramente no resultado o peso do endividamento público.

**Conclusão sobre a Capacidade de Pagamento**

O montante de R\$ 173,2 milhões representa o serviço da dívida (principal) que o Tesouro Municipal deverá honrar em 2026. Comparado à disponibilidade de caixa livre apurada no encerramento do exercício, o Município demonstra conforto financeiro para o cumprimento dessas obrigações.

**Nota 35: Fornecedores e Contas a Pagar (Consolidado)**

Esta nota detalha as obrigações com terceiros decorrentes da aquisição de bens e serviços, bem como o estoque de dívidas judiciais de natureza não alimentar. A apresentação abaixo consolida as naturezas financeira e patrimonial, refletindo a obrigação total do Município por categoria de credor.

DESCRIÇÃO DA OBRIGAÇÃO	SALDO 31/12/2025 (R\$)	SALDO 31/12/2024 (R\$)	VARIAÇÃO (%)
FORNECEDORES CORRENTES	20.061.221,40	25.180.785,23	-20,33%
DÍVIDAS RENEGOCIADAS E OUTRAS CONTAS	25.769.014,51	32.222.897,83	-20,03%
PRECATÓRIOS - REGIME ESPECIAL (VENCIDOS)	201.021.966,92	168.715.999,91	+19,15%
PRECATÓRIOS - REGIME ESPECIAL (A VENCER)	156.032.686,33	101.526.277,08	+53,69%
PRECATÓRIOS - REGIME ORDINÁRIO	9.231.000,52	1.992.779,82	+363,22%
DECISÕES JUDICIAIS (EXCETO PRE-CATÓRIOS)	1.722.731,62	299.447,50	+475,30%
<b>TOTAL</b>	<b>413.838.621,30</b>	<b>329.938.187,37</b>	<b>+25,43%</b>

**Análise da Composição do Passivo**

**Redução da Dívida Operacional:** O Município reduziu em 20,33% seu passivo direto com fornecedores de bens e serviços. Isso demonstra que a gestão de Porto Alegre tem priorizado a liquidação tempestiva das obrigações correntes, evitando o acúmulo de novos Restos a Pagar.

**Impacto dos Precatórios:** Os precatórios (vencidos e a vencer) somam R\$ 366,2 milhões, o que representa 88,5% de todas as contas a pagar de curto prazo.

**Crescimento do Regime Ordinário:** O salto de 363%

nos precatórios de regime ordinário (Indireta) indica que os órgãos da administração indireta relacionados deverão ter um maior esforço no planejamento de desembolso para 2026.

**Nota 36: Adiantamentos de Clientes e Demais Obrigações (Curto Prazo)**

Este grupo reflete valores que transitam pelo caixa municipal, mas que pertencem a terceiros ou aguardam uma condição específica para serem baixados.

DESCRIÇÃO DA OBRIGAÇÃO	SALDO 31/12/2025 (R\$)	SALDO 31/12/2024 (R\$)	VARIAÇÃO (%)
CONSIGNAÇÕES (IRRF, ISS, RGPS, PLANOS)	35.786.115,22	42.610.161,23	-16,02%
DEPÓSITOS JUDICIAIS E FUNDO DE RESERVA (EC 99)	58.851.187,53	5.887.597,77	+899,58%
DEPÓSITOS, CAUÇÕES E GARANTIAS	5.470.463,93	7.072.231,10	-22,65%
ADIANTAMENTOS (ALIENAÇÃO DE BENS / IMÓVEIS)	5.066.061,85	6.195.403,74	-18,23%
PRODES (PROGRAMA DE DESPOLUIÇÃO)	20.778.561,59	18.227.262,88	+14,00%
VALORES A REGULARIZAR / NÃO IDENTIFICADOS <sup>1</sup>	6.454.344,58	22.230.356,05	-70,97%
OUTRAS OBRIGAÇÕES E HONORÁRIOS	23.236.803,73	24.972.200,12	-6,95%
<b>TOTAL DO GRUPO</b>	<b>155.643.538,43</b>	<b>127.195.212,89</b>	<b>+22,36%</b>

**Análise Gerencial das Variações**

**Aumento no Fundo de Reserva (EC 99/2017):** O salto de R\$ 5,88 milhões para R\$ 58,85 milhões é o principal aumento. Ele reflete a utilização legal de depósitos judiciais para o pagamento de precatórios, gerando a obrigação de recomposição por parte do Município.

**Consignações e Retenções:** A queda de 16% indica um fluxo de repasse mais célere das retenções de folha (IRRF e RGPS) e de serviços (ISS DECWEB) para os respectivos entes (Unidade, Estado e o próprio Tesouro).

**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**

**Nota 37: Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo**

Esta nota detalha a composição da dívida fundada

do Município de Porto Alegre, compreendendo as obrigações contratuais com vencimento superior a 12 meses. O saldo do Passivo Não Circulante em empréstimos e financiamentos encerrou o exercício de 2025 em R\$ 1.177.065.316,75, apresentando uma redução de 5,73% em comparação ao ano anterior.

Essa variação reflete um movimento misto: o ingresso de novos recursos de operações internas e a amortização aliada à variação cambial favorável da dívida externa.

**1. Composição da Dívida de Longo Prazo**

Os saldos representam o valor do principal das operações, atualizados monetariamente conforme os índices pactuados em contrato.

NATUREZA DA OPERAÇÃO	SALDO 31/12/2025 (R\$)	SALDO 31/12/2024 (R\$)	VARIAÇÃO (%)
FINANCIAMENTOS INTERNOS (ATIVO PERMANENTE)	752.871.320,38	716.983.105,93	+5,01%
FINANCIAMENTOS EXTERNOS (ATIVO PERMANENTE)	413.325.942,85	518.956.276,98	-20,35%
FINANCIAMENTOS PARA HABITAÇÃO	10.868.053,52	12.681.891,03	-14,30%
<b>TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.177.065.316,75</b>	<b>1.248.621.273,94</b>	<b>-5,73%</b>

## 2. Análise Estrutural do Endividamento

### 2.1. Expansão do Crédito Interno

O saldo das operações internas destinadas ao Ativo Permanente (projetos de infraestrutura e modernização) cresceu R\$ 35,88 milhões (5,01%).

### 2.2. Redução da Dívida Externa

O passivo em moeda estrangeira apresentou a maior redução do grupo, com queda de 20,35% (aproximadamente R\$ 105,6 milhões), decorrente principalmente da reclassificação para o curto prazo conforme o cronograma de desembolsos dos próximos 12 meses, bem como do efeito positivo da variação cambial no montante de R\$ 56,41 milhões.

### 2.3. Amortização do Passivo Habitacional

A dívida vinculada à construção de imóveis habitacionais mantém sua trajetória de redução constante (-14,30%), refletindo o pagamento regular do principal e a ausência de novas contratações nesta linha de crédito específica.

## 3. Mensuração e Políticas Contábeis

Em observância à NBC TSP 31 (Instrumentos Financeiros) e às diretrizes do MCASP, a dívida é registrada pelo seu custo amortizado.

**Juros e Encargos:** Não são capitalizados no longo prazo, sendo reconhecidos por competência diretamente no resultado do exercício como Variação Patrimonial Diminutiva (VPD).

**Ajuste a Valor Presente (AVP):** Considerando que as operações possuem taxas de juros explícitas e condizentes com as condições de mercado para o setor público, o valor nominal do principal atualizado é considerado uma representação fidedigna do valor presente das obrigações.

## Nota 38: Provisões a Longo Prazo (Não Circulante)

### 1. Composição e Variação das Provisões (valores pré-saneamento - eventos subsequentes)

Para maior clareza, os saldos foram agrupados por natureza de risco e passivo atuarial, consolidando as contas principais e suas respectivas redutoras.

CATEGORIA DE PROVISÃO	SALDO 31/12/2025 (R\$)	SALDO 31/12/2024 (R\$)	VARIAÇÃO (%)
RISCOS JUDICIAIS CÍVEIS <sup>1</sup>	2.431.953.061,54	1.073.453.852,36	126,55%
RISCOS JUDICIAIS TRABALHISTAS	168.474.161,78	98.281.434,93	71,42%
RISCOS JUDICIAIS FISCAIS <sup>3</sup>	52.250.593,52	173.964.233,45	-69,96%
PASSIVO ATUARIAL LÍQUIDO (RPPS) <sup>2</sup>	4.457.340.843,72	4.042.606.629,65	10,26%
<b>TOTAL DAS PROVI-SÕES</b>	<b>7.110.018.660,56</b>	<b>5.388.306.150,39</b>	<b>31,95%</b>

## 2. Análise dos Componentes

### 2.1. Aumento das Provisões Cíveis

O dado mais relevante do Balanço de 2025 é o incremento de mais de R\$ 1,35 bilhão nas Indenizações Cíveis. Além do aumento real de ações cíveis, a elevação do valor foi inflada pelo erro de inserção de valores no EPROC, conforme detalhada na nota de eventos subsequentes.

### 2.2. Passivo Atuarial (RPPS)

A provisão previdenciária líquida consolidada cresceu 10,26%.

**Fundo em Repartição:** Apresenta um saldo líquido zero, uma vez que a totalidade da insuficiência financeira (passivo atuarial) de R\$ 21,05 bilhões (soma das contas 22721019901 e 22721029901) é compensada contabilmente pela conta redutora de "Cobertura de Insuficiência Financeira".

**Fundo em Capitalização:** O passivo líquido atuarial totaliza R\$ 4,45 bilhões.

### 2.3. Redução nos Riscos Fiscais

Houve uma redução de 69,96% nas provisões para autuações fiscais recorridas judicialmente. O peso da redução foi em maior parte devido à reclassificação de riscos após novas análises.

## Patrimônio Líquido

## Nota 39: Patrimônio Social e Capital Social

O Capital Social reflete o valor nominal das participações do Município no capital de suas empresas dependentes e controladas. Conforme as normas do MCASP, este saldo é mantido pelo valor de custo de formação, enquanto as variações de desempenho dessas empresas são captadas no Ativo (Investimentos) via Equivalência Patrimonial.

**Consistência de Saldos:** Observa-se que o saldo atual de R\$ 728,7 milhões equivale ao valor histórico que o Município detinha em participações estratégicas na EPTC no exercício. Enquanto no Ativo o valor do "investimento" pode sofrer reduções por prejuízos acumulados (via MEP), no Passivo (PL), o Capital Social preserva o registro do montante nominal investido pelo ente para a criação dessas estruturas.

### Critérios de Avaliação

Os valores de Capital Social são mantidos pelo seu valor histórico de emissão. Eventuais reduções por perda de capital só são registradas em caso de liquidação, extinção de entidades ou processos de privatização concluídos, conforme o rito da Lei das S.A. e as diretrizes de contabilidade pública.

## Nota 40: Demais Reservas

O saldo consolidado encerrou o exercício de 2025

em R\$ 784.005.009,15, apresentando um crescimento expressivo de 51,39% em relação ao ano anterior.

O Aumento refere-se a conta:

CONTA CONTÁBIL	DESCRIÇÃO	SALDO 2025 (R\$)	SALDO 2024 (R\$)	VARIAÇÃO (%)
23621.01.02.00	RESERVA ATUARIAL PARA AJUSTES DO FUNDO	784.005.009,15	517.860.162,00	+51,39%
<b>TOTAL DO GRUPO</b>		<b>784.005.009,15</b>	<b>517.860.162,00</b>	<b>+51,39%</b>

## Nota 41: Resultados Acumulados (Consolidado)

Esta nota detalha a movimentação do patrimônio líquido decorrente dos resultados apurados no exercício

de 2025, os saldos acumulados de períodos anteriores e os ajustes técnicos realizados no período.

NATUREZA DO RESULTADO	SALDO 31/12/2025 (R\$)	SALDO 31/12/2024 (R\$)	VARIAÇÃO (%)
RESULTADO DO EXERCÍCIO (LÍQUIDO) <sup>1</sup>	-1.380.943.875,49	32.557.916,61	-4341,50%
SUPERÁVIT/DÉFICIT DE EXERCÍCIOS ANTERIORES <sup>2</sup>	8.294.466.486,67	8.241.964.566,83	0,64%
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-21.308.614,75	8.907.188,09	-339,23%
<b>TOTAL DOS RE-SULTADOS ACUMULADOS</b>	<b>6.892.213.996,43</b>	<b>8.283.429.671,53</b>	<b>-16,80%</b>

### Análise das Variações Patrimoniais

#### 1. Composição do Resultado do Exercício 2025

O resultado consolidado do exercício apresentou uma inversão significativa, passando de um superávit de R\$ 32,5 milhões em 2024 para um déficit patrimonial de R\$ 1,38 bilhão em 2025, alavancado pelos quase 900 milhões indevidos de provisões para riscos cíveis, sanados em 2026 conforme divulgado na nota de Eventos Subsequentes e pelos ajustes de mais de 720 milhões decorrentes da Equivalência Patrimonial aplicada a EPTC.

#### 2. Evolução dos Resultados Acumulados

O saldo de Exercícios Anteriores cresceu R\$ 52,5 milhões. Este grupo representa a "poupança" patrimonial do Município. A estabilidade desta conta, mesmo diante de déficits anuais, demonstra que Porto Alegre possui um lastro histórico robusto.

#### Conclusão sobre a Saúde Patrimonial

Apesar da redução de 16,80% no saldo total dos resultados acumulados, o Município encerrou o exercício com um patrimônio líquido de R\$ 6,89 bilhões. Este montante assegura a continuidade operacional e a solvência de longo prazo.

## Nota 42: Eventos Subsequentes - Risco Cível e Impacto no Resultado

Após o encerramento do exercício de 2025, a Contadoria-Geral, em conjunto com a Controladoria Geral do Município (CGM), identificou inconsistências nas bases de dados extraídas do sistema E-PROC.

**1. Saneamento de Duplicidade:** Foi identificada a duplicidade de registro de risco cível (Administração Direta e DEMHAB) no montante de R\$ 691,6 milhões.

**2. Correção Monetária Histórica:** Ajustou-se um passivo de R\$ 213,5 milhões que não havia sido convertido para a moeda corrente nacional (Real) na base de origem.

**Impacto no Resultado:** A retificação desses eventos reverte o déficit patrimonial preliminar de R\$ 1,38 bilhão para um Superávit Patrimonial Ajustado de R\$ 208,9 milhões, restabelecendo a fidedignidade do Balanço Patrimonial e sua convergência com o desempenho orçamentário do período.

CATEGORIA DE PROVISÃO	SALDO 31/12/2025 (R\$)	SALDO 31/12/2024 (R\$)	VARIAÇÃO (%)
RISCOS JUDICIAIS CÍVEIS	842.076.409,80	1.073.453.852,36	-21,55%
RISCOS JUDICIAIS TRABALHISTAS	168.474.161,78	98.281.434,93	+71,42%
RISCOS JUDICIAIS FISCAIS	52.250.593,52	173.964.233,45	-69,96%
PASSIVO ATUARIAL LÍQUIDO (RPPS)	4.457.340.843,72	4.042.606.629,65	+10,26%
<b>TOTAL DAS PROVISÕES</b>	<b>5.520.142.008,82</b>	<b>5.388.306.150,39</b>	<b>+2,45%</b>

Após a identificação das consistências, o aumento projetado de provisões passou de + 31,95% para 2,45%.

Cabe ressaltar que as provisões representam expectativas de saída de recursos e estão sujeitas a variações inerentes à dinâmica judicial. Os montantes são naturalmente ajustados no momento da liquidação da sentença, quando o valor se torna definitivo. No entanto, o

esforço contínuo de saneamento de dados visa garantir que o Balanço Patrimonial reflita, com o maior grau de fidedignidade possível, a real situação líquida do ente.

A tabela abaixo demonstra a transição entre os saldos preliminares e o resultado final ajustado da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) do exercício de 2025.

NATUREZA DA VARIAÇÃO	PRÉ-AJUSTES (R\$)	AJUSTES E.S (R\$)	VALOR AJUSTADO (R\$)
VPA (AUMENTATIVAS)	20.508.980.212,45	0,00	20.508.980.212,45
VPD (DIMINUTIVAS)	21.889.924.087,94	(1.589.876.651,74)	20.300.047.436,20
RESULTADO (DÉFICIT/SUPERÁVIT)	(1.380.943.875,49)	1.589.876.651,74	208.932.776,25
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>8.420.221.270,01</b>	<b>1.589.876.651,74</b>	<b>10.010.097.921,75</b>

**Análise dos Eventos Subsequentes**

A apuração do resultado patrimonial de 2025

considerando os eventos subsequentes apontam para reversão do déficit preliminar para o Superávit de R\$ 208.932.776,25.

**Porto Alegre, 31 de dezembro de 2025.**

# siglas e conceitos



# Siglas

**ASPS** - Ações e Serviços Públicos de Saúde

**CGOF** - Comitê de Gestão Orçamentária e Financeira

**CTGM** - Contadoria-Geral do Município

**DEM HAB** - Departamento Municipal de Habitação

**DMAE** - Departamento Municipal de Água e Esgotos

**DMLU** - Departamento Municipal de Limpeza Urbana

**EPTC** - Empresa Pública de Transporte e Circulação

**FASC** - Fundação de Assistência Social e Cidadania

**FNDE** - Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação

**FPM** - Fundo de Participação dos Municípios

**FUNDEB** - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

**ICMS** - Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços

**IPCA** - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

**IPTU** - Imposto Predial e Territorial Urbano

**IPVA** - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores

**IRRF** - Imposto de Renda Retido na Fonte

**ISS** - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza

**ITBI** - Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis

**LRF** - Lei de Responsabilidade Fiscal

**MDE** - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

**PREVIMPA** - Departamento Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Porto Alegre

Alegre

**RGF** - Relatório de Gestão Fiscal

**RGPS** - Regime Geral de Previdência Social

**RN** - Resultado Nominal

**RP** - Resultado Primário

**RPPS** - Regime Próprio de Previdência Social

**RREO** - Relatório Resumido de Execução Orçamentária

**SIGEF** - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

**SIOPE** - Sistema de Informações sobre o Orçamento Público em Educação

**SIOPS** - Sistema de Informações sobre o Orçamento Público em Saúde

**SMF** - Secretaria Municipal da Fazenda

**SUS** - Sistema Único de Saúde

**TCE** - Tribunal de Contas do Estado

# Conceitos

- **Ativo Financeiro:** Créditos e valores realizáveis, independentemente de autorização orçamentária, e valores numéricos.
- **Ativo Permanente:** Bens, créditos e valores cuja mobilização ou alienação depende de autorização legislativa.
- **Balanço Público:** Demonstrativo contábil que apresenta num dado momento, a situação orçamentária, financeira ou patrimonial de uma entidade pública.
- **Despesa de Capital:** Tem por propósito formar e/ou adquirir bens de capital de modo a contribuir para o incremento da capacidade produtiva do governo. Desdobra-se em investimento, inversão financeira e amortização da dívida.
- **Despesa Corrente:** Destina-se a promover a execução e a manutenção da ação governamental.
- **Despesa Empenhada:** Valor do orçamento público formalmente reservado (pela emissão do empenho) para compromissos assumidos com terceiros.
- **Despesa Liquidada:** É a verificação do direito adquirido pelo credor de receber o pagamento. É o segundo estágio da execução da despesa, precedido do empenho e antecessor do pagamento.
- **Despesa Pública:** Gasto do Estado com vista ao atendimento das necessidades coletivas e ao cumprimento das responsabilidades institucionais.
- **Dívida:** Compromisso financeiro assumido perante terceiro.
- **Dívida Ativa:** Créditos a receber derivados do não pagamento, pelos contribuintes, de tributos ou créditos públicos assemelhados, após apuradas liquidez e certeza.
- **Dívida Consolidada Líquida:** Corresponde aos saldos das dívidas de longo e de curto prazo, deduzidas as disponibilidades financeiras.
- **Dívida Fundada:** Compromissos de exigibilidade superior a doze meses contraídos para atender o desequilíbrio orçamentário ou financiamento de obras e serviços.
- **Inversões Financeiras:** Despesas com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; despesas com a aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; e despesas com a constituição ou aumento do capital de empresas.
- **Operação de Crédito:** Obtenção de recursos mediante empréstimos pela administração pública.
- **Orçamento Público:** Instrumento pelo qual o governo estima as receitas e fixa as despesas para poder controlar as finanças públicas e executar as ações governamentais, ensejando o objetivo estatal do bem comum.
- **Outorga Onerosa ou Outorga Onerosa do Direito de Construir:** Concessão emitida pelo Poder Público para que o proprietário do imóvel construa acima do coeficiente básico estabelecido mediante o pagamento de uma contrapartida financeira.
- **Passivo Financeiro:** Compreende os compromissos exigíveis cujo pagamento independe de autorização orçamentária.
- **Passivo Permanente:** Compreende as dívidas fundadas e outras que dependem de autorização legislativa para amortização ou resgate.

- **Receita Corrente:** Compreende operações de obtenção de recursos financeiros que se destinem, entre outras, às aplicações de manutenção e funcionamento das atividades meio e fim.
- **Receita Corrente Líquida:** É o somatório das receitas tributárias municipais, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias e de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, exceto a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e as receitas provenientes da compensação financeira entre regimes da previdência.
- **Receita Corrente Líquida Ajustada:** Há dois tipos, a primeira é utilizada para cálculo dos limites de Endividamento e refere-se à Receita Corrente Líquida menos as Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, § 1º, da CF). A segunda é utilizada para cálculo dos limites da Despesa com Pessoal e além de deduzir as Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais, deduz as Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas de Bancada (art. 166, § 16, da CF).
- **Receita de Capital:** Compreende as receitas provenientes da conversão de bens e direitos em espécie, do recebimento de amortizações de empréstimos anteriormente concedidos, da contratação de empréstimos a longo prazo, da transferência de capital e outros.
- **Restos a Pagar:** Despesas empenhadas, mas não pagas, até 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas (despesas empenhadas e liquidadas) das não processadas (despesas apenas empenhadas e não liquidadas).
- **Resultado Nominal:** Representa a diferença da dívida consolidada líquida até o exercício, em comparação ao ano anterior. Quanto maior for o valor positivo de resultado nominal, maior será a redução no estoque da dívida do Município.
- **Resultado Patrimonial:** É a diferença obtida entre o Ativo Real (Ativo Financeiro + Ativo Permanente) e o Passivo Real (Passivo Financeiro + Passivo Permanente).
- **Resultado Primário:** Corresponde à diferença entre as receitas e as despesas não financeiras.
- **Subvenção Social:** Recursos transferidos a instituições públicas ou privadas, de caráter assistencial ou cultural, sem fins lucrativos.
- **Superávit orçamentário:** É a diferença entre a receita arrecadada e a despesa empenhada.
- **Superávit Financeiro:** Diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais e as operações de créditos a eles vinculados.

# balanço das finanças públicas 2025



Contadoria-Geral  
do Município

porto  
alegre

PREFEITURA

SECRETARIA DA FAZENDA